



## **RAFAEL CENTENO DE REZENDE**

Marielle Gigante: disputas da memória coletiva e cultural sobre Marielle Franco e a resistência à lógica autoral colonial.

Dissertação de Mestrado  
Março 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO–UFRJ  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO–ECO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA–IBICT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO–PPGCI

**RAFAEL CENTENO DE REZENDE**

**MARIELLE GIGANTE:**  
DISPUTAS DA MEMÓRIA COLETIVA E CULTURAL SOBRE MARIELLE FRANCO  
E A RESISTÊNCIA À LÓGICA AUTORAL COLONIAL.

Dissertação de Mestrado  
Março de 2025

**RAFAEL CENTENO DE REZENDE**

**MARIELLE GIGANTE:**

**DISPUTAS DA MEMÓRIA COLETIVA E CULTURAL SOBRE MARIELLE FRANCO  
E A RESISTÊNCIA À LÓGICA AUTORAL COLONIAL.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof. Dra. Rose Marie Santini.

Rio de Janeiro  
2025

## CIP - Catalogação na Publicação

R467m Rezende, Rafael Centeno de  
Marielle Gigante: disputas da memória coletiva e cultural sobre Marielle Franco, e a resistência à lógica autorial colonial. / Rafael Centeno de Rezende. -- Rio de Janeiro, 2025.  
180 f.

Orientadora: Rose Marie Santini.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2025.

1. Marielle Franco. 2. Memória. 3. Informação. 4. Branquitude. 5. Ativismo. I. Santini, Rose Marie, orient. II. Título.


## RAFAEL CENTENO DE REZENDE

### MARIELLE GIGANTE:

DISPUTAS DA MEMÓRIA COLETIVA E CULTURAL SOBRE MARIELLE FRANCO,  
E A RESISTÊNCIA À LÓGICA AUTORAL COLONIAL.


Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 ROSE MARIE SANTINI DE OLIVEIRA  
Data: 24/02/2026 20:56:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dra. Rose Marie Santini (Orientadora) PPGCI/IBICT/Eco-UFRJ

Documento assinado digitalmente  
 GUSTAVO SILVA SALDANHA  
Data: 06/02/2026 15:05:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Gustavo Saldanha (Membro interno) PPGCI/IBICT/Eco-UFRJ

Documento assinado digitalmente  
 PAMELLA SANTOS DOS PASSOS  
Data: 07/02/2026 15:10:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Pâmella Passos (Membro Externo) IFRJ

## **À Mari**

Por abrir uma porta cheia de adesivos de lutas diversas.  
Por desaguar o oceano infinito de compaixão e solidariedade.  
Por mostrar todo o afeto e generosidade que cabe na política

Pelo seu olhar cuidadoso,  
sua gargalhada contagiante,  
sua fome de vida e direitos,  
seu abraço sem limite,  
sua voz que atravessa o tempo,  
suas ideias e suas práticas revolucionárias  
e seu amor que semeou o mundo  
e ainda brota de lugares onde menos se espera.

Por me fazer me perguntar desde então  
“qual o sentido de estar aqui?”  
E de vez em quando me responder.

## AGRADECIMENTOS

Quase 7 anos se passaram desde aquele 14 de março de 2018. Existe a vida antes e depois daquele dia.

Outras centenas de páginas não seriam suficientes para dar conta de registrar a importância de cada pessoa que esteve junto nos anos que vieram antes e nos anos que vieram depois. E que contribuíram na longa caminhada até o fechamento deste ciclo de pesquisa.

Inclusive, provavelmente, se você está lendo este trabalho, você é uma dessas pessoas. Mencionar cada uma seria impossível, mas não tenho como não mencionar algumas.

Começando pela minha família, que é a base da minha formação pessoal, política e profissional. Minha avó, Ereny (em memória), raiz que me conecta ao princípio do cuidado e à ideia esperançosa de que “dias melhores virão”. Meus avós, Jó e Cristina, as raízes que me conectam ao compromisso com uma prática política coletiva e consciente e à curiosidade profunda pelo universo das tecnologias da informação. Minha mãe, Gláucia, que me motivou a fazer o mestrado desde quando eu ainda estava no ensino médio, respeitou meu tempo, mas não me deixou desistir. Meu pai, Marcos, e a Carla, que sempre apoiaram todos caminhos de crescimento e formação, minha irmã, Gabi, e irmãos, André e João, por serem o amor mais fácil e provocarem minha curiosidade pelo futuro. Minhas tias e tios, madrinha e padrinho, primas e primos, e toda a família, por florescerem de maneira diversa e potente um jardim colorido de acolhimento, crescimento, troca, um espaço onde pude me sentir seguro, inspirado e instigado a navegar nessas reflexões.

À família Franco, Anielle, Marinete, Toinho, Luyara, Mariah, Fred e Eloah que não desistiram desde o primeiro minuto. E mantiveram acesa - em mim e no mundo - a chama que nos move a seguir em frente, sem perder o afeto e os sorrisos, como a Mari fazia.

À família do Instituto Marielle Franco, que se encontrou na missão de cultivar os movimentos para lutar por justiça, defender a memória, multiplicar o legado e regar as sementes. Em especial Marcy, Lu, Fabi, May, Ray, Brisa, Dê, Jaci, Laris, Nath, Thay, Anne, Fernanda, Giovanni, Mira, Lígia, Diana, Bia, Gabi, Lari e todas que vieram depois, conselheiras, financiadoras, voluntárias da Rede de Sementes,

parlamentares da Agenda Marielle, coletivos parceiros, e pessoas que construíram alguma homenagem. Essa história é escrita por vocês.

À minha orientadora de academia e da vida, Marie Santini, por mostrar que é possível o ensino, a pesquisa e a extensão saudáveis, conectados à vida e comprometidos com o impacto social. À banca composta por minhas referências que são, ao mesmo tempo e de maneiras diferentes, implicadas, atentas e generosas.

Aos colegas e professores que tanto ensinaram nos intervalos das aulas da Escola de Comunicação da UFRJ, no Laboratório de Ativismo e Comunicação, no Laboratório de Crowdfunding pra Jornalismo, no NetLab e no IBICT.

Às parcerias pra vida encontradas na escola das ruas que foi o Ocupa Rio e nos anos no Meu Rio/Nossas.

Aos companheiros de aprendizado sem fim nos mandatos e campanhas.

Aos mais de 30 sócios-fundadores da aventura quente que foi a Chama.

Aos ativistas do amor e pé na porta que construíram o Ocupa Política.

Aos colaboradores do mergulho de aprendizagem profunda do Ministério da Igualdade Racial.

À família com quem dividi casa, rua, ilha e cidade, na Lapa, Umari, Madrid, Paquetá e Brasília.

Em especial às amigadas com quem compartilhei as lutas e os prazeres da vida, em especial Bê, Rapha, Dani, Court, Matisse, Kati, Kenzo, Nina, Rod, Jef, Wesley, Ti, Luti, Di, Gi, May, Dai, Ani, Marcy, Lu, Dani, Nunah, Gab, Bê, Rithy, Helena, Yuri, João, Luiza, Erika, Mari, Alex, Victor, Vini, Luiz, Dê, Beta, Rachel, Ju, Caetano, Marcela e Bela pelos momentos de trocas, leituras, apoio, trabalho, festa e descanso compartilhados no dia a dia.

Como apresento mais adiante do trabalho, em alguns momentos, o texto que você encontrará nas próximas páginas se parece com um diálogo fácil, entre pessoas que têm muito a dizer, sobre um assunto difícil. Em outros se confunde com trechos que poderiam ter sido retirados de um diário pessoal ou anotações de terapia. Nesse sentido, agradeço a você, que está se propondo a ler todo ou parte do que foi colocado aqui, e agradeço de antemão, se puder compartilhar comigo, caso faça sentido, como as questões expressadas neste esforço ecoam por aí.

“Não é uma tese ou uma dissertação que te faz.  
Ela faz parte do percurso.”

***José Eduardo Ferreira Santos,  
em uma aula do curso Fazedoras de Memórias  
Negras, organizado pela Casa Sueli Carneiro  
em 2022.***

“Tem muita gente ganhando dinheiro em cima da gente há muito tempo, então como que a gente inverte essa lógica?”  
**Aline Lourena, Cineasta.**

“Eu tenho que poder ter o direito de falar sobre o que eu quiser, né? Não só sobre as coisas que me pedem pra falar.”  
**Ana Paula Lisboa, Escritora.**

“Consegui entrar no universo do rap e da música, e usando o rap não só como uma forma artística e de expressar sentimentos, mas também como uma perspectiva de disputar narrativas e discursos, e colocar as nossas histórias e gerar uma representatividade para outras mulheres negras, outras meninas negras na música.”  
**Ellen Nzinga, Rapper.**

“Chegou o momento que nós temos que contar a nossa história. Nós temos que ser a protagonista da nossa história. A nossa história não pode ser mais contada por pessoas que vêm de outro país, pessoas que moram na zona sul, estudou na melhor escola, doutorado”  
**Denize Adriana, Movimento Mulheres da Rua.**

“Nossos passos vêm de longe mesmo. Na Câmara, antes da gente entrar, foram 10 anos antes com a Jurema (Batista) e 10 anos antes da Jurema, a Benedita. A gente não pode mais esperar mais 10 anos ou achar que eu estarei ali por 10 anos. Essa é uma pauta que a gente precisa fazer grupo de trabalho, reunião, fortalecimento.”  
**Marielle Franco, vereadora (in memoriam).**

Trechos de falas realizadas no evento Jovens Negras Movendo as Estruturas, organizado pela mandata<sup>1</sup> de Marielle e onde a vereadora estava na noite de 14 de março de 2018.

---

<sup>1</sup> A escolha política do uso da palavra mandata no feminino era uma disputa proposta por parte das integrantes do grupo político de Marielle na Câmara de Vereadores, e faz parte de um movimento mais ampliado de coletivos e organizações feministas que faziam essa intervenção linguística como forma de provocar uma reflexão sobre a normatividade masculina das palavras em especial no campo semântico da política.

## RESUMO

REZENDE, Rafael Centeno de. **Marielle Gigante**: disputas da memória coletiva e cultural sobre Marielle Franco e a resistência à lógica autoral colonial. Orientadora: Rose Marie Santini. 2024. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2025.

A consolidação da imagem e do legado político da vereadora Marielle Franco no imaginário social vem sendo construída ao longo dos últimos anos em meio a um intenso processo de disputa narrativa sobre a sua memória. As pautas e práticas de Marielle em vida e as coletividades que a atravessavam, influenciaram a maneira como sua história se agigantou e transbordou após o seu brutal e covarde assassinato, em 14 de março de 2018, comovendo pessoas de realidades distintas a agirem de alguma forma a partir dos seus diferentes repertórios, expertises e interesses. Sua imagem se espalhou pelas ruas e redes do Brasil e do mundo em uma quantidade aparentemente incontável de informações e uma diversidade aparentemente inclassificável de linguagens. Como observador-participante do processo de memorialização dessa história, mergulhei nesta pesquisa atravessado pelas reflexões sobre como os diferentes lugares de autoria de quem está produzindo essas informações incidem nesta dinâmica. Através da lente dos estudos da colonialidade, branquitude, racismo e da construção de memórias negras, buscamos compreender os limites e possibilidades de aliança por parte de pessoas brancas neste processo e o papel das organizações e movimentos negros na resistência à lógica autoral colonial.

**Palavras-chave:** Marielle Franco; Memória; Informação; Colonialidade; Branquitude; Raça; Desinformação; Homenagem; Autoria; Narrativas; Ativismo; Protestos; Linguagem.

## ABSTRACT

REZENDE, Rafael Centeno de. **Marielle Gigante**: disputes over collective and cultural memory concerning Marielle Franco and resistance to colonial authorship logic. Advisor: Rose Marie Santini. 2024. 180 pp. Dissertation (Master's in Information Science) – Brazilian Institute of Information in Science and Technology, Federal University of Rio de Janeiro, School of Communication, Rio de Janeiro, 2025.

Over the past few years, the image and political legacy of Councilwoman Marielle Franco have been shaped through an intense struggle over how her memory is constructed and remembered. The causes she championed during her lifetime, as well as the communities she was part of, played a key role in how her story grew beyond her own life, especially after her brutal and cowardly assassination on March 14, 2018. Her death resonated with people from diverse backgrounds, prompting them to engage with her legacy in different ways, drawing from their own knowledge, experiences, and interests. Her image and message spread across streets and digital spaces in Brazil and beyond, generating an overwhelming amount of information and an incredibly diverse range of expressions. As both an observer and participant in the process of memorializing Marielle's story, I approached this research with a focus on how different forms of authorship shape the narratives being produced about her. Drawing from studies on coloniality, whiteness, racism, and Black memory-making, this work explores the role of white allies in this process—examining both the possibilities and limitations of their involvement. At the same time, it highlights the essential role of Black organizations and movements in resisting colonial frameworks of authorship and reclaiming the power to shape their own narratives.

**Key Words:** Marielle Franco; Memory; Information; Coloniality; Whiteness; Race; Disinformation; Tributes; Authorship; Narratives; Activism; Protests; Language.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Fotografia do Ato Maré pela Vida Contra o Extermínio	13
Figura 2 — Fotografia da última atividade de rua em Duque de Caxias	14
<b>Erro! Indicador não definido.</b> 15	
Figura 4 — Fotografia de Marielle abraçando eleitora.	17
Figura 5 — Fotografia da multidão em frente à Câmara Municipal	21
Figura 6 — Captura de tela do tweet de Marielle	22
Figura 7— Cartaz de protesto com frase do Tweet	22
Figura 8 — Mapa Amanhecer por Marielle e Anderson, abril de 2018	24
Figura 9 — Fotografia Anielle Franco e Lúcia Xavier	25
Figura 10 — Fotografia da família Franco no Papo Franco, dia 27 de julho de 2018	26
Figura 10 — Cartaz Marielle Vive, Marielle Presente!	49
Figura 11 — Fotografia de Aula Pública	49
Figura 12 — Fotografias de Marielle no Salão de Beleza Iporinchê de Cássia Marinho	52
Figura 13 — Fotografia de Marielle na pré campanha.	73
Figura 14 — Fotografia da entrega da medalha Chiquinha Gonzaga	75
Figura 15 — Fotografia do Encontro Direito à Favela no Museu da Maré.	75
Figura 16 — Fotografia no ato em memória da chacina da Candelária.	76
Figura 17 — Fotografia do debate “Awrê aos nossos ancestrais”.	77
Figura 18 — Fotografia em ato de homenagem a Dida Nascimento.	77
Figura 19 — Fotografia do último debate de Marielle.	78
Figura 20 — Fotografia das homenageadas no evento “Eu Mulher Negra Resisto”	79
Figura 21 — Fotografia do público do evento “Eu Mulher Negra Resisto”	85
Figura 22 — Gráfico do Relatório FGV- DAPP Marielle e as Fake News.	84
Figura 23 — Gráfico dessa Pesquisa.	88
Figura 24 — Fotografia da Aula Pública no Festival de 2019.	94
Figura 25 — Fotografia do Lançamento da Casa Marielle	96
Figura 26 — Fotografia do Protesto contra a Covid, os Tiros e a Fome	97
Figura 27 — Apresentação do Instituto Marielle Franco	99
Figura 28 — Gráfico Homenagens cadastradas no Instituto (formato)	103
<i>Figura 29</i> — Gráfico Homenagens cadastradas no Instituto (relação)	104
<i>Figura 30</i> — Gráfico Homenagens cadastradas no Instituto (etapas)	105
Figura 31 — Gráfico Homenagens cadastradas no Instituto (composição raça).	106
<i>Figura 32</i> — Gráfico Homenagens cadastradas no Instituto (composição gênero)	106
<i>Figura 33</i> — Gráfico Homenagens cadastradas no Instituto (composição território)	107
Figura 34 — Gráfico homenagens cadastradas no Instituto (envolvimento de recursos)	108
Figura 35 — Gráfico homenagens cadastradas no Instituto (repasso ao Instituto)	108
Figura 36 — Imagem do Mapa dos Marços	110
Figura 37 — Imagem do Site “A Voz de Marielle”.	112
Figura 38 — Fotografia Rua Marielle Franco	113
Figura 39 — Fotografia Aérea do Mosaico humano.	115
Figura 40 — Card da Campanha	117
Figura 41 — Imagem da Pose Final	118
Figura 42 — Fotografia da Inauguração da Estátua	122
Figura 43 — Desenho animado sobre Marielle.	129
Figura 44— Imagem capturada do vídeo Conexões 12 - Marielle, presente	138

Figura 45 — Imagem do vídeo Mute.	138
Figura 46 — Imagem do vídeo Cartas Ciganas para Marielle	139
Figura 47 — Imagem do vídeo Mulheres para Marielle Franco	139
Figura 48 — Imagem do vídeo da Mostra Outono de Dança.	140
Figura 49 — Imagem do vídeo Tributo a Marielle Franco no Centro Cultural Mangabeira	140
Figura 50— Imagem da performances visuais do coletivo Panteras Negras.	141
Figura 51 — Imagem divulgação da Peça Teatral Marielle Presente - uma ópera-funk	142
Figura 52 — Imagem de Marielle desfilando no Bloco Se Benze que Dá, na Maré	145
Figura 53 — Fotografia de Marielle no estádio de futebol.	146
Figura 54 — Fotografia de Marielle na Igreja Católica	146
Figura 55 — Fotografia de Flamengo	147
Figura 56 — Fotografia de Vasco	147
Figura 57 — Fotografia da Mangueira homenageando Marielle	148
Figura 58 — Fotografia de Marielle Franco na apresentação de Katy Perry	151
Figura 59 — Fotografia Banda Borracheira, Imagem #Mariellepresente	153
Figura 60 — Festival Justiça por Marielle e Anderson 2023, Praça Mauá, Rio de Janeiro.	154
Figura 61 — Live Elza por Marielle, 2020	154
Figura 62 — Fotografia da Tribuna Marielle Franco na Câmara	155
Figura 62 — Fotografia da Concha Acústica Marielle Franco na UERJ	157
Figura 63 — Fotografia da Escola Municipal Vereadora Marielle Franco, na Maré	158
Figura 64 — Fotografia da posse da Ministra Anielle Franco	159
Figura 65 — Fotografia Marielle Iluminada	167

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 TEMA, CONTEXTO E JUSTIFICATIVA .....	13
1.2 IMPLICAÇÕES E PRINCÍPIOS .....	28
1.3. OBJETIVOS DO TRABALHO.....	31
1.4. QUADRO CONCEITUAL .....	32
1.5 PERCURSO METODOLÓGICO .....	34
<b>2 ATRAVESSAMENTOS ENTRE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO: CONCEITOS, LIMITAÇÕES E TENSÕES.</b> .....	<b>36</b>
2.1 PERSPECTIVAS CONTRA COLONIZADORAS SOBRE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA.....	36
2.2 SOBRE A ANCESTRALIDADE .....	48
2.3 SOBRE A DIVERSIDADE DE LINGUAGENS, TECNOLOGIAS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO.....	53
2.4 SOBRE A LÓGICA AUTORAL COLONIAL, IMAGENS DE CONTROLE E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA .....	57
2.5 SOBRE BRANQUITUDE E OS LUGARES DE PRIVILÉGIO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA.....	63
<b>3 MEMÓRIA-MARIELLE</b> .....	<b>72</b>
3.1 SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE MARIELLE EM VIDA PARA O DEBATE DA MEMÓRIA COLETIVA, AS POSSIBILIDADES DE ALIANÇA E SUA VISÃO TRANSNACIONAL.....	72
3.2 A GUERRA DE MEMÓRIA NAS MÍDIAS: ESTRATÉGIAS IMEDIATAS PARA DEFENDER A VERDADE SOBRE MARIELLE CONTRA O ÓDIO E A DESINFORMAÇÃO. ....	83
<b>4. HOMENAGENS INCONTÁVEIS E INCLASSIFICÁVEIS</b> .....	<b>91</b>
4.1. DETALHES SOBRE O MÉTODO E RECORTE TEMPORAL.....	91
4.2 INSTITUTO MARIELLE FRANCO: UMA ORGANIZAÇÃO QUE CULTIVA UM MOVIMENTO E RESISTE À LÓGICA AUTORAL COLONIAL .....	92
4.3 ARTE URBANA, AS PLACAS DA RUA MARIELLE FRANCO E A ESTÁTUA DE MARIELLE .....	111
4.4 LITERATURA E ORALIDADE: A FORÇA DA PALAVRA .....	123
4.5 AUDIOVISUAL .....	127
4.6 CORPO POLÍTICO - DANÇA, PERFORMANCE, TEATRO, CABELO, TATUAGEM E ROUPAS.....	137
4.7 FUTEBOL, CARNAVAL E RELIGIÃO .....	145
4.8 MÚSICAS, SHOWS E FESTIVAIS .....	151
4.9 LEGISLAÇÕES, EQUIPAMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS, MANDATOS PARLAMENTARES E UM MINISTÉRIO DA REPÚBLICA .....	155
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>168</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo, introduzimos o contexto e justificativa da pesquisa, as implicações e princípios que a atravessam, seus objetivos, o quadro conceitual e o percurso metodológico percorrido, assim como suas potencialidades e limitações.

### 1.1 TEMA, CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Marielle Franco teve a quinta maior votação para a Câmara de Vereadores nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2016, a segunda mulher mais votada do Brasil naquele pleito, recebendo 46.502 votos, distribuídos por todas as zonas eleitorais da cidade (Mulheres Negras Decidem, 2023). Filha, irmã, mãe, esposa e amiga, mulher negra, cria da favela da Maré e LGBTQIA+. As subjetividades que conformam a vida de Marielle, como o fato de ter estudado e trabalhado num pré-vestibular comunitário da Maré, ou ter tido uma amiga assassinada em um conflito entre policiais e traficantes quando era adolescente, forjaram sua identidade como defensora dos Direitos Humanos, como apresenta Lia Rocha no artigo “A Vida e as Lutas de Marielle Franco” (Rocha, 2019).

**Figura 1 - Ato Maré pela vida contra o extermínio**



Fonte: AF Rodrigues / Instituto Marielle Franco

“Sempre fui política no sentido mais amplo que essa palavra possa ter” afirmou a vereadora logo após ser eleita, em uma entrevista para o jornal da PUC-Rio em outubro de 2016 (Pimentel, 2016). Marielle Franco foi cobradora de van, trabalhou no mesmo Curso Pré-Vestibular onde estudou, e passou por organizações do terceiro setor como a *Brazil Foundation*.

Reconhecendo-se enquanto militante de esquerda e socialista, Marielle entendia que o enfrentamento ao capitalismo era uma das bases para a transformação da realidade desigual que estrutura o mundo. Mas, vindo da favela e com uma forte ligação com os movimentos populares, negros e feministas, acreditava na importância de disputar o sentido do socialismo a partir da lente das intersecções de gênero, raça e classe.

Sua relação com a política institucional começou cedo, filiou-se jovem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, logo depois, ajudou a construir o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) desde o seu congresso de fundação, que aconteceu na Maré. Participou da construção da campanha de Marcelo Freixo a Deputado Estadual, em 2006, após ser apresentada ao então candidato pela própria irmã, Anielle Franco. Com a vitória de Freixo, Marielle foi indicada pelo grupo que construiu a campanha na favela para integrar o mandato do Deputado, e com o tempo, conquistou a Coordenação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

**Figura 2 – Fotografia da última atividade de rua em Duque de Caxias**



Fonte: Exposição Virtual “Marielle Franco Nesse Lugar”

Dentro do partido, Marielle cultivava uma atuação focada na construção de pontes. Desde pontes com lideranças e organizações populares e periféricas, como quando ajudou a organizar o primeiro congresso de fundação do próprio partido, até pontes com lideranças e organizações suprapartidárias, como as relações estabelecidas na PartidA e na rede Ocupa Política. Marielle agia com intenção de costurar redes e laços de solidariedade que ampliassem as capacidades de alcance das ideias que defendia na sociedade.

Tal postura não significava que Marielle não se posicionava e disputava os rumos do partido. “[...] Católica praticante, professora de catequese, Marielle tomou os microfones do Congresso do PSOL em 2007, para defender a legalização do aborto, contrapondo-se inclusive a quadros importantes da legenda.” (Chaves, Brito, 2023, p. 29). Ao falar sobre os desafios internos no partido em uma entrevista para a Carta Capital (A primavera [...], 2016), Marielle afirmou com tranquilidade: “É claro que tem machismo, mas essa disputa está sendo construída internamente há uma década”. E concluiu falando sobre a importância da presença de mulheres negras em espaços de decisão: “Não pode ter só homens brancos ricos que nunca tiveram medo de saltar num ponto de ônibus escuro ou que nunca tenham sido assediados”.

Após um episódio de violência da prefeitura contra Dona Penha, uma moradora da Vila Autódromo que protestava contra a remoção de sua casa por causa das obras das Olimpíadas, em 2016, Marielle decidiu se candidatar a vereadora.

**Figura 3 - Fotografia de Marielle abraçando Dona Penha da Vila Autódromo.**



Fonte: Acervo da Mandata Marielle Franco

Construiu então sua campanha a partir de duas mensagens principais: “Eu sou porque nós somos”, inspirada na filosofia africana Ubuntu, e o neologismo “MulherRaça”. Anielle Franco, sua irmã, fundadora do Instituto Marielle Franco e hoje Ministra da Igualdade Racial, afirmou em sua dissertação de mestrado que “não era outro o cerne de sua propaganda eleitoral. Ela tinha foco. Seu foco era as mulheres negras” (Franco, 2021, p. 43).

Como definiu Sueli Carneiro (2022, p. 20), “Marielle era a expressão completa, ou síntese perfeita do que chamamos de interseccionalidade, que o feminismo negro aporta para o debate sobre as questões de gênero, em que se articulam gênero, raça, classe, território e identidade sexual”.

Durante seu primeiro e único mandato, que durou apenas um ano, dois meses e 14 dias, a vereadora propôs e organizou uma série de iniciativas e atividades ancoradas nas reflexões sobre a memória como ferramenta de resistência e reexistência da população negra.

Lotando as galerias e o plenário da Câmara com a presença colorida de mulheres negras diversas em inúmeras ocasiões, Marielle homenageou em vida referências como: a atriz Ruth de Souza; a escritora Conceição Evaristo; a jornalista Flávia Oliveira; a médica e diretora da Anistia Internacional Jurema Werneck; a lalorixá Mãe Meninazinha de Oxum; a empreendedora e cozinheira Dida Nascimento; e a cabelereira Cássia Marinho, dentre tantas outras mais velhas e mais novas (como costumam se referir umas às outras com sinal de respeito), com o objetivo de celebrar suas forças coletivas de transformação da realidade em diferentes frentes de atuação e linguagens.

Com um sorriso largo e abraço acolhedor, Marielle Franco promovia uma política baseada no afeto e no cuidado. Movida pela alegria e dona de uma risada inconfundível. Essas eram marcas reconhecidas por quem teve a oportunidade de conviver com ela, mesmo que por pouco tempo.

Anielle, em sua tese, ao narrar o momento da noite em que a vitória de Marielle nas eleições de 2016 foi anunciada, conta que Marielle:

[...] chegava e iluminava com sua luz todo lugar. Era a mulher que arrancava sorrisos e abraços de pessoas que votaram nela e de pessoas que a conheceram naquele dia da vitória, na comemoração mais linda que eu já vivenciei, cheia de pretas, guerreiras, sapatões, trans, faveladas, mães solas, estudantes, e pessoas no geral que acreditavam e se reconheciam nela (Franco, 2021, p. 74).

**Figura 4 — Fotografia Marielle abraçando eleitora.**



Fonte: Acervo da Mandata Marielle Franco.

Para lidar com as estruturas brutas e violentas da política institucional, quando o bom humor e a simpatia não eram suficientes, a vereadora muitas vezes soube ser firme e colocar limites. A frase “não serei interrompida” foi dita por Marielle quando um grupo de homens tentou atrapalhar seu discurso em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres e acabou se tornando uma de suas falas mais repercutidas.

O enfrentamento, porém, não necessariamente era primeira estratégia adotada pela parlamentar, que costumava demonstrar ser uma ativista e liderança aberta ao diálogo e sempre conectada com os movimentos para além das fronteiras ideológicas e territoriais.

A pesquisadora e ativista, Diretora do Departamento de Estudos em Desenvolvimento, da Watson Institute for International Studies, na Brown University, Geri Augusto (2020, p. 246), analisou a produção intelectual e a prática política de Marielle Franco a partir do conceito de encruzilhada, “o espaço entre ser e tornar-se, de transição e metamorfose, de comunicação entre o que está vivo, o que morreu e o que ainda não nasceu, e sim, do perigo - encontrado em muitos sistemas africanos e diaspóricos de conhecimento e crenças”.

Para ilustrar esse aspecto, Augusto (2020, p. 246) destacou uma entrevista de Marielle em 2016 onde ela “argumentou que ampliar ‘o diálogo entre as feministas

históricas e as feministas das hashtags, entre a favela e o asfalto, entre as forças policiais e as comunidades' era parte da nossa responsabilidade coletiva”.

Essa postura foi algumas vezes criticada por parte dos movimentos e ativistas contemporâneos a Marielle, que demandavam uma atuação menos conciliatória. Questionavam, por exemplo, o excesso de tolerância da vereadora com seus colegas de partido homens brancos, que em algumas ocasiões não demonstraram interesse em abrir espaço para os quadros negros — como ocorreu quando Marielle não enfrentou publicamente a retirada (a contragosto) de seu nome para a disputa ao senado em 2018. Questionavam também a insistência no diálogo com as estruturas historicamente violentas do Estado. Marielle sustentava a tese política, não unânime, de que na dinâmica da violência policial, os agentes policiais também eram seres humanos em sofrimento, vitimados por um problema sistêmico que precisaria de resposta institucional. Na comissão de Direitos Humanos da Alerj inaugurou um eixo de atendimento a vítimas dedicado aos familiares de policiais.

Essa abordagem complexa da realidade, combinando estratégias de acolhimento e tensionamento, num processo constante de dúvidas, reflexões, experimentações, negociações, acertos, erros, sofrimentos e celebrações compunham a dimensão comum e humana de Marielle. E talvez tenha sido esta mesma humanidade que a tenha agigantado.

Ao se pensar como parte de um movimento crescente global, Marielle se dedicava a construir pontes e estabelecer diálogos transnacionais. Como acadêmica teve trabalhos apresentados em congressos no Uruguai e no Chile, como articuladora política seu mandato esteve costurando com iniciativas de renovação política do México e Argentina.

Marielle Franco estava confirmada — e animada — para palestrar na Brazil Conference, na Universidade de Harvard, em abril de 2018. Mas, a palestra não aconteceu. No dia 14 de março de 2018, por volta das 21 horas, no bairro do Estácio, no Rio de Janeiro, quando saía da Casa das Pretas, do evento intitulado “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, organizado pela sua mandata, Marielle e seu motorista, Anderson Gomes, foram assassinados a tiros em um atentado político que chocou o país e o mundo. Até hoje, quase sete anos depois, as investigações seguem sem respostas definitivas para a principal pergunta: qual teria sido o motivo para tamanha brutalidade?

Diversas movimentações marcam o tempo e o ciclos de disputas narrativas após o assassinato. De imediato, a família de Marielle e pessoas próximas começaram a sair das suas casas ainda naquela madrugada para se encontrar no local do crime ou em locais de referência para a vereadora, como a sede do PSOL na Lapa. A notícia se espalhou rapidamente e logo chegou ao topo das menções nas redes sociais, mencionada mais de 3 milhões de vezes em 54 países, segundo a revista Time (Haynes, 2018), e ganhou as manchetes de todos os principais portais de notícia para conhecimento geral da população.

Uma tempestade se formou no céu do Rio de Janeiro na noite em que Marielle, ao mesmo tempo, católica e filha de Iansã (orixá dos ventos), se tornava uma ancestral. Anielle (Franco, 2021, p. 74) descreveu em sua dissertação: “Uma ventania tomou conta da cidade do Rio de Janeiro na mesma noite em que me tiraram minha irmã. Era a força do vento, da natureza, já nos avisando que nada daquilo seria em vão”.

A tormenta foi o plano de fundo do primeiro conteúdo audiovisual que viralizou para além das redes próximas à Marielle naquela madrugada, como uma forma de dar a notícia, desabafar, reivindicar justiça e convocar as pessoas para a urgência da situação.

Sem assinatura, o vídeo-poesia-desabafo de 1 (um) minuto produzido pela artista Ana de Cesaro (2018) declamava de forma acelerada e atropelada:

“Hoje eu saí do banho e a luz piscou

Vi na janela uma chuarada

Lembrei da TV queimada mas

mal sabia que o Rio de Janeiro

chorava.

Mais uma mulher assassinada.

Não apenas uma mulher.

Mais uma mulher negra.

Mais uma militante.

Marielle movia estruturas.

Não. Não. Não.

Moveu

Move

e Moverá

Hoje sua voz ecoa ainda mais alto

Enquanto o Rio só pensa em chorar.

Executada a sangue-frio

Não mais que de repente

Foram quatro tiros em sua mente

GENTE

PAREM DE MATAR A GENTE

ESSE ASSUNTO É URGENTE

MARIELLE

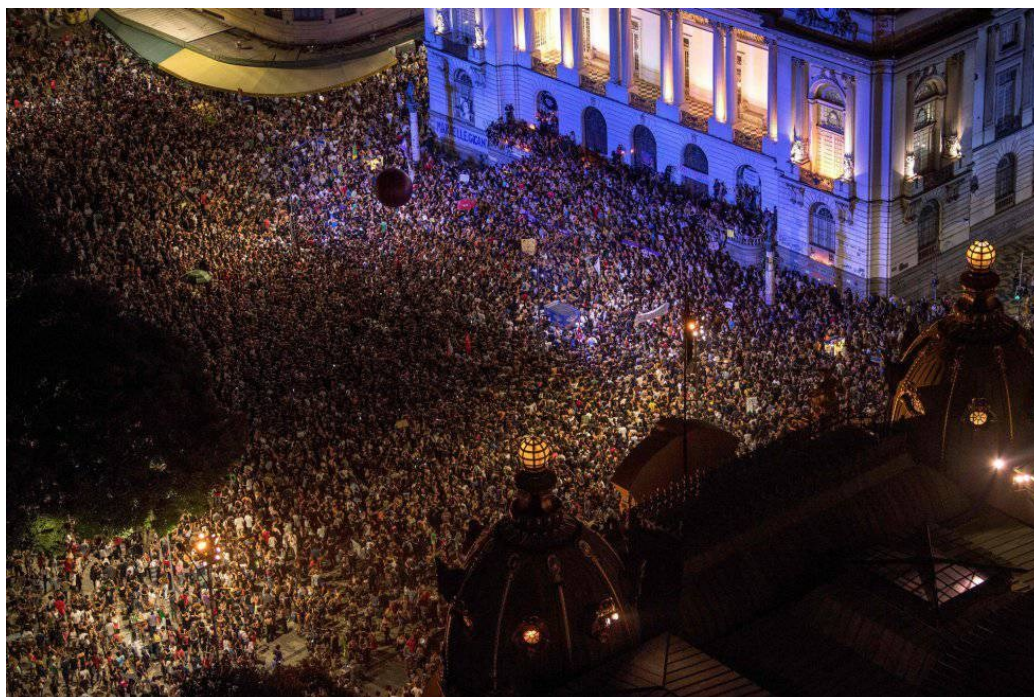
...

PRESENTE.”

A versão publicada no YouTube de Ana de Cesaro, na própria madrugada, foi assistida até a publicação deste trabalho, por mais de 108 mil pessoas, sem contar todas as que assistiram pelo WhatsApp.

No dia seguinte, centenas de milhares de pessoas ocuparam as ruas e as redes por todo o mundo para dar o primeiro grito por justiça e os primeiros abraços de consolo desse longo luto coletivo que se iniciava. “Marielle havia se tornado um fractal infinito. Só conseguia ver seu rosto iluminado no meio da multidão”, compartilhou a ex-deputada federal Áurea Carolina (2023) ao descrever a praça da Cinelândia naquele dia. Ao descrever a cena, Anielle conta que “só entendi o que minha irmã significava para toda uma população, quando abri a janela da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia 15 de março de 2018, e me deparei com uma multidão sem tamanho” (Franco, 2021. p. 64).

**Figura 5 — Fotografia da Multidão em frente à Câmara Municipal.**



Fonte: Mauro Pimentel/AFP.

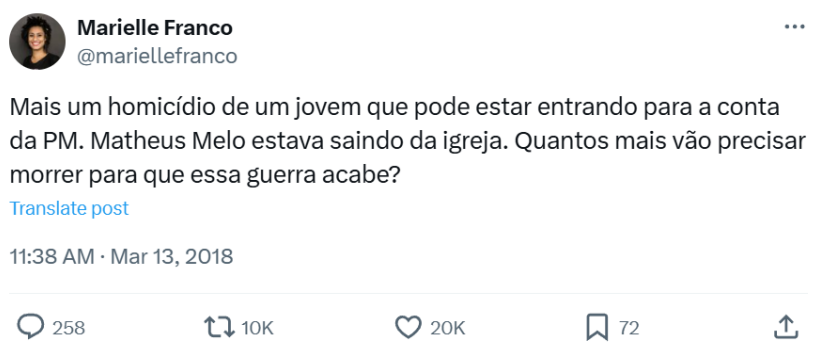
Por semanas, a conversa pública presencial e digital seguia transbordando em uma corrente de sentimentos que alternava “choque, medo ou revolta e indignação, desencanto e desalento”, como afirmou a intelectual referência do Movimento Negro, Sueli Carneiro (Marielle, 2018) na fala que fez duas semanas após o ocorrido.

Nos telejornais, além da irmã, Anielle, imagens da viúva de Marielle, arquiteta e também nascida na Maré, Mônica Benício, e do deputado e amigo de Marielle, Marcelo Freixo, apareciam frequentemente em entrevistas sobre o caso. Os três ocupariam o papel de porta-vozes sobre o assunto na mídia tradicional, especialmente nos primeiros meses.

“Marielle vive!” e “Marielle Presente! Hoje e sempre!” eram os gritos e hashtags que ecoavam nos espaços físicos e digitais por onde as manifestações se espalhavam e davam o tom da intenção coletiva de não permitir que a vida e a presença de Marielle fosse deixada para trás.

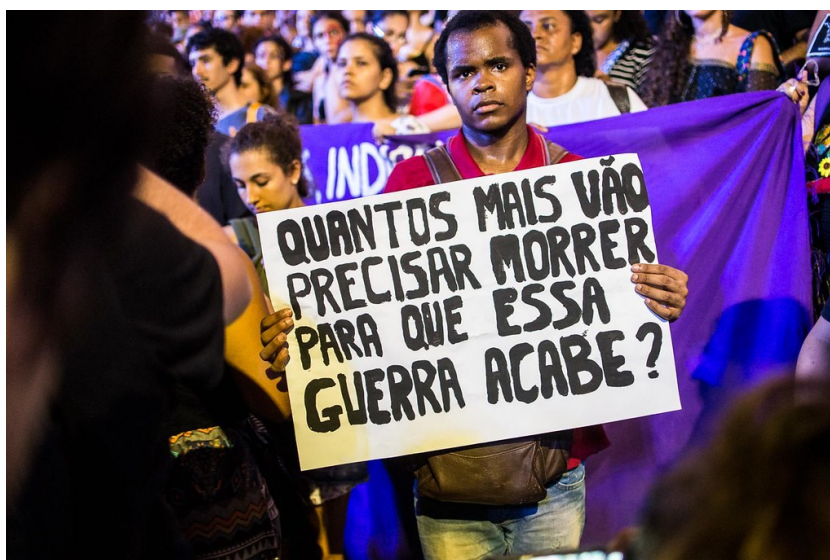
“Marielle perguntou, eu também vou perguntar, ‘quantos mais tem que morrer, pra essa guerra acabar?’” se tornou outro dos cantos que pautava os protestos, fazendo referência a frase postada no Twitter de Marielle (2018) um dia antes, pedindo explicações sobre o caso do jovem Matheus Melo, da favela do Jacarézinho no Rio de Janeiro, assassinado pela polícia do 41º Batalhão, quando saía da igreja.

**Figura 6 — Captura de tela do tweet de Marielle e foto de cartaz**



Fonte: [twitter.com/marielle\\_franco](https://twitter.com/marielle_franco),

**Figura 7— Cartaz de protesto com frase do Tweet**



Fonte: Bernardo G. / Flickr.

A frase foi transformada em cartazes, blusas, música e pichações pela cidade. Os gritos e cantos apontavam para o papel que o esforço da memória e da memorialização<sup>2</sup> teriam no caso.

Esforço que foi ganhando uma urgência ainda maior enquanto, poucas horas após a tragédia brutal, setores conservadores da direita brasileira alinhados com valores supremacistas brancos, deram início a uma estratégia agressiva de desinformação nas redes, espalhando notícias falsas e conteúdo de ódio, que

<sup>2</sup> Os conceitos de memória e memorialização serão aprofundados posteriormente no Capítulo 2.

permanecem sendo utilizados até hoje, com o objetivo de relativizar e até justificar o assassinato de uma parlamentar em exercício. “Uma tentativa de segunda morte” já que “matar o seu corpo não teria sido suficiente” escreveu a professora do Departamento de Sociologia, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ), Mariana Cavalcanti (2020). O caso, ainda segundo Sueli (2018) é:

[...] a metáfora extrema de tudo que há pra dizer sobre racismo e desigualdade. Uma morte que contém em si todos os elementos essenciais para compreensão das relações raciais e de gênero no Brasil. E como essas relações se configuram no presente.

Segundo Josir Gomes (2018, p.1), é o “fato político de maior repercussão dos últimos anos no Brasil, tanto nas mídias tradicionais como nas redes sociais”, tendo batido recordes históricos de publicações nas redes. Estudos como o de Magalhães e Tsai (2018) apontam que o caso se tornou emblemático por ser “o primeiro a contar com uma onda de mobilização popular contra Fake News”, na guerra de memória, conceito que destrincharemos mais a frente, que se estabeleceu após o assassinato.

Marcando o primeiro mês após o ocorrido, junto às companheiras do mandato, partido e coletivos próximos a Marielle, organizamos o primeiro Amanhecer por Marielle e Anderson. Havíamos utilizado a tática do “Amanhecer” pela primeira vez no Brasil, com este nome, em 2015, no movimento contra a redução da maioridade penal, do qual Marielle Franco fazia parte. A iniciativa era baseada na organização de ações territoriais diversas simultâneas espalhadas pelo maior número de locais possível, com o objetivo de propagar uma ideia. Naquele 14 de abril de 2018, ao menos 170 ações foram realizadas em 15 países de 2 continentes diferentes, conforme aponta a Figura a seguir:

**Figura 8 — Mapa Amanhecer por Marielle e Anderson, abril de 2018.**



Fonte: Site do Mandato de Marielle (2018).

Por ter acontecido poucos meses antes das eleições de 2018, o assassinato de Marielle teve um efeito perceptível na dinâmica da ocupação política institucional. Mônica Francisco, Dani Monteiro e Renata Souza, três mulheres negras e periféricas, que eram companheiras políticas e trabalhavam no mandato de Marielle, foram eleitas como deputadas estaduais. Talíria Petrone e Áurea Carolina, amigas e companheiras de partido de Marielle, ficaram entre as candidaturas mais votadas para a Câmara dos Deputados, em Brasília.

Durante as eleições de 2018, além da irmã, Anielle Franco, a esposa, Mônica Benício; a mãe, Marinete Silva; o pai, Antônio dos Santos; e a filha de Marielle, Luyara Franco, foram chamadas para inúmeras atividades de campanha de colegas do PSOL e de outros partidos progressistas que apresentavam suas candidaturas como uma resposta ao acontecido. Por outro lado, alguns dos políticos de extrema-direita que atacaram sua memória durante a campanha também tiveram votações expressivas, como veremos mais adiante.

Além das ações descentralizadas nas ruas e redes e do âmbito da política institucional, organizações da sociedade civil lideradas por mulheres negras atuaram de maneira intensa naquele primeiro momento. Desde o apoio à família na denúncia e acompanhamento das investigações pela Anistia Internacional (dirigida por Jurema Werneck), até a mobilização pela aprovação dos projetos de Lei que Marielle havia apresentado na Câmara pela Rede Meu Rio/Nossas (campanha liderada por Débora Pio).

Foi também o apoio de organizações históricas do movimento de mulheres negras que ajudou a plantar a semente de raízes mais profundas, como no caso da ONG Criola, como descreve Anielle:

Foi em uma dessas inúmeras reuniões, encontros, conferências, que, mesmo diante de muita dor e abalada com toda violência que assolava minha família e a mim, após o assassinato de minha irmã, em 2018, em uma viagem para os Estados Unidos, com Lúcia Xavier (Criola), que traçamos juntas alguns dos primeiros esboços da criação do Instituto Marielle Franco, ainda dentro de um avião (Franco, 2021, p. 49-50).

**Figura 9 — Fotografia Anielle Franco e Lúcia Xavier.**



Fonte: Acervo Pessoal de Anielle Franco.

Pouco tempo depois, no dia 27 de julho de 2018, quando Marielle completaria 39 anos, Anielle organizou com sua família o lançamento do projeto Papo Franco de oficinas e rodas de conversas, iniciativa inspirada em uma ideia que Marielle tinha para o seu mandato.

**Figura 10 — Fotografia da Família Franco no Papo Franco, dia 27 de julho de 2018.**



Fonte: Instagram de Anielle Franco.

A primeira edição que ocorreu no Centro do Teatro do Oprimido, integrava as atividades do 3º Julho Negro e contou com a participação de três mulheres negras, Ivanete Silva (companheira de partido de Marielle), Jurema Werneck, e Pâmella Passos (comadre de Marielle e parte da coordenação política da mandata). A mesma data é a que consta na ata de fundação do Instituto Marielle Franco, organização criada pela família de Marielle com o objetivo de estruturar a atuação que a família vinha tendo desde o dia 14 de março.

A organização surgiu então para lidar com as tentativas não só de destruição, mas de cooptação e desvirtuação da memória de Marielle, e com o fato de que, naqueles primeiros meses, muitas ações feitas com o nome da vereadora não consideravam o envolvimento real e o protagonismo da família sanguínea e negra de Marielle. Ações inclusive de pessoas que não conheciam Marielle, e estavam, por exemplo, vendendo produtos com seu rosto em shoppings de luxo, sem sequer informar à família, muito menos oferecer a doação de parte das vendas para apoiá-las.

Como Anielle Franco (Franco, 2021, p. 7) escreveu, “a resposta a toda essa barbárie foi manter esse legado vivo e seguir regando as sementes de Marielle”. E a irmã entendia desde o início que esse era um esforço que não deveria ser apenas da

família, mas se preocupava com ações que falassem sobre Marielle apenas a partir da perspectiva de pessoas brancas.

Sem questionar a legitimidade de pessoas e organizações próximas a Marielle de agirem sobre o caso, mas afirmando a impossibilidade da ausência da perspectiva da família e das mulheres negras, Anielle afirmou: “ou fazem o trabalho a partir do nosso olhar, ou não fazem. Ou nos aceitam como intelectuais com legitimação para contar nossas histórias, com nossas mais profundas cicatrizes, ou entraremos de qualquer jeito” (Franco, 2021, p. 29). Ainda segundo ela, a “manutenção da memória e do legado de Marielle Franco” deveria ser encarada principalmente como uma “tarefa não apenas individual, mas coletiva e negra” (Franco, 2021, p. 30).

Tal questão sobre a legitimidade do lugar de protagonismo na história de Marielle apareceu publicamente nos primeiros meses após o assassinato. Primeiro, no formato de notas sensacionalistas nos jornais, interessadas em cliques e audiências, que expunham a privacidade das famílias de Marielle de forma deturpada e distorcida. A cobertura, em muitas vezes demonstraram a falta de compromisso com o cuidado com os familiares da vítima, que sequer tiveram o direito a viver o luto e o processo de arranjos familiares comuns após o falecimento de um ente querido, e que deveria fazer parte do cotidiano de qualquer família enlutada.

Mas o tema também chegou a ser trazido a público pela própria Anielle em algumas poucas ocasiões de debates públicos, quando perguntada sobre o assunto. Anielle pedia, como forma de desabafo mas também de incidência política, que fosse respeitado o lugar de protagonismo da família, do Instituto e das mulheres negras na condução de homenagens e atividades sobre a vereadora.

Incidência que parece ter surtido efeito, visto que o Instituto conquistou um reconhecimento importante na liderança dessa onda de mobilização e esforço de memorialização, pautando os anos que se seguiram após a tentativa de interrupção do projeto político de Marielle. Ainda sobre o papel das mulheres negras nesse primeiro ano, Anielle conta que:

Em 2019, quando completaria um ano da morte de Marielle, o Instituto Marielle Franco bateu na porta da (ONG) Criola e solicitou uma reunião com inúmeras mulheres negras que compunham diversos coletivos. Foi extremamente importante aquele encontro no qual todas as participantes me abraçaram, abraçaram a causa, a luta, o legado, e nos ajudaram a erguer um festival em três meses (Franco, 2021, p. 50).

Uma grande quantidade e diversidade de ações e produções de informação veio ao mundo após aquele 14 de março de 2018. Um número aparentemente incontável e inclassificável de iniciativas de indivíduos, coletivos e instituições, com o objetivo de contribuir para a defesa, construção e firmamento das raízes da memória coletiva e cultural em torno da imagem de Marielle.

De livros a jogos eletrônicos, passando por músicas, filmes, sites, artes, artigos acadêmicos, bordados, placas de rua, enredos de samba, histórias em quadrinho, vestimentas, peças de teatro, jogos de tabuleiro, esculturas, tatuagens entre outras linguagens de informação e comunicação. Registros que vêm tecendo, como um grande mosaico, esta memória, no intuito de preservá-la e proteger a imagem e o legado político de Marielle das tentativas de difamação e apagamento.

Poderíamos dizer até, como veremos adiante, que a escolha de Anielle Franco como Ministra da Igualdade Racial, para além de um reconhecimento da sua capacidade inegável de liderança e atuação política, foi também inspirada como um gesto de reparação e homenagem à Marielle, sua família e tudo que representava. Assim como a continuidade do efeito Marielle sobre as eleições que se seguiram em 2020, 2022 e 2024, como a maior protagonismo e destaque de candidaturas e vitórias de mulheres e pessoas negras, a reeleição de parte das sementes de Marielle e a eleição de figuras ligadas à Marielle como a viúva, Mônica Benício.

Toda essa diversidade de linguagens e tecnologias da informação na construção desta memória coletiva e cultural foi a questão original motivadora deste projeto de pesquisa. Mas outra questão se mostrou mais relevante ao longo do processo, como detalharemos ainda neste capítulo.

## 1.2 IMPLICAÇÕES E PRINCÍPIOS

Antes de seguir as próximas páginas deste trabalho, inspirado pela postura de Adrienne Maree Brown (2020), quando se apresenta logo no início do seu livro “*We will not cancel us and other dreams of transformative justice*”, considero necessário explicitar e transparecer minha posição enquanto autor frente ao tema e à sociedade.

Em sua obra, Adrienne Brown (2020) fala sobre a importância da transparência e vulnerabilidade como elementos fundamentais para construção de movimentos mais comprometidos, responsáveis e eficazes.

Faço isso na introdução deste trabalho, reconhecendo a minha perspectiva de observador-participante, por concordar com a professora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, primeira professora titular negra desta universidade e com longa experiência em processos de documentação voltada para movimentos sociais, Cida Moura (Moura, 2021), quando afirma que não há neutralidade nas técnicas. Me inspiro também no pensamento da psicóloga e ativista, fundadora do Centro de Estudos de Relações sobre Raça e Trabalho (CEERT), Cida Bento (2022), reconhecendo que essa suposta ideia de neutralidade é justamente um mecanismo inventado pela branquitude para se colocar em um lugar universal, que reforça uma lógica colonial de conhecimento. Tal posicionamento dialoga também com Pâmella Passos (2013), que ao escrever sobre o dilema de ser pesquisadora e militante, reforça que a existência da imparcialidade está amplamente discutida na academia e sugere que cabe então “analisar as implicações que constituem essa parcialidade” (2013, p.217).

Sendo assim, me apresento: sou um homem branco, cisgênero, bissexual, brasileiro, carioca, de 31 anos, crescido na Zona Sul e no Centro do Rio de Janeiro. Não sou herdeiro, nem rentista, mas tive acesso a inúmeros privilégios que deveriam, na teoria, ser direitos básicos para toda a população, mas a realidade não é essa.

Considero que minha formação técnica e política tem origem em tudo que aprendi com minhas avós e avô, mãe, pai, madrasta, tias e tios, irmã, irmãos, primas, primos e amigas e amigos com quem dividi sonhos e projetos coletivos. Precisaria de muitas páginas para discorrer sobre tudo que aprendi com essas pessoas.

Além disso, me formei em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda na Escola de Comunicação da UFRJ. Trabalho, desde 2011, com comunicação, mobilização e gestão de projetos e pessoas para causas, campanhas eleitorais, mandatos legislativos e organizações do terceiro setor, do campo progressista.

Trabalhei como assessor de comunicação do mandato de Marielle Franco até o dia 14 de março de 2018, dia em que tentaram interrompê-la covardemente. De lá para cá, talvez como forma de busca de sentido ou estratégia para lidar com o luto, dediquei minhas energias a apoiar os processos coletivos de mobilização que se construíram no entorno desse acontecimento.

Na maior parte deste período desde 2019, atuei junto à Anielle Franco, sua família, Marcelle Decothè e Luna Costa no processo de estruturação das bases,

recursos, projetos e equipe do Instituto Marielle Franco, estando à frente da Gestão de Sustentabilidade e Cuidados Coletivos da organização. Após a nomeação de Anielle para o Ministério da Igualdade Racial, assumi a Diretoria de Estratégia e Sustentabilidade do Instituto, apoiando na transição para a nova equipe de liderança e diretoria, composta por Lígia Batista e Diana Mendes.

No final de 2023, fui chamado por Anielle, Marcelle e Luna a me somar na Assessoria Especial da Ministra no Ministério da Igualdade Racial, onde tenho tido a possibilidade de perceber a forma como esse legado chegou até a Administração Pública Federal, e apoiado na manutenção e ampliação desta chegada. Uma grande parcela das informações contidas nesta dissertação emerge das observações realizadas destas perspectivas.

Procurro seguir, em minha prática e pesquisa, os valores e princípios determinados no planejamento estratégico do Instituto Marielle Franco, que são: abertura, ancestralidade, cuidado, coletividade, papo franco, humildade, disciplina e combate à toda forma de opressão.

Por esse lugar social, racial, de gênero e de classe que ocupo, durante a formulação das minhas questões de pesquisa e em diálogo com muitas companheiras de caminhada, compreendi que se fez presente uma questão de pesquisa que não estava explícita inicialmente, mas que me atravessa pessoalmente: refletir sobre como as dinâmicas de privilégio, em especial da branquitude, influenciam neste desafio de manutenção da memória coletiva e cultural sobre Marielle.

Faço isso como uma forma de refletir politicamente sobre o desconforto sentido nos últimos anos ao ocupar esses papéis. Um desconforto não necessariamente limitado à chave da culpa branca - fenômeno que, segundo Tatiana Nascimento (Nascimento, 2020), costuma se manifestar como uma primeira percepção de racialização das pessoas brancas, e muitas vezes acaba sendo paralisante. Um desconforto que está, para além disso, relacionado a tentativa de acertar ao máximo possível na compreensão dos desejos, limites e possibilidades da construção de alianças efetivas e genuínas, para o fortalecimento de um projeto de emancipação e libertação para todas as formas de vida, contra todas as formas de violência.

Compreendo que a reprodução de padrões e hábitos coloniais e opressores me atravessa, assim como a todas as pessoas em lugares diferentes, e escrevo este trabalho também num esforço de auto investigação e busca pelos caminhos de mais coerência, sem acreditar em qualquer ideia de plenitude e perfeição.

Para além da perspectiva individual e dos aspectos citados acima, esta pesquisa busca contribuir com o caminho coletivo para uma perspectiva crítica da Ciência da Informação. Através da escuta e referência às vozes que vêm formulando esses entendimentos desde um lugar de resistência e produção de outras possibilidades, desejo contribuir por meio do exercício criativo de aplicação dessas reflexões teóricas em ferramentas práticas de transformação social.

### 1.3. OBJETIVOS DO TRABALHO

Diante do contexto e do posicionamento apresentados acima, o objetivo geral inicial deste projeto, que era entender como os diversos usos das linguagens e tecnologias da informação puderam contribuir, ao mesmo tempo, para tentativas de destruição e reconstrução da memória coletiva e cultural sobre Marielle Franco, ganhou um caráter secundário.

Da mesma forma, o objetivo específico inicial, que era compreender os aspectos detalhados das linguagens principais utilizadas, em especial, no ecossistema de construção dessa memória, e ainda analisar o impacto das ações construídas, deixou de ser o centro da questão.

Tal ajuste se deu não apenas pela mudança da relevância imediata, mas, de certa forma, pelo fato de que a premissa que tínhamos de que seriam incontáveis e inclassificáveis as homenagens produzidas sobre Marielle, foi parcialmente verificada, na medida em que, ao menos para o tempo que se tinha disponível para esta pesquisa, de fato seria inviável a tentativa de contagem e classificação de tais iniciativas.

Esforço este que segue merecendo a dedicação especial de pesquisas e projetos que ajudem a compreender e difundir a diversidade de linguagens e tecnologias utilizadas para preservar a memória e legado de Marielle. Esforço que pode vir a ser realizado com mais capacidade e propriedade pelo próprio Instituto Marielle Franco, através do seu Centro de Memória e Ancestralidade e suas parceiras.

Finalmente, se fez prioridade o objetivo de refletir, através da lente dos estudos da branquitude, do racismo e da construção de memórias negras, sobre como os diferentes lugares de autoria de quem está produzindo essas informações incidem nesta dinâmica.

De forma específica, buscamos discutir como essas estratégias de defesa e destruição estão atreladas a um processo mais amplo e complexo de tensão entre forças de perpetuação e de resistência ao projeto racista colonizador que estrutura a sociedade brasileira.

Esse olhar dialoga com nossa segunda premissa que é de que, ao mesmo tempo que mulheres negras foram o principal vetor de resistência à frente dessas iniciativas, muitos homens e pessoas brancas também se manifestaram em sua defesa, e que os diferentes lugares de privilégio, que nos atravessam de forma estrutural e sistêmica, influenciam a maneira como essa memória é construída, e se articulam com a questão da branquitude e da colonialidade em camadas mais profundas e complexas.

Esperamos com esta pesquisa ampliar os conhecimentos sobre as implicações políticas, sociais e econômicas das redes de produção, organização e distribuição da informação em torno da memória coletiva e cultural na sociedade. E aprofundar o debate sobre o papel das pessoas que ocupam lugares de privilégio nos desafios da transformação social.

#### 1.4. QUADRO CONCEITUAL

A partir da perspectiva teórica de Bianca Santana (2020, p. 42), em sua tese de doutorado em Ciência da Informação na Universidade de São Paulo (USP), compreendemos que não é simples encontrar “a temática racial nas pesquisas em arquivologia e ciência da informação”. Portanto, nesta investigação, para além de artigos e publicações sobre Marielle, partimos de uma revisão de literatura sobre perspectivas contra-hegemônicas dos conceitos de informação e memória, buscando priorizar a leitura de autoras e autores negras e negros e os pontos de vista atentos às dinâmicas de racialização.

Olhamos, por exemplo, para os conceitos de colonialidade e contracolonialidade de Nego Bispo, apresentados ao longo da sua trajetória e, em especial, no Curso de Contações de Histórias Afrocentradas (Instituto Marielle Franco, 2022) promovido pelo Instituto Marielle Franco. Buscamos no livro *Filosofias Africanas* de Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2020) um reforço para a costura desse texto a partir de outras epistemologias.

Para analisarmos esses fenômenos usamos o conceito de informação da professora Cida Moura (2022) que diz que é “qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza, independente do formato ou suporte.” Colocamos esse pensamento em diálogo com as provocações sobre memória levantadas na tese de Bianca Santana (2020), na aula pública de Thula Pires, Eliana Alves Cruz e Fatou N'Diaye (2022) sobre “A memória como semente para outros futuros” - realizada no evento de inauguração da escultura de Marielle Franco no centro do Rio de Janeiro em julho de 2022, quando a vereadora completaria 43 anos — e as perspectivas sobre memória coletiva e justiça social no livro de mesmo nome da pesquisadora Myriam Sepúlveda dos Santos (2021).

Para uma reflexão sobre a construção de memórias negras, nos aprofundamos através das aulas transcritas do curso “Fazedoras de Memórias Negras” da Casa Sueli Carneiro, nos textos de Beatriz Nascimento (2022) organizados pelo professor Alex Ratts no livro “O negro visto por ele mesmo” e no trabalho de Winnie Bueno (2020) sobre o conceito de imagens de controle, através do pensamento feminista negro de Patrícia Hill Collins (2019).

Recorremos aos estudos de “branquitude” de Cida Bento (2022) entre outras autoras sobre o tema, em especial no conteúdo transcrito do encontro Branquitude, Racismo e Antirracismo, organizado pelo Instituto Ibirapitanga (2021). Caminhamos pelas reflexões sobre “epistemicídio” de Sueli Carneiro (2005) e “semicídio” e “grupos técnicos de imaginação” de Muniz Sodré (1999, 2017) para encontrar ferramentas para elaborar a crítica sobre os lugares de privilégio nessa dinâmica.

Acessamos também, como apoio para essa conversa, as ideias sobre memória cultural de Aleida Assmann (2010), as perspectivas sobre lugares de memória na América Latina por Mónica Álvarez Aguirre (2020), as reflexões sobre memória ancestral de Amos Wilson (2014) e guerras de memória, na interpretação de Silvana Seabra (2022).

Olhando especificamente para o caso de Marielle e a forma como ele dialoga com todos os elementos acima, nos orientamos especialmente pela tese de mestrado de Anielle Franco (2021) e recorremos a artigos acadêmicos, livros e outras produções midiáticas encontradas na revisão sistematizada que ajudaram a compreender como se deu a conversa pública e as disputas narrativas para a produção dessa memória.

Pela quantidade e diversidade de fontes e autoras relevantes encontradas pelo caminho e pela combinação entre a perspectiva de observador e militante, este

trabalho, em alguns momentos, se assemelha a uma conversa fluida entre as fontes, em outros se confunde com trechos que podem parecer ter sido retirados de um diário pessoal ou anotações de terapia.

## 1.5 PERCURSO METODOLÓGICO

O caminho percorrido nesta pesquisa foi baseado em uma combinação de estratégias metodológicas e foi sendo ajustado ao longo do percurso para dialogar com a readequação do objetivo.

Iniciamos a pesquisa com um processo de revisão de literatura do quadro conceitual apresentado acima que, por si só, foi extremamente desafiador dado a quantidade de produções acadêmicas e literárias, não só sobre Marielle, mas sobre os demais temas relacionados às questões da pesquisa. Também acessamos registros pessoais físicos e virtuais, aplicativos de mensagens e arquivos do Instituto, que ajudaram a compreender como Marielle, em vida, interagiu com as ideias de memória e coletividade e como se deu a guerra de memória imediatamente após o seu assassinato. Incluiu-se nessa etapa um estudo de caso mais detalhado sobre a ação para promover a verdade sobre Marielle contra a enxurrada de mentiras que se tentou propagar no dia seguinte ao 14 de março.

Em seguida, fizemos uma análise conceitual a partir das ideias e conceitos encontrados na revisão. Poderíamos ter feito a escolha de selecionar e aprofundar em determinados conceitos, mas optamos por manter uma amplitude maior de ideias para ser fidedigno ao percurso, uma vez que parte importante do mergulho na temática, da minha reflexão e formação, foi navegar por todas essas ideias.

Ainda com a perspectiva inicial de observar a diversidade das linguagens e tecnologias utilizadas nas homenagens, após a revisão de literatura partimos para a coleta de dados por meio de uma exploração documental de conteúdos digitais, reconhecendo o que nos diz Bryman (2008, p. 525) sobre o evidente grande potencial da internet como fonte de documentos.

Como campo escolhido para o desenvolvimento desta parte empírica da pesquisa estavam os conteúdos e homenagens produzidas para preservar e defender a memória de Marielle Franco no recorte temporal dos primeiros 5 anos após o seu assassinato.

Navegamos em especial pelas homenagens que estão armazenadas nos arquivos internos do Instituto Marielle Franco, que costuma receber com frequência contatos de pessoas no mundo inteiro com diferentes tipos de contribuições, além das publicações nas redes sociais do próprio Instituto e de Marielle.

Olhamos também o mapa produzido pelo pesquisador Hércules da Silva Xavier Ferreira (2018), para o site WikiFavelas, que vem registrando homenagens à Marielle desde 2018.

Por ser uma pesquisa de natureza qualitativa e com um alto grau de diversidade nas categorias de homenagens identificadas, trabalhamos com uma amostragem teórica de codificação aberta, compreendendo segundo Strauss e Corbin (2008, p. 196) que este tipo de amostragem é cumulativa, na medida em que a cada ciclo de amostragem podemos ir identificando novas categorias, e que “na amostragem inicial, o pesquisador está interessado em gerar o máximo possível de categorias; dessa forma ele coleta dados em um vasto leque de áreas pertinentes” (2008 p. 196).

Como estratégia de priorização, demos mais atenção às homenagens com maior repercussão nas mídias, considerando sua publicização como critério de efetividade da ação. Consideramos também as homenagens que contaram com a parceria e/ou divulgação por parte do Instituto, por conta da legitimidade conferida.

Ao longo do percurso, com a mudança no objetivo da pesquisa apresentada anteriormente, decidimos não avançar para uma etapa de análise aprofundada de todas as homenagens identificadas, nos atendo ao levantamento inicial como forma de ilustrar a magnitude e complexidade do campo e incentivar futuros trabalhos e pesquisas.

Realizamos, então, estudos de caso mais detalhados sobre as homenagens que se destacaram ao longo do processo como emblemáticas para a dinâmica que buscávamos compreender, em primeiro lugar a forma como os diferentes lugares de autoria influenciam o processo de construção dessa memória, e também sobre a forma como as tecnologias da informação atravessam este processo.

## **2 ATRAVESSAMENTOS ENTRE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO: CONCEITOS, LIMITAÇÕES E TENSÕES.**

Neste capítulo iniciamos a discussão conceitual, buscando costurar um diálogo entre diversas referências que agregam, em especial a partir de perspectivas contra colonizadoras, ideias sobre memória, informação. Em especial as ideias em torno de ancestralidade, diversidade de linguagens, lógica autoral colonial e branquitude.

### **2.1 PERSPECTIVAS CONTRA COLONIZADORAS SOBRE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA.**

Como apresentado anteriormente, além dos diversos textos, teses, livros, artigos e conteúdos, para compor esta revisão da literatura nos baseamos, em especial, no conhecimento produzido em quatro atividades formativas com pesquisadoras e pesquisadores negros sobre temas que dialogam com a ideia de informação e memória: (1) A oficina “Contação de Histórias em uma perspectiva afrocentrada” (2022) ministrada para a Rede de Sementes do Instituto Marielle Franco como parte da formação do processo de multiplicação da História em Quadrinhos “Marielle Raízes”; (2) O curso “Fazedoras de Memórias Negras”, da Casa Sueli Carneiro, cujas aulas foram transcritas e registradas na publicação “Insumos para ancoragem de memória negra” (2022); (3) A aula pública “Memória como semente de outros futuros”, organizada pelo Instituto Marielle Franco para a inauguração da escultura de Marielle; (4) E o seminário “Branquitude, Racismo e Antirracismo”, organizado pelo Instituto Ibirapitanga em 2021.

Referências trazidas por Tatiana Henrique (Instituto Marielle Franco, 2022) durante a oficina “Contação de Histórias em uma perspectiva afrocentrada”, nos ajudaram a abrir o debate sobre as múltiplas linguagens na construção da memória de mulheres negras e sobre a crítica ao lugar de privilégio ocupado pela branquitude nesse processo. Esses encontros provocaram uma reflexão sobre o próprio caminho metodológico desta pesquisa que inicialmente continha uma preocupação em citar e referenciar autores ditos “clássicos”, em sua maioria homens brancos do hemisfério norte, como se fosse necessário para legitimar a validade da pesquisa.

A abordagem apresentada por Tatiana Henrique (Instituto Marielle Franco, 2022) foi central para este trabalho ao trazer as provocações a partir das noções de colonização e contracolônização de Nego Bispo - um quilombola, intelectual, poeta,

escritor, professor e ativista na luta por terra e direitos, que faleceu no final do ano de 2023, durante a escrita desta dissertação. Bispo se reconhecia como um dos tradutores do modo de vida quilombola, que ele argumenta ser baseado em uma relação com o cosmos que nenhum poder colonial poderia roubar.

Tatiana Henrique (Instituto Marielle Franco, 2022) argumenta que, para Bispo, a colonização pode ser entendida como sendo “todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, subjugação, etnocídio e até de substituição de uma cultura sobre/pela outra, independente do território físico e geográfico em que essa cultura se encontra.” E a contracolonização seria “todos os processos de resistência e de luta em defesa de territórios de povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios.”

O próprio Bispo (2018) no artigo “Somos da Terra” escrito para a revista *Piseagrama*, fala sobre a contracolonização como o processo no qual quilombolas e indígenas atualizam suas trajetórias a partir das suas próprias matrizes. Na aula *Saberes Quilombolas para a Universidade Federal da Bahia*, Bispo (2019) afirma que o horizonte é quando as universidades passam a querer aprender com as populações quilombolas em uma “confluência de conhecimentos”.

Durante a palestra, Bispo (2019) problematizou a variedade de termos relacionados à ideia da colonialidade, tanto com relação à complexidade academicista quanto com relação à lógica de pensamento e apresenta também sua perspectiva sobre a diferença entre contracolonização e descolonização. Em suas palavras:

Tá na moda muita gente falando decolonialidade ou descolonialidade. Na boa, se falar essas palavras no quilombo nós não vamos saber de nada do que vocês tão falando. (...) Já ouvi algumas pessoas falando em pós-colonial. Não entendo nada de pós-colonial. Porque para nós o colonialismo nunca terminou. (...) Eu questiono a descolonização porque desfazer, desmanchar é uma pedagogia de aprender. Se eu desmanchar um cesto eu aprendo a fazer o cesto porque as dobras vão ficar ali feitas. Eu faço de novo. Nós não precisamos desmanchar o colonialismo, nós precisamos destruir o colonialismo. Pra não ficar pedaço nenhum. Pra que não seja refeito. Se eu for desmanchar esse troço eu posso aprender a fazer esse troço. E eu não posso aprender. Não desejo (Bispo, 2019, s.p.).

No contexto deste trabalho nomeamos então de colonizadora a perspectiva hegemônica que se pretende ser e permanecer universal e se articula com dinâmicas de poder e opressão para definir o que deve ou não ser considerado informação e o que deve ou não ser lembrado.

Tal abordagem colonizadora dialoga com o que Maria Nélida González de Gomez (González de Gomes, 2007) chama, numa reflexão dentro do próprio campo da Ciência da Informação, de “epistemologia normativa”, que estabelece o que é ciência e, portanto, faz parte de um saber privilegiado e superior. Enquanto isso, outros conhecimentos que não se encaixam são considerados saberes periféricos e estão fora dos regimes de verdade e dos seus sistemas de referência e validação.

A perspectiva do quilombo também é tema central do trabalho da intelectual e militante do movimento negro, Beatriz Nascimento (Nascimento, 2022, p. 122-123) que afirma que, para além de tentativa de rebelião contra o sistema escravocrata, o quilombo “foi também uma forma de organização política e social com implicações ideológicas muito fortes na vida do negro no passado e que se projeta após a abolição, no século XX.” E que essa forma de organização “sobrevive, não na sua forma original, mas como uma tradição de vida do negro brasileiro”.

No mesmo sentido, o pensamento feminista negro de Patrícia Hill Collins (2019) que lemos a partir do olhar de Winnie Bueno (2020) parece ser uma perspectiva de análise acertada para esse trabalho, “pois a complexidade do ativismo intelectual de mulheres negras faz com que elas precisem combater múltiplas formas de opressão”. Tal realidade exige que as mesmas compreendam “como operam os sistemas de dominação para que as estratégias elencadas sejam suficientemente potentes de modo a garantir sua sobrevivência à margem das instituições sociais e da proteção estatal”.

Para Bueno (2020), a perspectiva colonizadora está imbricada no patriarcado junto ao racismo e o sexismo na construção de “formas de dominação que caracterizam o período de escravização e que, no que pese apresentarem dinâmicas diferentes em cada contexto nacional, influenciaram a formação dos aspectos da vida social.”

Ao nomear e compreender os limites da abordagem epistemológica normativa e colonizadora, partimos então para um mergulho no que poderíamos entender como perspectivas contracolonizadoras sobre os tópicos centrais deste trabalho.

Em sua tese de doutorado, Sueli Carneiro (2005), conceitua a ideia de epistemicídio ao descrever o processo pelo qual a população negra é interdita diante da possibilidade de mobilidade social. Essa interdição ocorre através da impossibilidade do acesso e propagação do conhecimento e aprendizado das culturas

tradicionais. Esses impedimentos se dão por meio da imposição do embranquecimento cultural.

Ao analisar a produção intelectual de Marielle Franco a partir da dissertação de mestrado da vereadora “UPP: a redução da favela a três letras”, Geri Augusto (2020) caracteriza seu assassinato justamente como uma tentativa de epistemicídio. Para Augusto (2020, p. 248-249), a tese de Marielle cresce das raízes e tradições intelectuais dos pré-vestibulares comunitários onde estudou e trabalhou. Segundo a autora, Marielle:

[...] anuncia uma prática intelectual trabalhando nas encruzilhadas de várias tradições intelectuais: radical, negra, feminista, queer, [...] e ideias faveladas e quilombolas [...] desenhadas sobre um legado compartilhado da resistência em fuga, que nos levam às revoltas de pessoas escravizadas, sem mencionar as propostas sociais do quilombismo e do Movimento Negro Unificado do século 20 (Augusto, 2020, p. 248-249).

No curso de Tatiana Henrique (Instituto Marielle Franco, 2022), outro conceito chave nesta reflexão é o do Grupo Técnico de Imaginação de Muniz Sodré (1999) que se refere “às pessoas que ocupam os lugares de poder na indústria cultural” e que “por serem um grupo que se coloca como hegemônico, como estão afirmando a narrativa de um ser ideal, vão estar o tempo inteiro se reafirmando através dessas técnicas poderosíssimas, e assim fazendo as pessoas negras pensarem a sua imperfeição” (Instituto Marielle Franco, 2022).

Muniz também é o autor que cunhou a expressão “semiocídio”, aplicada em sua obra *Pensar Nagô*, para descrever o processo de catequização como instrumento central no processo de colonização. Segundo Muniz (2017, p. 119) “a violência civilizatória da apropriação material era, na verdade, precedida pela violência cultural ou simbólica – uma operação de “semiocídio”, em que se extermina o sentido do Outro”.

No livro “Filosofias Africanas”, de Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2020), os autores buscam compartilhar diversas perspectivas oriundas das epistemologias que brotam do continente africano. O território foi um dos alvos centrais da violência do projeto de colonização branco europeu, iniciado no século XV e que segue com seus desdobramentos nos dias atuais, com consequências irreparáveis, mas não sem ter que lidar com as mais variadas formas de resistências empreendidas pela população africana e afrodiaspóricas.

Lopes e Simas (2020), reconhecem com evidências a negritude do povo que vivia há mais de 5000 anos no território que hoje é conhecido como Egito. Ao rememorarem as diversas contribuições deste povo para a filosofia, ciência, artes, política e demais áreas da sociedade, demonstram a malícia do projeto colonial europeu com relação à epistemologia africana quando falam sobre o processo que começou com a desqualificação e negação dos saberes milenares egípcios, passando para uma desacreditação da origem afro-negra dos mesmos até chegar no processo de embranquecimento da cultura egípcia, chegando a ponto de representar nos cinemas faraós com atores brancos.

Feita essa breve introdução às epistemologias que nos apoiam no exercício de ampliação da lente para leitura do mundo, entramos então nas reflexões mais aprofundadas sobre o exercício de construção da memória coletiva e cultural a partir dessa perspectiva.

O livro ‘Insumos para a ancoragem de memórias negras’ organizado por Natália Carneiro, Bianca Santana e Gabriela Gaia reúne transcrições das aulas contidas no curso “Fazedoras da Memória Negra”, em 2021 (Carneiro, Santana, Gaia, 2021). Segundo Bianca, que é diretora da Casa Sueli Carneiro, e também conselheira do Instituto Marielle Franco, a iniciativa foi a primeira ação-curso da Casa, e tinha como objetivo dialogar com pessoas que atuam em projetos sobre memória negra nos múltiplos sentidos que a memória negra pode ter, para além das memórias de violência.

A professora Cida Moura (Moura, 2021), abriu o módulo sobre arquivos, organização e pesquisa do curso das Fazedoras da Memória Negra.

Sobre o conceito de informação, Moura traz a ideia de que a informação “é um substrato da vida social” que demanda que seja feito um processo de análise crítica e reflexão por parte de quem está recebendo “para que, inserindo nas historicidades dos processos sociais, possa ser incorporada como conhecimento, norteando a ação” (Moura, 2021, p. 62).

Moura sugere que o ato de produzirmos, manipularmos e potencializarmos essas informações, vai constituir o que se chama de cenário semiótico, que segundo ela, é “um ambiente propício para a produção de sentido (...) o ambiente que é mediado por um conjunto de signos organizados a partir da nossa especificidade” (Moura, 2021).

Ela reforça que os projetos dos fazedores da memória negra enquanto cenários semióticos “têm como meta entrar em contato com públicos e entrar em contato com outros sujeitos que vão interagir e produzir sentido, e vão se emocionar, que vão à luta ou que vão produzir outras coisas a partir disso...”. E fala sobre uma semiose que está pactuada na sociedade que precisa ser alargada para garantir a dignidade necessária a essas informações:

Achamos que é uma semiose que é colonizada, uma semiose colonial, e queremos oferecer outros meios para que as pessoas consigam perceber outros elementos. (...) O principal desafio é promover a legibilidade e a legitimidade para um acervo ou um repertório de conhecimento e informação que não foi repertoriado antes (Moura, 2021, p. 63).

Poderíamos entender, como veremos nos capítulos a frente, que iniciativas como o Instituto Marielle Franco, criado pela família de Marielle como uma forma de promover a defesa de sua memória a partir da liderança de mulheres negras, se apresenta como uma ferramenta para a construção de uma resistência ao cenário semiótico colonial.

A professora conclui sua aula com uma provocação para que desnaturalizemos as formas de produzir conhecimento até aqui e façamos diferente: “Não é fazer de forma diferente e carimbar a propriedade na sequência. Exige da gente também uma nova posição epistemológica” (Moura, 2021, p. 77).

Ainda no curso Fazedoras de Memórias Negras, a jornalista e historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, primeira mulher negra diretora do Arquivo Nacional, iniciou sua aula destacando que:

[...] não existe nada de inocente, por acaso, ingênuo ou natural quando se trata de memória e história. [...] as narrativas históricas com as quais temos contato ao longo da vida orientam a maneira como definimos quem somos nós e quem chamamos de outros, lembrando que a memória define o nosso posicionamento no mundo. [...] temos uma tendência de localizar os sujeitos identificados como dignos da memória a partir de vícios antigos das biografias de matriz europeia. O sujeito que importa é o sujeito na sua excepcionalidade (Pinto, 2021, p. 28).

E propõe que possamos aprender a contar a história dos sujeitos que ela chama de “sujeitos catalisadores”, entendendo que as lideranças só “ganham sentido porque são endossadas, tensionadas, apoiadas ou confrontadas por sujeitos com interesses comuns, interesses partilhados.” (Pinto, 2021, p. 29) e que esse exercício

passa também por visibilizar as pessoas negras que constroem a caminhada coletiva com esses sujeitos, deixando de lado a prática de justificar as lideranças negras pelas suas relações com pessoas brancas, o que a autora chama de um “sequestro da história”.

Essa perspectiva é percebida também na atuação do Instituto Marielle Franco, como veremos mais a frente, em projetos como o Estamos Prontas, uma estratégia de fortalecimento de lideranças de mulheres negras que buscam ocupar a política institucional após o assassinato de Marielle. Nas suas primeiras edições o projeto teve como premissa fortalecer as figuras que atuavam como coordenadoras e estrategistas das lideranças principais, entendendo que o apoio a essas sujeitas catalisadoras é chave para o fortalecimento dessas comunidades políticas. Tal perspectiva também é percebida no processo de memorialização de Marielle Franco por sua família e pelo Instituto, uma vez que há o esforço de contar a história de Marielle sem limitar às figuras políticas brancas que a cercavam.

Concordando com a historiadora, o mestre em psicologia e criador do Acervo da Laje no subúrbio ferroviário de Salvador, José Eduardo Ferreira Santos (Santos, 2021, p. 39), também no curso “Fazedoras de Memórias Negras”, lembrou em sua aula que a história brasileira nasce com o preconceito estético e com o epistemicídio e que por isso há pouca representatividade negra nos monumentos, nomes de ruas e livros.

Como veremos nos capítulos 4 e 5, as táticas de nomeação de monumentos e espaços públicos foi central na construção da memória de Marielle. A prática está atrelada a ideia de lugares de memória, que, segundo o site da Rede Latino-Americana de Lugares de Memória são lugares que interpretam a história através do local, envolvem o público em programas que estimulam o diálogo sobre os problemas sociais atuais, compartilham oportunidades de participação cidadã e ação positiva da sociedade nos problemas que o local representa e promovem a justiça e a cultura universal dos direitos humanos.

Para Mónica Álvarez Aguirre (2020, p. 66), pesquisadora colombiana que faz parte da rede colombiana de lugares de memória, “a preservação de lugares onde se cometeram graves violações aos direitos humanos e a criação de lugares de memória permitem materializar o direito à verdade”.

Outro conceito, o de “escrevivências”, da escritora Conceição Evaristo, é muito presente em diversas obras que navegam por esse debate. Por conectá-lo com a

criação do Instituto Marielle Franco em sua tese, Anielle apresenta a definição com suas palavras:

Conceição Evaristo conceitua “escrevivência” como a escrita que nasce de nosso cotidiano, de nossas lembranças, da experiência de viver e sentir a vida real, enquanto mulheres negras, historicamente jogadas à margem de um projeto falho de sociedade, racialmente dividido (Franco, 2021. p. 22).

E completa então conectando com o debate de memória:

Pensar memória, para mim, é entender que nossas escrevivências, termo de Conceição Evaristo, permitem-nos escrever nossas próprias histórias, testemunhos e visões. Nossas escrevivências são potentes e evidentes, pois nos fortalecem, nos impulsionam e nos impedem de esquecer das adversidades vividas. (Franco, 2021. p. 60).

Na conclusão da tese, trazendo dessa vez o conceito “dororidade” de Vilma Piedade, Anielle discorre sobre a palavra “memórias”:

Para as populações negras, essa palavra pode ser a chave que conecta os aprendizados basilares residentes em nossa eterna busca por libertação. Negada historicamente, acessar nossa memória não é uma tarefa fácil, seja pela ausência de ferramentas que nos apontem o caminho ou, principalmente, pela violenta retirada de nossas referências durante a vida, nossas memórias costumam ser marcadas pela “dororidade”, o nosso reconhecimento mútuo através da dor (Franco, 2021, p. 113-114).

Iniciando sua participação na aula pública “Memória como semente para outros futuros”, a professora Thula Pires (Pires; Cruz; N’Diaye, 2022) afirmou que existem várias maneiras de olhar para o tema da memória. Segundo Thula, uma dessas maneiras seria “pensar a memória como a possibilidade da gente dizer a verdade, estabelecer a justiça, promover a reparação, e dizer o que a gente não quer que se repita” (Pires; Cruz; N’Diaye, 2022).

Para a professora, a memória deve ser uma forma de reivindicar justiça, no sentido em que “as ações que colocamos no mundo sejam produzidas a partir da perspectiva da justiça em todos os seus aspectos (social, racial, sexual, de gênero [...]). A memória deve ser uma forma de promover a reparação nomeando coletivamente aqueles fatos cujas repetições não serão mais toleradas.”

Um olhar semelhante está presente no entendimento da historiadora Myriam Sepúlveda, em seu livro “Memória Coletiva e Justiça Social” (Santos, 2021) quando apresenta a dimensão ética da memória, onde “a intenção de quem se recorda é

combater a falsificação da história" (Santos, 2021, p. 135). Myriam contribui para a conceituação de memória coletiva nesse sentido ao trazer o pensamento de Yerushalmi e afirmar que:

Memórias constituídas coletivamente influenciam formas de agir, sentir e julgar. Quando imersas em situações de ampla participação, elas direcionam de forma positiva o relacionamento conflituoso entre passado e presente, sendo capazes de promover processos de reparação. Em diversas abordagens do passado contemporâneas, o oposto do esquecimento não é a lembrança, mas a justiça (Yerushalmi, 1982, p. 117 *apud* Santos, 2021, p. 19).

Para a autora, esta relação entre memória e justiça se constrói na dinâmica de contraposição entre o reconhecimento da culpa e a repressão da verdade ou o silêncio. Ela lembra que:

Lembrar também pode promover a cura da dor, seja individual ou coletiva, pois permite àqueles que se sentem vítimas de injustiças reinterpretar o passado à luz do presente, substituir o ódio e ressentimento por novas emoções e práticas (Santos, 2021, p. 53).

Myriam Santos apresenta então a diferença entre a ideia de memória coletiva e memória cultural, citando (Santos, 2021, p. 94) Aleida e Jan Assmann quando dizem que:

Memória coletiva é aquela que se forma através da interação e da comunicação entre indivíduos, sendo transmitida por, no máximo, três gerações consecutivas. Ela tem por base a tradição oral. A memória cultural, por sua vez, está presente em sociedades mais complexas e é reproduzida através da mediação de suportes com propriedades simbólicas, como imagens, textos e monumentos. Este tipo de memória atravessa diferentes épocas, necessita de especialistas em sua produção e reprodução, e pode ser armazenada em textos normativos e instituições próprias (Assman 2011 *apud* Santos, 2021, p. 94).

Para Álvarez Aguirre (2020, p. 74), a passagem da etapa de memória pessoal a memória coletiva é fortalecida a partir do encontro com os outros que habitam os lugares de memória.

Para se somar às perspectivas apresentadas acima, nos debruçamos sobre a tese de doutorado de Bianca Santana (2020) que se dedicou a estudar sobre a escrita de si das mulheres negras, navegando pelas reflexões sobre o conceito de memória e informação.

Logo no início do seu texto, Bianca Santana afirma que “a memória é o fio que conecta temporalidades, pelo trabalho ativo de lembrar e expressar lembranças por diferentes linguagens” (Santana, 2020, p. 36). Alinhada com as perspectivas compartilhadas anteriormente, a autora afirma que “a memória permite a relação do corpo presente com o passado em fragmentos, ao mesmo tempo que interfere no atual. Há muita relação, portanto, com a perspectiva Banto de memória como vibração que reúne as temporalidades possíveis” (Santana, 2020, p. 37). E elaborando sobre a ideia de memória coletiva, segue:

Um conjunto de lembranças de um grupo, é também construção social do grupo, visto que o significado coletivo pode aumentar o brilho de uma cena lembrada, ou mesmo alterar aquilo que o indivíduo lembra. A percepção coletiva, assim, é conformada pela individual, mas também influencia aquilo que o indivíduo lembra (Santana, 2020, p. 38).

Ao mencionar o ponto de vista da psicologia, Bianca Santana (2020) fala sobre como a memória é “uma tentativa de elaboração simbólica de traumas” e recupera escritos sobre o holocausto e sobre a escravidão para refletir acerca das memórias coletivas que se conectam a esses traumas coletivos compartilhados pelos povos judaicos, africanos e afro-diaspóricos respectivamente. E ressalta “que esta memória não é composta somente de dores. Ela mostra também a grande capacidade de mulheres negras, em um cenário tão restritivo, de se constituírem como sujeitos e produzirem informações e conhecimento” (Santana, 2020, p. 41).

Em sua dissertação de mestrado, Anielle Franco, descrevendo o processo de multiplicação do legado de Marielle após seu assassinato, fala de uma construção de memória, ao mesmo tempo, ativa e coletiva. Para ela:

nós nos tornamos sujeitos construtores de uma memória que deixa de ser somente dessa mulher e passa a pertencer a um grupo inteiro de pessoas, que trazem ações, visando a transformar em políticas públicas, ações, construções coletivas, memórias, legado e suas próprias escrevivências, em prol de um grupo, que, nesse caso, é de mulheres negras de todo o mundo (Franco, 2021, p. 69).

Anielle fala dessa construção de memória coletiva como uma espécie de tarefa para mudança social, ao pontuar a necessidade de construirmos “memórias que movam estruturas como as que vemos, lemos e ouvimos, de modo que tais memórias colaborem de alguma forma com o todo, com o meio, com o que queremos ver para nós e para toda a população” (Franco, 2021, p. 66).

E afirma que “a pessoa Marielle Franco, após seu assassinato, torna-se memória coletiva do mundo inteiro, apoiada por sua família e pela criação do Instituto Marielle Franco” (Franco, 2021, p. 71).

Concordando com Bianca, Anielle também fala que “Nossa memória não é só sangrenta, ela é também emancipatória, intelectual, afrodiaspóricas, potencializadora e histórica, porque, mesmo quando tentam nos silenciar ou apagar, nossas lideranças continuam resistindo” (Franco, 2021, p. 71).

Em sua obra, *O Pacto da Branquitude*, Cida Bento (2022, p. 39) destaca que a “omissão da resistência negra e indígena na historiografia oficial nos mostra que precisamos entender sobre memória coletiva, mas também sobre amnésia coletiva”, lembrando que “as sociedades escolhem o que querem lembrar e o que querem esquecer” (2020, p. 39).

Tratando da questão do esquecimento, Álvarez Aguirre (2020, p. 67) propõe que “existem políticas de esquecimento intencional, de silenciamento, de negação; estratégias de evitamento através das quais se busca que não se conheça a verdade”. E apontando os lugares de memória como uma fonte de resistência para esse processo, Álvarez Aguirre (2020, p. 69) diz que “pra além do esquecimento, os lugares de memória buscam curar uma sociedade da amnésia coletiva”, e concorda que “a memória não serve só para contar da dor, e sim para recuperar os saberes, o território e os seres que o habitam” (2020, p. 67).

Criticando a tão conhecida máxima de que o Brasil é um país sem memória, Eliana Alves Cruz (Pires; Cruz; N’Diaye, 2022), que também participou da aula durante a inauguração da estátua de Marielle, afirmou que “o Brasil lembra, a questão é a memória seletiva do Brasil. O Brasil quer lembrar de algumas coisas e esquecer outras, mas nós estamos aqui pra dizer que fazemos parte, que esse país é nosso também, e que não iremos esquecer”.

Evelyn Malafaia (2019, p. 68) dialoga com o tema e aponta que “a estratégia de esquecimento da história do negro não é recente.” Remetendo ao tempo da escravidão, a autora conta sobre o ritual da *Árvore do Esquecimento*, que acontecia no litoral do Benin, onde antes de embarcar nos navios em direção ao continente americano, homens negros e mulheres negras eram obrigadas a dar voltas em uma árvore que dizia que serviria para que “esquecessem de coisas que faziam parte de

sua constituição e história tais como suas famílias, suas origens, suas terras, seus nomes, suas crenças e sua identidade”.

Sobre a relação entre memória e esquecimento, Myriam Sepúlveda (Santos, 2021, p. 131) afirma que uma não existe sem o outro. E que a memória funciona através de um processo seletivo. Mas lembra que, quando tratamos de coletividade “sabemos que há guerras culturais e que nem todos têm acesso a todas as informações para fazerem suas escolhas”. Santos (2021, p. 131) Lembra também que “Estado e Mercado, duas forças políticas do nosso tempo, têm mecanismos importantes para legitimar o que se deve lembrar e esquecer”.

Com relação ao papel do Estado em relação aos lugares de memória, Álvarez Aguirre (2020, p. 70) reconhece que parte dos problemas tratam do fato de que em períodos de mudança política esses espaços entram em maior risco, a partir de uma lógica de ausência de iniciativa estatal, falta de financiamento e garantias de sustentabilidade, idas e vindas de políticas oficiais e ataques diretos aos lugares ou aos seus trabalhadores. E compartilha os caminhos apontados pela Rede Latino Americana e Caribenha de Lugares de Memória: 1) a valorização e reconhecimento por parte dos Estados dos lugares de memória, arquivos e museus como essenciais para a educação das gerações mais jovens sobre os princípios democráticos; 2) A criação de um sistema de observação e monitoramento de políticas públicas de memória; e, 3) A criação de um sistema regional de alerta para prevenir e dar resposta a situações de risco para os lugares de memória, as organizações e as pessoas que os impulsionam.

Tais pensamentos nos provocam a refletir sobre os diferentes papéis exercidos pelos diferentes atores no processo de memorialização de Marielle e os seus respectivos impactos, seja na dinâmica de produção de uma memória coletiva e cultural, no processo de elaboração do trauma, ou na dinâmica de seletividade.

A leitura das autoras também nos convida a olhar para o que há por detrás dos conceitos de informação e memória, para além das definições iniciais, compreendendo como são noções-chave para entender as dinâmicas de poder e as complexas conformações das relações sociais.

## 2.2 SOBRE A ANCESTRALIDADE

Em sua tese, Bianca Santana (2020, p. 40) cita Bell Hooks, quando fala que “Os mortos nos conclamam a lembrar. Alguns de nós não abandonamos esses ensinamentos. Ouvimos a voz de nosso passado africano insistindo para que nos lembremos que “um povo sem ancestrais é como uma árvore sem raízes” (Hooks, 2019, p. 319 apud Santana, 2020, p. 40).

Ao trazerem um mito lorubá que explica a morte enquanto condição necessária para a vida, Lopes e Simas (2020) falam sobre como a sabedoria africana tem como referência uma perspectiva não estática sobre o que é tradição. Segundo eles, “nas culturas orais, o conhecimento se fundamenta no ato de se transmitir ou entregar algo para que o receptor tenha condições de colocar mais um elo em uma corrente dinâmica e mutável” (Lopes; Simas, 2020, p. 74). Os autores conectam essa ideia então, com a reflexão sobre ancestralidade em um trecho que merece ser reproduzido por inteiro:

O conjunto de invenções do mundo, que constitui o campo da cultura, se apresenta como a capacidade de criar e recriar a vida a partir do legado dos ancestrais. A percepção da cultura, neste caso, refere-se à maneira como um grupo cria ou reelabora formas de [re]invenção da vida e estabelece significados complexos sobre a realidade que o cerca. As formas de falar, vestir, comer, rezar, punir, matar, nascer, enterrar os mortos, chorar, festejar, envelhecer, dançar, não dançar, fazer música, silenciar, gritar. Tudo isso é componente da cultura de um grupo e, para os africanos, dialoga necessariamente - no campo simbólico e ritual - com a ancestralidade (Lopes; Simas, 2020, p. 75).

Lopes e Simas (2020, p. 76) concluem esse pensamento sobre a conexão com a ancestralidade afirmando que “Ser lembrado, para os lorubás, é permanecer vivo”. A afirmação nos remete imediatamente às palavras de ordem que mais ecoaram nas ruas e redes no contexto de protestos contra a morte de Marielle: “Marielle Presente! Hoje e Sempre” e “Marielle Vive”, sendo a segunda motivo de desconforto frequentemente nomeado pelas famílias da vereadora, na tentativa de reforçar que apesar de toda a luta por justiça e para defender sua memória, a verdade é que não conseguiremos trazer Marielle de volta.

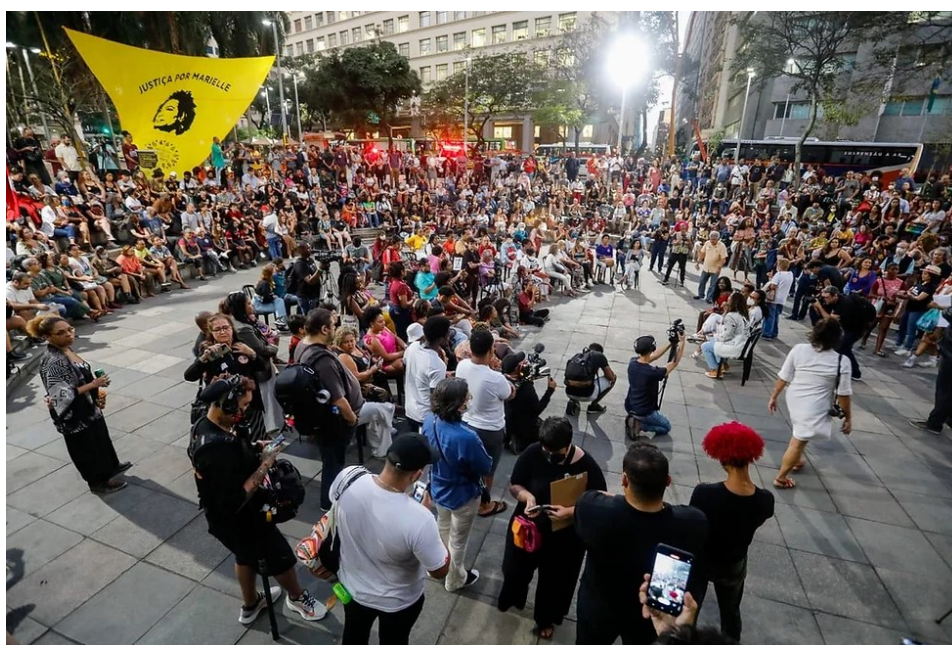
**Figura 10 — Cartaz Marielle Vive!**



Fonte: Picture Alliance / AP

Fatou N'Diaye foi a primeira convidada a falar na aula pública “Memória como semente para outros futuros” que fez parte da programação do evento de inauguração da estátua de Marielle Franco, organizado pelo Instituto Marielle Franco, no dia 27 de julho de 2022, dia em que Marielle completaria 43 anos. O evento aconteceu no Buraco do Lume, centro da cidade do de Janeiro e a praça estava lotada de pessoas de todas as raças, gêneros e idades.

**Figura 11 — Fotografia da Aula Pública**



Fonte: Luiz Fernando Nabuco / Aduff Ssind.

A jovem ativista e influenciadora que passou por um episódio de racismo cometido por colegas na escola onde estudava na Zona Sul do Rio de Janeiro, abriu o debate dizendo que “quando a gente fala de memória a gente não tá falando só das epistemologias que vieram antes da gente, mas a gente fala de vivências também” (Pires; Cruz; N’Diaye, 2022).

Segundo Fatou, essas vivências “podem ajudar a gente a construir um futuro que a gente olhe pro nosso presente, que virará passado, e que a gente fale: foi aí que a história foi feita” (Pires; Cruz; N’Diaye, 2022). Antes de passar a palavra para as professoras que conduziram a aula, a estudante lembrou que não percebemos que estamos fazendo história até olharmos para trás.

Buscando trazer a abordagem da ancestralidade, a professora Thula Pires convidou os presentes da aula pública para uma reflexão sobre a estrutura da palavra “memória” identificando ali dentro a palavra “ori”, que na língua Iorubá significa cabeça, mas também significa uma intuição pessoal e destino, e é o Orixá pessoal nas religiões de matriz africana.

Thula Pires faz esse apontamento propondo que recuperemos na palavra memória o que ela chama de sentido de ORientação, e, citando a perspectiva amefricana de Lélia Gonzalez, diz que “pode significar cabeça, seja ela física ou interior, aquela que guia, referência, orienta, reúne intelecto, memória, pensamento, articulando presente passado e futuro, podendo assumir o sentido político de consciência negra” (Pires; Cruz; N’Diaye, 2022). A professora diz que é a cabeça que nos ORienta, pois é nela “que se localizam os olhos que nos permitem ver, o cérebro que nos permite lembrar, guardar na memória aquilo que vivemos, a boca que nos permite falar, dizer o que acontece, contar histórias, conversar, que permite que nos alimentemos” (Pires; Cruz; N’Diaye, 2022). Em sua fala, Thula se referenciou a fala de abertura de Fatou, propondo que a partir dela podemos entender:

[...] o quanto que esses sentidos do ORI que integra a noção de memória, torna possível que estejamos hoje reunidas aqui, em praça pública, juntas, para reverenciar, uma das nossas. Uma das nossas que foi capaz de lutar como tantas outras das nossas. Uma das nossas, que permitiu com que muitas outras nossas tenha tomado coragem pra seguir pra se projetar, para se colocar nos mais diversos e distintos espaços. Não porque ela tenha iniciado esse processo, mas porque ela soube dar continuidade. É isso que a gente quer. A gente tá aqui pra dar continuidade aos processos políticos de todas as mulheres negras que tornaram Marielle possibilidade (Pires; Cruz; N’Diaye, 2022).

Thula Pires conecta então com a ideia de que orientação tem a ver com espaço e, se referenciando a Beatriz Nascimento, dialoga com a ideia mais ampla de se encontrar pertencente a uma nação.

[...] a gente pode pensar que ser orientado implica a construção de um novo espaço, um novo mundo, de uma nova realidade, como nos ensina Beatriz Nascimento, implica criação ou recriação de uma nação, o que para as tradições religiosas de matriz africana no Brasil, remonta ao território mítico histórico pessoal simbólico e material. Uma nação que envolve noção de pertencimento. (Pires; Cruz; N'Diaye, 2022)

E aprofundando nessa reflexão, Thula Pires segue conectando esse pensamento à missão da multiplicação da memória de Marielle:

Ser de uma nação é ser uma nação, é ser coletivo, é ser solidário, é enfrentar os conflitos no coletivo, e coletivamente encontrar espaço pro acolhimento e pros afetos. E é através da memória que sobrevive nos caminhos tortuosos do apagamento, que pretendemos pensar no legado de Marielle, as sementes que a partir de Marielle brotam e insistem em brotar (Pires; Cruz; N'Diaye, 2022).

A professora caminha no seu raciocínio rompendo com a compreensão linear do tempo ao falar de um presente ancestral e de um passado que ilumina o momento atual. Avança sobre a importância de, ao entrarmos nesse debate, “eleger a memORIA ritualizada como ferramenta de compreensão da cronologia histórica, ao refletir sobre o passado, presente e futuro, de forma imbricada, e trazer o ORI pro centro dessa conversa”. E completa com a ideia de que ao invés de olharmos para passado, presente e futuro nessa perspectiva cronológica e fechada, esses tempos “estabelecem entre si, uma relação de sucessão não linear dos acontecimentos e de atribuição mútua de sentido”.

Ao entrar no debate, a escritora Eliana Alves Cruz (Pires; Cruz; N'Diaye, 2022) citou a última vez que havia encontrado Marielle. As duas sentadas num salão de beleza, “uma ao lado da outra, olhando no espelho. Olhando o nosso ori.” Ao mencionar o episódio, Eliana lembrou que “a história não se faz do grito do Ipiranga, a história se faz assim, na rua, nas coisas pequenas, nas coisas grandes, mas principalmente nas coisas miúdas da vida”. Para Eliana, o assassinato de Marielle “mostra uma desconexão enorme do país com ele mesmo, uma desconexão enorme com a nossa potencialidade, uma vontade enorme de eliminar algo que é nosso.”

**Figura 12 — Fotografias de Marielle no Salão de Beleza Iporinchê de Cássia Marinho**



Fonte: Facebook Marielle Franco

Concordando com a reflexão de Thula e Fatou (Pires; Cruz; N'Diaye, 2022), as escritoras falaram sobre ancestralidade a partir de uma perspectiva de que “não é falar apenas do passado, é falar do que tá acontecendo agora e falar do futuro”.

Criticando a tão conhecida máxima de que o Brasil é um país sem memória, Eliana Alves Cruz afirmou que “o Brasil lembra, a questão é a memória seletiva do Brasil. O Brasil quer lembrar de algumas coisas e esquecer outras, mas nós estamos aqui pra dizer que fazemos parte, que esse país é nosso também, e que não iremos esquecer” (Pires; Cruz; N'Diaye, 2022).

Segundo Evelyn Dias Siqueira Malafaia (2019), todo esse debate se conecta com a ideia de memória-ancestral, do psicólogo Amos Wilson (1993) que nas palavras da autora pode ser entendida:

[...] como a importância de conhecermos a nossa história ancestral, a história do negro, contada por nós mesmos. Pois quando o passado é esquecido há consequências para o entendimento do presente e uma consequente dificuldade de projeções para o futuro (Malafaia, 2019, p. 8).

Anielle também evoca em sua tese, de maneira recorrente, a reflexão sobre a importância da ancestralidade como motor do processo de produção de memória. Para ela “ao contar nossas histórias, a tentativa é de fomentar o que entendemos por “memória coletiva”, e essa coletividade é ancestral, brota de raízes secas, de climas não propícios a ela, mas sempre brota a partir das trajetórias” (Franco, 2021. p. 114).

Conectar a perspectiva contracolonial de memória a partir das ideias que circundam a reflexão sobre ancestralidade, nos provoca a perceber o tempo e o espaço de forma não linear e cartesiana, entendendo que as capacidades de registros, transmissões e identificação de memórias coletivas vai além das técnicas formais, acessando o lugar do espiritual, do divino, do sentimento intangível que se manifesta em lugares para além de onde os cinco sentidos podem captar.

### 2.3 SOBRE A DIVERSIDADE DE LINGUAGENS, TECNOLOGIAS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO

No início de sua aula no curso “Fazedoras de Memórias Negras”, Cida Moura (Moura, 2021) chamou atenção para a onipresença dos documentos, dados e informações na vida humana, e, propôs uma reflexão sobre quais são os documentos que estão dando legitimidade e relevância para os elementos que integram a vida, para além dos escritos e fotográficos.

Falando sobre aspectos importantes ao se pensar o processo de documentação e organização da informação, a professora mencionou o público, a longevidade, o alcance e a historicidade como definições centrais para qualquer projeto de memória. Destacou também a necessidade imperativa de se pensar no ambiente digital, dado que a vida humana está totalmente atravessada por esse tecido dinâmico, onde em um momento a informação pode ser uma, e em seguida pode ser outra.

Sugerindo um rompimento com a monumentalização do racismo, que atua de maneira limitante às possibilidades de valorização da história negra, Ana Flávia Magalhães Pinto diz que:

[...] para monumentalizar o antirracismo, é necessário evidenciar essa presença negra nos vários artefatos, prédios, espaços, ruas, problematizar como essa presença negra se deu e como não conseguimos mantê-la reconhecida em nossas ações de patrimonialização (Pinto, 2021, p. 26).

Essa parece ter sido uma das estratégias centrais no caso de disputa narrativa sobre a memória de Marielle como veremos à frente.

Ao apresentar a multidisciplinaridade do conceito de documento, Cida Moura compara este com a noção ampla que Foucault dá para o conceito de dispositivo, o que ajudaria a implodir “qualquer tentativa de sequenciar, de segmentar os documentos” (Moura, 2021, p. 64).

Segundo Moura, Foucault coloca sob o conceito de dispositivo estratégias que podem incluir qualquer coisa: “linguística e não linguística sob o mesmo título, discursos em instituições, edifícios, leis, medidas policiais, proposições filosóficas e o próprio aparelho à rede em que estão estabelecidos esses documentos” (Moura, 2021, p. 64). E que isso é feito justamente para que se entenda que todos esses elementos podem ser tratados, organizados e disputados.

A professora conclui o pensamento mencionando, como exemplo para dispositivos que engendram poder, o questionamento que têm sido feitos aos monumentos nas cidades e aos nomes de rua. A diversidade das linguagens de memória também é apresentada na dissertação de Anielle, provocando um olhar subjetivo para o tema:

[...] nossas escrevivências não são pautadas apenas por questões e imagens concretas, mas também por todo o contexto cabido na vida do sujeito, desde suas roupas, passando pela memória de sua pele e tudo que nele habita, até a sua legitimidade ao contar suas próprias histórias, que não são apenas descritas, mas sentidas e vividas por esse corpo que produz suas próprias escrevivências e conseqüentemente, sua memória. Memória não só do corpo físico, mas também de toda a subjetividade incorporada nesse corpo e tudo existe a partir dele. Nossos corpos, nossos passos, nossas decisões, nossas inquietações, tudo em nosso corpo é nossa memória, seja visível ou não (Franco, 2021, p. 62).

E a irmã de Marielle, ex-Diretora do Instituto Marielle Franco e atual Ministra da Igualdade Racial segue seu raciocínio exemplificando:

Quando falo em memória documentada acima, não me refiro apenas à escrita, estão compreendidas também fotografias e qualquer outro tipo de produção que marque e faça história. Seja quando lembramos com amor de nossas mais velhas penteando nossos cabelos e contando como era a vida quando mais jovens, seja num pedaço de papel achado em meio aos documentos antigos, seja um filme, uma placa, uma memória afetiva, todos esses elementos podem compor a memória documentada, concreta ou abstratamente. (Franco, 2021, p. 62)

Reforçando esse ponto de vista, a professora Myriam Santos defende que “romances, filmes, artigos acadêmicos, programas de rádio e televisão e, nas últimas décadas, as diversas formas interativas oferecidas pela internet cumprem os mesmos papéis de preservação e transmissão de significados” (Santos, 2021, p. 149) e que “o formato da mídia incide em novas interpretações”.

Para ela, a ideia de memória coletiva se conecta ao mesmo tempo com as variadas formas, objetos e sítios que nos fazem lembrar: “arte, literatura, teatro, relatos testemunhais, narrativas, filmes, documentários, biografias, arquivos, parques, bibliotecas, videotecas, monumentos e museus, todas são suportes de memórias” (Santos, 2021, p. 19).

Perspectiva semelhante é apresentada por Álvarez Aguirre (2020, p. 74) ao reproduzir um trecho da Rede Colombiana de Lugares de Memória (2019) que afirma que:

[...] fazer memória implica a pluralidade das vozes, o diálogo e intercâmbio de saberes: acadêmicos, culturais, ancestrais, éticos, espirituais, artísticos e religiosos de comunidades campesinas, urbanas, negras, indígenas de diversas zonas do país. Estes saberes se expressam em diferentes linguagens, das quais as mais potentes são as que têm raiz nas comunidades (Álvarez Aguirre, 2020, p. 74).

Contando sobre como essa diversidade de técnicas e linguagens é utilizada como ferramenta de controle e dominação sobre os corpos de mulheres negras, Bueno (2020, p. 149) fala, por exemplo, como “filmes, novelas e programas jornalísticos introjetaram no imaginário social imagens estereotipadas da feminilidade negra” e que de forma mais profunda influenciam aspectos essenciais da vida dessas mulheres como no “controle de fertilidade, o exercício da maternidade e o acesso a melhores condições de trabalho, educação, saúde, moradia, segurança pública e assistência social”.

Nascimento (2022, p. 66) confirma essa visão ao afirmar que os estereótipos sobre os negros são perpetuados:

[...] através das obras literárias, através da produção lúdica, dos meios de comunicação em massa, através da própria história no seu processo de educação e formação do caráter nacional e através da linguagem cotidiana ainda extremamente depreciativa na comunicação com as pessoas (Nascimento, 2022, p. 66).

Por outro lado, Bueno (2020) destaca também como esta diversidade é utilizada por mulheres negras como mecanismo contracolonial na produção intelectual de imagens - e por consequência memórias - sobre si mesmas. Segundo a autora é uma produção que está para além dos livros e periódicos, e que transborda “as fronteiras daquilo que é considerado conhecimento pela normatividade eurocêntrica padronizante e se apresenta enquanto oralidade, música, poesia, dança e outras formas de reverberação e compartilhamento de saberes” (Bueno, 2020, p. 149).

Comparando a memória a um mosaico, José Eduardo Ferreira dos Santos (2021, p. 42) cita exemplos de dinâmicas que o fizeram compreender a ideia de uma “curadoria conjunta” de memória, na qual o exercício de coletar objetos de memória é feito de forma coletiva e compartilhada com a comunidade. Quando em 2012 organizou uma exposição chamada “As Águas Suburbanas do Acervo da Laje” que contava com milhares de conchas, passou a acontecer de ir a uma palestra e ser abordado por pescadores que lhe traziam novas conchas para serem adicionadas ao acervo. Para o professor, “quando uma pessoa entende o que você está fazendo e colabora com aquela memória, trazendo o fazer dela, isso mostra que estamos descolonizando o saber” (Santos, 2021, p. 42).

Refletindo sobre a ideia de organizar a informação, Cida Moura afirma que “a organização da informação é por si só uma narrativa, porque é o jeito que eu organizo, eu também crio possibilidades ou torno rarefeito outras possibilidades” (Moura, 2021, p.69). Segundo a professora, neste momento estamos lidando com a contextualização, descrição, categorização, atribuição, endereçamento e conexão. E que o ato de organizar também passa pela articulação de discursos, aproximando ou afastando objetos, gerando a produção de sentidos. A autora cita roteiro de filmes ou playlists musicais para exemplificar mecanismos de organização da informação presentes no nosso dia a dia que às vezes não reparamos, e propõe que nessa abordagem epistemológica contracolonial, olhemos para a organização da informação como uma forma de criar novas possibilidades e percursos de leitura, direcionando o olhar das pessoas para elementos que somos historicamente conduzidos a ignorar.

Na mesma linha, Myriam (Santos, 2021, p. 149) trata das relações de poder que se estabelecem no processo de seleção de objetos para sua sacralização ou monumentalização. Segundo a professora, “documentos, livros, objetos, sítios históricos e fragmentos materiais perdem seus contextos de origem e adquirem novos significados quando são levados para arquivos, museus e cidades históricas.”

Tais reflexões contribuem para a forma como faremos a leitura das homenagens mapeadas neste trabalho, a partir da sua infinita diversidade de linguagens e os processos intencionais e colaborativos de construção de memória em torno delas.

#### 2.4 SOBRE A LÓGICA AUTORAL COLONIAL, IMAGENS DE CONTROLE E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

Abordando o aspecto de atribuição da propriedade da informação, a professora Cida Moura afirma que muitas vezes “se atribui a todos menos à comunidade de referência. Aí o dono é o pesquisador, o cineasta, o fotógrafo” (Moura, 2021, p. 70). Mencionando autoras que trabalham com comunidades indígenas, Cida chama atenção para o fato de que “parte do paradigma de propriedade colonial se estende à produção e à circulação do conhecimento autóctone ou com os saberes tradicionais, vamos dizer assim, através de mecanismos de posse alheios aos verdadeiros proprietários e signatários desses saberes” (Moura, 2021, p. 71). E que isso acontece com as pessoas negras “através de sofisticadas ou racializadas técnicas de posse” (Moura, 2021, p. 71). Esse processo carrega o que a professora chama de lógica autoral colonial, feita para produzir o apagamento dos verdadeiros “possuidores do conhecimento” e é uma dinâmica que pode ser observada em vários momentos na história de disputas narrativas sobre Marielle, como veremos ao longo deste subcapítulo e dos próximos capítulos.

Cida Moura (2021) alerta que essa lógica já está incorporada nas normas técnicas de produção de conhecimento, que não são neutras e nem seguras e que funcionam como um arranjo de poder e privilégio. O pensamento dialoga com as ideias de Nego Bispo sobre a academia. Para o quilombola:

O saber da universidade é um saber mercantil. É por isso que tem hierarquia. Sempre que houver hierarquia entre os saberes haverá violência. O grande segredo é desprivatizar os saberes. As academias são instrumentos de pirateamento de saberes. A pesquisadora pega tudo de graça porque nosso saber não é privatizado. Sistematiza e assina embaixo dizendo que é dela aquele saber. Isso é roubo. É pirataria de saber, é violência. É isso que nós temos que quebrar. Não é preciso sair da universidade não. Mas é preciso compreender como ela funciona e usar a universidade como defesa. Nós precisamos transformar a arma do nosso inimigo em nossa defesa. Para não transformar a nossa defesa em arma (Bispo, 2019).

Ao falar sobre o sujeito que escreve a chamada “história oficial” e sobre a implicação dessas autorias enviesadas para o sistema político como um todo, Ana Flávia Magalhães Pinto descreve que “a fixação no que é narrado desde a perspectiva de sujeitos brancos, masculinos, heteronormativos, concentradores de renda e numericamente minoritários acaba por comprometer a realização de qualquer promessa de democracia efetiva em um país como o nosso” (Pinto, 2021, p. 18). Segundo ela, essa dinâmica se dá porque as matrizes narrativas produzidas por essas vozes hegemônicas produzem e reproduzem as práticas de desumanização e de retirada da agência histórica das pessoas negras no passado e no presente, afetando por consequência as possibilidades de futuro.

A observação também está presente no pensamento de Myriam Sepúlveda que afirma que independente do formato da produção de conhecimento e expressão “temos o autor que interpreta e cria o seu texto. A criação, por mais que pareça livre e capaz de trazer o novo, carrega consigo marcas do passado. Nela há que ser considerada a escolha da interpretação” (Santos, 2021, p. 132).

Tal reflexão se entrelaça com a ideia que está contida no conceito de imagens de controle, de Patrícia Hill Collins (2019) e trazido para este trabalho através da leitura de Winnie Bueno (2020). Bueno explica que as imagens de controle “atribuem significados às vidas de mulheres negras que solidificam a matriz de dominação” (Bueno, 2020, p. 73). Com origem no sistema escravocrata, tais imagens seguiram sendo “reformuladas com o intuito de disseminar na sociedade contemporânea as justificativas que estruturam o sistema de vigilância e violência que atravessam o cotidiano das mulheres negras” (Bueno, 2020, p. 73).

Bueno (2020) afirma que o fenômeno se manifesta como uma dimensão ideológica do racismo e do sexismo a serviço do projeto colonial das matrizes de dominação “que opera com base em uma lógica autoritária de poder, a qual nomeia, caracteriza e manipula significados sobre as vidas de mulheres negras que são dissonantes daquilo que elas enunciam sobre si mesmas” (Bueno, 2020, p. 73). Nesse contexto do debate sobre autoria, Bueno segue lembrando que:

Sempre existe um outro sujeito, com maior autoridade para falar sobre as experiências de mulheres negras no lugar delas próprias. O saber das mulheres negras, suas próprias experiências, os sentidos que suas vivências adquirem na particularidade e na vida coletiva não bastam para que as mesmas possam nomear a própria história (Bueno, 2020, p. 73).

Essa dimensão pôde ser observada nas primeiras semanas após o assassinato de Marielle, quando uma das primeiras e principais hipóteses levantadas tratava de que a morte teria sido por vingança ou ameaça específica contra a atuação do Deputado Marcelo Freixo, mas, ao mesmo tempo havia uma incompreensão do motivo pelo qual teria sido direcionado a Marielle dado que ela supostamente não teria representado alguma ameaça aos interesses dos milicianos suspeitos.

Anos depois, a delação de Ronnie Lessa, apontado como o executor do crime, revela que, ainda que Marcelo Freixo tenha sido considerado como um possível alvo, a milícia sim reconhecia na atuação de Marielle em defesa do direito à moradia e à segurança dos moradores de territórios populares no Rio de Janeiro, uma ameaça ao seu projeto de poder.

Ao mesmo tempo, a hipótese de que o fato de Marielle ser mulher, negra, periférica e LGBTQIA+ teria influenciado no crime, que em algumas ocasiões foi desconsiderada, parece demonstrar não ser totalmente desconexa, uma vez que podemos compreender que corpos como o de Marielle são mais facilmente lidos como matáveis quando comparados ao de homens brancos que circulam em espaços privilegiados.

Em suma, teses apontavam para a ideia de que Marielle ser quem ela era e atuar com o que ela atuava não seria relevante para a decisão sobre o seu assassinato, e que ela seria apenas o canal para atingir outro sujeito principal.

As imagens de controle, para Bueno e Collins, apresentam duas características de destaque: são dinâmicas, ou seja, se modificam “de acordo com a necessidade dos grupos dominantes de controlar a assertividade e os processos de resistência dos grupos dominados” (Bueno, 2020, p. 94) e operam em um processo dialético onde uma imagem tanto pode “ser apropriada pelos sujeitos submetidos a ela e ressignificada” (Bueno, 2020, p. 94) quanto pode surgir “pela distorção de grupos dominantes de categorias que outrora possuíam um significado não negativo ou até mesmo um conteúdo de resistência para os grupos subalternizados” (Bueno, 2020, p. 94).

Um exemplo desta dinâmica dialética no caso da memória sobre Marielle está na ideia de “deixar ela descansar em paz” que historicamente é utilizado em uma perspectiva religiosa e espiritual do lugar de quem tem afeto e cuidado, mas foi apropriado por uma parcela da branquitude da extrema-direita como uma resposta às

homenagens e atos de memorialização sobre a vereadora, como se lembrar dela fosse uma forma de importuná-la após a morte.

Outro exemplo era da definição do lugar de Marielle enquanto favelada, que era reivindicado pela própria vereadora em vida, buscando afirmar o orgulho do seu território em contraposição a uma tentativa histórica de estereotipação racista e classista. E que após a sua morte seguiu se dando como disputa uma vez que o rótulo foi usado tanto como parte do esforço de tentar justificar sua morte com uma falsa vinculação ao crime organizado presente de forma mais ostensiva em favelas, como por parte dos movimentos de favelas afirmando o orgulho de compartilharem esse território com Marielle.

Em sua aula, Cida Moura (Moura, 2021) lembra que o desafio é criar e produzir outras possibilidades técnicas para dar conta de uma outra lógica. Segundo ela, a saída passará por uma busca pelo que ela chama de autodeterminação informativa que garanta a soberania dos sujeitos sobre os dados deles próprios. A professora propõe que desconfiemos sempre das técnicas, e que lembremos que elas sempre podem ser transformadas, e chama atenção para os mecanismos perversos que a lógica autoral colonial possui ao usar, por exemplo, um discurso de colaboração para manter um sistema de dominação.

Em consonância com o pensamento de Cida Moura, Seto (2024) tratando desta dinâmica no mundo digital, descreve como plataformas de *crowdsourcing*, baseadas em tecnologias de compartilhamento de bens comuns, foram apropriadas como modelo para novos monopólios digitais: o Uber mercantilizou a oferta de carona assim como o Airbnb mercantilizou o modelo de hospedagem colaborativa, ambos os modelos provocando efeitos precarizadores e gentrificadores nos campos do emprego e da habitação.

Tal dinâmica pode ser percebida no processo de disputa de narrativa sobre Marielle, quando observamos o surgimento de iniciativas midiáticas a partir de pessoas e organizações brancas, que se apresentavam com o discurso de contribuir para o processo de memorialização, mas perpetuavam a lógica de apropriação e controle da memória sobre Marielle, como veremos adiante.

Dialogando com a ideia de autodeterminação, Bueno (2020) apresenta a ideia de autodefinição de Collins (2009 *apud* Bueno, 2020), como processo de resistência às imagens de controle. Nas palavras de Collins (2009, p. 107 *apud* Bueno 2020, p. 126) “autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento

político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas” substituindo-as por imagens autênticas.

Segundo Bueno (2020, p. 142) “quando as mulheres negras articulam pontos de vista autodefinidos e validam essas posições de forma coletiva, é possível exercer o empoderamento político” um empoderamento que está relacionado a “retomada de sua humanidade”. Em conversa com essa ideia, Beatriz Nascimento fala sobre as táticas de resistências culturais contra a distorção da história, e a ingenuidade da branquitude dominante que:

[...] quer destruir, por isso erra. Foi incapaz de prever que o povo fosse se apropriar da história e reproduzir sua crítica através do samba. O povo soube criar poesias belíssimas, apesar desses textos terríveis da história oficial. E o carnaval continua lindo. E continua (Nascimento, 2022, p. 132).

Na entrevista que dá nome ao livro, “O Negro por Ele Mesmo”, ao responder sobre as motivações que a fizeram pesquisar o tema, Nascimento (2022, p. 122-123) fala sobre a necessidade de se reescrever a história por “uma nova perspectiva crítica, reformista, que se reavalie tudo o que se tem sobre a história e sociologia do negro (...) que tudo isso seja analisado da perspectiva do negro, enquanto sujeito da história”.

Tal processo começa muitas vezes no que Bueno identifica em Collins como o conceito de espaços seguros, “locais de rearticulação de mudanças para mulheres negras” (Bueno, 2020, p. 142), como os quilombos, os movimentos e organizações de mulheres negras ou as relações dentro de famílias negras. E a partir das estratégias de subjetivação exercidas nesses espaços, este processo de empoderamento gera a possibilidade de controlar a própria narrativa, nomear suas experiências e participar da vida pública, como afirma a autora. Podemos olhar para esses processos de autodefinição e autodeterminação como constituintes do que seria a resistência à lógica autoral colonial, e poderíamos identificar, por exemplo, que organizações como o Instituto Marielle Franco, que nasce do acolhimento da família de Marielle pelo movimento de mulheres negras, se estrutura como um desses espaços seguros que formula essa estratégia.

Reconhecendo que ao longo do tempo as pessoas negras “têm questionado os regimes excludentes de legitimação dos sujeitos responsáveis pela produção das narrativas históricas” (Pinto, 2021, p. 20), Ana Flávia Pinto afirma que o apreço das

peças negras pela própria existência “não é resultado do acaso, mas resultado de estratégias elaboradas individual e coletivamente” (Pinto, 2021, p. 22), e que as agendas de disputa de narrativa que orientam essas estratégias precisam ser radicalizadas pela população negra, sem romantização, mas pautando de forma justa o alcance da sua própria relevância histórica.

Segundo a autora, as matrizes de dominação são tão perversas que atuam como definidoras do processo de letramento histórico coletivo, gerando inclusive dentro da comunidade de pessoas negras a reprodução de algumas dessas práticas. Esta dimensão dialoga com o objeto desta pesquisa quando observamos, por exemplo, o caso de figuras públicas negras da extrema-direita que reproduziram discursos de ódio e *fake news* contra Marielle, como veremos nos próximos capítulos.

Bueno (2020, p. 130) concorda afirmando que a violência produzida pela elite dominante branca é tão profunda que a “própria comunidade negra, acaba introjetando determinadas imagens em seu cotidiano [...] gerando um processo de enraizamento na cultura interna, consolidando o estereótipo e dificultando o processo de autodefinição e resistência”.

Tal fenômeno dialoga com a ideia trazida por Marielle Franco durante o evento Mulheres na Política, em 2017, quando afirmava que a representação por si só não era suficiente, “que não bastava ser mulher, e ser negra, tem que carregar as nossas pautas”.

Esta leitura é também mencionada por Evelyn Dias (Malafaia, 2019, p. 8) ao lembrar que “[...] as histórias representacionais negativas do negro construídas no processo histórico, ou seja, a memória coletiva, está enraizada no imaginário social, tanto do branco como do negro” e que “[...] tal estratégia pode levar o negro a esquecer suas histórias de lutas e emancipações”.

Bueno afirma ainda que “Para Patrícia Hill Collins, as respostas que a comunidade negra articula em relação às imagens de controle apresentam-se de forma múltipla e contraditória” (Bueno, 2020, p. 134). E que, “é possível que individualmente pessoas negras sejam partícipes da sua própria opressão” (Bueno, 2020, p. 134), o exemplo citado é o de como a sexualidade explícita muitas vezes é parte da característica de mulheres negras de destaque e poder na indústria cultural. Mas, a autora resgata a importância de se compreender, nestes casos, a autodeterminação e a “agência que esses indivíduos exercem” (Bueno, 2020, p. 134).

Dialogando com essa questão, Sepúlveda (Santos, 2021) aponta a necessidade de se refletir sobre o que está por trás das infraestruturas de produção e reprodução das memórias coletivas. Para ela:

“Não se trata apenas de lembrar, uma vez que lembranças dependem de compartilhamentos e estruturas de reprodução. Memórias coletivas que se reproduzem a partir de suportes midiáticos requerem a democratização de todos os seus processos, da produção à seleção e disseminação de seus conteúdos.” (Santos, 2021, p. 137)

Refletir sobre a lógica autoral colonial e as estratégias de resistência e de subversão dos sistemas de imagens de controle, nos permite formular de forma mais elaborada a compreensão sobre o porquê e como se dão as dinâmicas de disputa no processo de construção da memória coletiva e cultural de Marielle como veremos em detalhes nos capítulos 4 e 5. E tal entendimento nos provoca a refletir sobre os papéis desempenhados pelos sujeitos que se dizem “universais” e pelos sistemas que os beneficiam e perpetuam nessa disputa.

## 2.5 SOBRE BRANQUITUDE E OS LUGARES DE PRIVILÉGIO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Cida Moura conecta todo o debate do subcapítulo anterior com o conceito de epistemicídio de Sueli Carneiro, que significa a promoção de “uma contínua indigência cultural intelectual, na medida em que as normas e os processos cognitivos vão se pautar pelo embranquecimento cultural e por valores dos racialmente hegemônicos” (Moura, 2021, p. 72). Segundo a leitura de Cida, o epistemicídio seria o mecanismo colonial que tenta retirar o sujeito da experiência, gerando uma apropriação da narrativa e uma disputa pelo lugar de fala na busca de um “conforto ontológico e de prerrogativa colonial” (Moura, 2021, p. 73). Uma dinâmica que a professora vai chamar de “tentativa de dissociação entre privilégio social e privilégio epistêmico.”

A conexão é feita também com o conceito de semiocídio de Muniz Sodré, sendo definido por Muniz nas palavras da professora como a prática dos colonizadores e seus descendentes de, toda vez que ouvem ou leem uma pessoa negra, “realizar uma transcrição narcísica da afirmação de si, mesmo no pensamento do outro” (Moura, 2021). Cida propõe um esquema que ajude a compreender essas engrenagens:

De um lado a gente tem as perspectivas de colonialidade que temos estudado, e mais recentemente, com bastante força, que é a

colonialidade de poder, saber, ser e ver, e essa colonialidade tem como resultado o ecossistema do semiocídio, autericídio, e eu colocaria também a necropolítica dentro dessas formas do exercício e, obviamente associadas também ao biopoder e ao privilégio branco. (Moura, 2021, p. 73).

Cida lembra que o conceito de privilégio branco que utiliza é da autora branca Mackintosh, e que para ela seria como “uma mochila invisível e sem peso, de disposições especiais, mapas, passaportes, livros, códigos, roupas, ferramentas, e cheques em branco” (Moura, 2021). A ideia de Branquitude também é trabalhada por Cida Bento (2022), que ao explicar o fenômeno afirma que:

[...] as instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas (Bento, 2022, p. 18).

A autora revela então que a perpetuação no tempo deste fenômeno se deve ao “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” (Bento, 2022). O que ela chama de “Pacto da Branquitude”, que também dá nome ao livro. Bento fala ainda que:

[...] é a supremacia branca, incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia, e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até de morte, para o outro (Bento, 2022, p. 15).

Em uma página dedicada ao conceito de epistemicídio, no site da organização Geledés, fundada por Sueli Carneiro, apresenta uma conceituação da ideia de branquitude:

A branquitude, enquanto sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesíásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privada (Geledés, 2014).

Para Bento (2022, p. 29), a branquitude é intimamente relacionada ao projeto colonial europeu, através do qual “os europeus brancos foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste.” Dessa forma, “a natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão” (Bento, 2022, p. 29).

Para a autora, uma relação se estabelece entre o trabalho de memória e as dinâmicas de perpetuação ou desmantelamento da branquitude:

De fato, trabalhar o território da memória é reafirmar que não se trata apenas de recordação ou interpretação. Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos da comunidade. E memória pode ser também a revisão da narrativa sobre o passado “vitorioso” de um povo, revelando atos anti-humanitários que cometeram - os quais muitas vezes as elites querem apagar ou esquecer (Bento, 2020, p. 39).

Beatriz Nascimento (2022, p. 46) fala da ideologia do branqueamento como “responsável pelas distorções da realidade do passado e do presente.” Após citar homens negros que compunham outras camadas sociais, econômicas e políticas no passado, diferentes daquelas comuns dos estereótipos de pobreza e violência, Nascimento elabora que essa ideologia propunha que “negros e índios, não sejam considerados como formadores em todos os graus e todos os níveis da civilização brasileira”.

Recuperando elementos presentes na constituição do feminismo negro em relação ao feminismo branco e que persistem até os dias atuais, Anielle (Franco, 2021, p. 40) lembra que “até hoje, vemos como essa diferença de classe e raça muitas vezes interfere nas escolhas e estruturas. Quando vemos mulheres brancas falarem de suas experiências de vida, percebemos a distância entre elas e nós, mulheres negras”.

Apresentando as camadas de complexidade da questão levantada por Collins (2009), Bueno (2020, p. 115) traz a ideia de que as “imagens de controle nem sempre estarão ancoradas em estereótipos negativos, é possível existir imagens de controle que se organizam a partir de virtudes e comportamentos considerados positivos”. Mas, mesmo assim, seriam “prejudiciais à autodefinição de mulheres negras, porque são formuladas a partir de uma definição externa”.

Nos ajudando a refletir sobre o lugar de pessoas privilegiadas na autoria de projetos e iniciativas sobre pessoas que ocupam um lugar de mais sofrimento de violência na matriz de dominação, Bueno aprofunda sua reflexão:

Não importa quão sinceras sejam as imagens externamente definidas da feminilidade negra, sejam aquelas manipuladas por homens negros simpatizantes das agendas feministas negras, sejam aquelas manipuladas por mulheres brancas bem intencionadas: toda definição exterior a respeito das vivências e experiências das mulheres negras vem acompanhada de um pacote de problemas para essas mulheres solucionarem (Bueno, 2020, p. 115).

Trazendo uma implicação prática dos riscos que uma autoria colonial pode ter para um projeto de memória negra, o professor José Eduardo Ferreira Santos (2021, p. 42) fala também sobre a importância do tempo enquanto aspecto que precisa de cuidado para que não se reproduza a lógica dos pesquisadores invasivos, que interessados apenas na coleta de dados muitas vezes não reverenciam as pessoas mais velhas de forma justa, violentando aquelas memórias já tão violentadas e correndo o risco de que se fechem, o que se configura, novamente, numa dinâmica epistemicida. Sepúlveda (Santos, 2021) também reforça que:

A memória individual que está relacionada a eventos traumáticos não é facilmente narrada pelos que sobreviveram à violência a que foram expostos, não é facilmente compartilhada entre pares e sua presença em arquivos também é problemática (Santos, 2021, p. 49).

Esse aspecto vai se mostrar determinante para analisar como se posicionam e qual a qualidade das iniciativas propostas por pessoas privilegiadas para a defesa da memória de Marielle.

Durante sua fala, a escritora Eliana Alves Cruz (Pires; Cruz; N'Diaye, 2022) também pontuou sobre a questão do lugar das pessoas brancas nessa história, cobrando que a “população branca precisa se racializar e precisa entender que foi a galera deles lá atrás que inventou esse babado aqui, então é a função deles desfazer isso tudo”.

Ao falar sobre as possíveis coalizões e laços de solidariedade entre pessoas com vivências diferentes em torno de uma aliança estratégica contra a lógica colonial, Bueno conta que Collins “tem dedicado seus esforços intelectuais a demonstrar a importância do estabelecimento de diálogos que promovam coalizões para a promoção da justiça social” (Bueno, 2020, p. 149). Segundo Bueno, “o

desenvolvimento do pensamento feminista negro tem fundamental importância nessa estratégia, pois ao reconhecer as diferenças é possível construir esses diálogos de forma genuína” (Bueno, 2020, p. 149).

Bueno segue sua linha de pensamento destacando a importância de reconhecermos e nomearmos as diferenças como forma de estabelecermos vínculos verdadeiramente comprometidos e conscientes.

A importância de falar sobre as questões que nos diferenciam reside exatamente na possibilidade de estabelecer laços a partir da solidariedade flexível. Compreendendo que em alguns momentos não haverá uma política comum devido aos contextos que particularizam nossas vivências, mas, em tantos outros, a partir de uma escuta engajada e comprometida, é possível criar agendas políticas comuns, que construam as pontes necessárias para o estabelecimento de sociedades equânime e socialmente justas (Bueno, 2020, p. 149).

Em uma entrevista para a revista Marie Claire em 2019, a escritora Conceição Evaristo foi perguntada sobre de que maneira os brancos podem cooperar para o avanço da equidade racial. Sua resposta dá o tom que está contido em muitas das afirmações de outras referências do movimento negro quando questionadas sobre a mesma situação:

Primeiro, que façam o reconhecimento sincero de privilégios. E ver no dia a dia em que momento ou em que situações abrem mão desse privilégio. Em que momento efetivamente um sujeito branco se alia ao negro? Em que momento é capaz de ir pra rua engrossar uma manifestação nossa? Você como chefe de um setor, é capaz de contratar negros pra trabalhar com você? As coisas não acontecem no abstrato, tem ações que o sujeito branco pode fazer no cotidiano para mexer na estrutura. A questão do negro não é para o negro resolver, é para a nação brasileira. Claro que você vai estar em determinadas lutas que te falam mais de perto, mas, se estamos todos num território nacional, o problema de um grupo não é dele, é nosso. É muito fácil ficar discutindo na internet e, na hora de ir para uma marcha contra a morte de um jovem negro ou de um indígena, a gente não vai (Evaristo, 2019).

Cida Bento, reflete sobre a importância de pessoas brancas falarem abertamente sobre a herança escravocrata que receberam, entendendo que esse processo “pode auxiliar as novas gerações a reconhecerem o que herdaram naquilo que vivem na atualidade, debater e resolver o que ficou no passado, para então construir uma outra história e avançar para outros pactos civilizatórios” (Bento, 2020, p. 25).

A publicação “Branquitude, Racismo e Antirracismo” (Instituto Ibirapitanga, 2021) transcreveu os debates realizados em um encontro que reuniu algumas dessas autoras e outras para aprofundar as reflexões sobre o tema. No debate “O Branco na luta antirracista: limites e possibilidades” por exemplo, Cida Bento afirmou que o conceito de narcisismo expresso na ideia de Pacto Narcísico da Branquitude é um conceito de morte, já que, segundo a autora trata-se de “uma sociedade toda totalmente desumanizada e desfigurada por um grupo que quer se manter no poder a qualquer preço, cada vez mais assustado com a ampliação das vozes que apontam a branquitude” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 21).

Dialogando com Cida a partir do lugar de pessoa branca, a autora norte-americana Robin Diangelo afirmou que “ao racializarmos o outro e não a nós mesmos, nos conferimos objetividade, chamada universalidade. Eu não falo a partir de uma posição particular, portanto posso falar em nome de todos.” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 22). A autora apresenta ainda a ideia de conforto branco, como uma ideia central para compreender os limites da atuação de pessoas com privilégio no desmantelamento desses privilégios. “Eu vivo, amo, trabalho, brinco e crio todos os dias em uma sociedade racista; e todos os dias, eu faço isso a partir do conforto racial que tenho garantido como pessoa branca” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 23) Robin propõe então que pensemos sobre como o conforto branco sustenta essa estrutura.

Robin adiciona outra camada de reflexão ao fazer uma autocrítica do lugar de progressista branca que seriam as pessoas brancas que se mostram com boas intenções, abertas, liberais, agradáveis, mas que na sutileza dos pequenos assédios acabam fazendo com que pessoas negras vão para casa “exaustos, se perguntando se vale ou não a pena abordar essa questão” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 26).

Diangelo propõe então que o que “os progressistas brancos podem fazer é nunca se isentarem. Nunca se perceberem como ‘os convertidos’”, entendendo que essa posição acaba reproduzindo o clássico lugar da defensiva e da negação do racismo. Robin completa dizendo que:

[...] as pessoas brancas não devem perguntar se fazem parte desta construção racista, mas como fazem parte dela. E isso faz parte de um longo processo de vida. Não há um momento no qual esse processo se conclui (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 27).

Concordando com Robin, Cida Moura (2021) afirma que vê “a contribuição do branco vinda do lugar onde ele está dentro das instituições. Ele está no lugar onde são tomadas as decisões, sejam quais forem as instituições” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 28). Para a professora, “há uma pressão crescente do movimento negro que levou a isso que nós estamos vendo agora. E cresce o número de brancos que estão se perguntando [...]” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 29). Ainda que não seja no ritmo que gostaria, Cida reconhece que o movimento é interessante, mas alerta que pessoas brancas podem se permitir o privilégio de não falar mais de racismo quando convém, enquanto às pessoas negras é inviável deixar de viver na pele.

Refletindo sobre a categoria de pessoa branca aliada ou de branco antirracista, Robin argumenta que não cabe às pessoas brancas se categorizar dessa forma. É possível, segundo a autora, afirmar que se está envolvida em um trabalho antirracista, mas que caberia às pessoas negras entenderem ou não se uma pessoa branca está se comportando dessa maneira, com a compreensão de que “Isso não é algo que eu possa me transformar e depois nunca mais ser racista novamente” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 30). Robin propõe então que:

Eu tenho que estabelecer relações com vocês, relações autênticas, de forma que possamos ter essas conversas difíceis, e eu possa demonstrar para vocês, não que estou livre da minha condição racista - da qual eu não estarei livre no meu tempo de vida -, mas que, quando isso vier a superfície, que eu possa refletir, que eu possa buscar fazer diferente e melhor. É dessa maneira que eu tenho estabelecido relações inter-raciais de confiança. Não que eu nunca agirei de forma racista” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 30).

Ainda dialogando sobre a postura das pessoas brancas frente à pressão dos movimentos negros e indígenas, Cida (Moura, 2021) afirma que “os brancos estão se sentindo encostados na parede” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 33) e que há tudo por fazer, “um programa consistente de cabo a rabo, lá de cima até lá embaixo, nos produtos, no serviço, na comunicação, na liderança, que amplie a presença negra de fato” (Bento; Diangelo *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 33).

Durante o debate “Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial”, ao definir o sistema da branquitude como uma “fábrica que replica dominadores e dominados” a filósofa Sueli Carneiro compartilha sua

perspectiva sobre onde se dá a possibilidade de aliança. Segundo Sueli Carneiro (ano):

Todas as pessoas brancas são beneficiadas sim desse sistema. Porém, nem todas as pessoas brancas são necessariamente signatárias deste contrato social. Aí, que pra mim reside a possibilidade do diálogo, negociação, parceria e consenso, decorrente desse reconhecimento geral que nem todas as pessoas brancas são signatárias (Carneiro; Sovik, 2021, p. 46 *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021).

Discorrendo então sobre qual seria a tarefa das pessoas brancas não signatárias, Sueli afirma “que o melhor que um antirracista branco pode fazer é fazer a questão racial chegar nesses todos que são signatários. É conversar com os seus, é discutir com os seus pares, confrontar os seus, problematizar os seus” (Carneiro; Sovik, 2021, p. 52 *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021). A intelectual aponta que “a desconstrução de todo esse imaginário é uma tarefa de educadores, historiadores e jornalistas” e completa dizendo que:

Esse antirracismo branco tem muito o que contribuir para o reconhecimento de que o racismo promove, indevidamente, com base em argumentos falaciosos de superioridade e de inferioridade racial, a hegemonia da branquitude, seus privilégios, às custas da exclusão radical de outros - o que distorce, inclusive, a noção de meritocracia (Carneiro; Sovik, 2021, p. 52 *apud* Instituto Ibirapitanga, 2021).

Em um texto sobre o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento, Nascimento (2022, p. 66) compartilha que na sua perspectiva o fortalecimento ou não dessas ideias depende “muito mais da atenção de brancos e negros de alguma forma comprometidos com a mudança desse estado de coisas, através das negações de estereótipos que recaem sobre os negros”.

Ao falar sobre o convívio entre pessoas de diferentes origens raciais nas favelas atualmente, Beatriz Nascimento lembra que esse convívio também era um aspecto dos quilombos coloniais, que embora fossem majoritariamente compostos por homens e mulheres negras esses territórios também integravam outros oprimidos como populações indígenas e mulheres brancas.

Beatriz Nascimento fala dessa aliança possível ao refletir sobre como se constitui o quilombo. Para ela, “estando o negro com outro negro já é um quilombo. Num sentido mais amplo, é o seguinte: esteja o negro com o negro americano, esteja com o Pelé, ou consigo mesmo, e esteja com o branco se este não for o opressor” (2022, p. 130-131).

A autora debate a dimensão da apropriação pela branquitude, quando narra a tristeza de constatar que um grupo de musicistas da sua favela não iria conseguir participar do desfile de escolas de samba e dizer que “é triste saber que eles são os artistas, mas que, na verdade, quem anda gravando a música deles é branco. Que vai gravar de uma forma feia, de uma forma que não é a dele, mas que lhe vai dar o dinheiro para ter a casa na Barra da Tijuca” (Nascimento, 2022, p. 133).

E argumenta sobre a agência da população negra quanto a determinação de possíveis alianças quando escreve “Eu sou suficientemente forte para querer o branco comigo enquanto ele não estiver contra mim. Ao longo dos anos essa tem sido a lei do quilombo” (Nascimento, 2022, p. 133).

Quando olhamos para um grupo de pessoas privilegiadas que se pretendem posicionar no campo de aliadas ao enfrentamento de diferentes formas de opressão, como no caso de homens brancos que propuseram iniciativas em homenagem à Marielle, lugar onde eu mesmo me reconheço, é comum que se escute a afirmação de que esses acessos e privilégios estariam sendo colocados à disposição da luta. Em muitos dos casos fala-se sobre estar à disposição sem expectativa de retorno ou algo em troca.

Mas é importante, porém, ter atenção sobre o quanto esses acessos efetivamente estão sendo disponibilizados e qual é a realidade da gratuidade dessa disponibilização. Afinal, se tratando de um caso de repercussão mundial, que mobiliza visibilidade, recursos e poder, quanto de capital financeiro, político e social se é recebido ao atrelar sua imagem e ofício a essa luta? Refletir sobre essas questões e reconhecer essa dinâmica de maneira honesta, pareceu ser a forma como a família de Marielle, através do Instituto Marielle Franco encontrou para viabilizar alianças minimamente saudáveis, como veremos adiante.

Estudar sobre a forma como a sociedade se estruturou em cima do racismo, reconhecer e abrir mão dos próprios privilégios e utilizá-los ativamente de maneira estratégica a serviço do projeto de libertação, abrindo espaço, sem uma perspectiva de tutela, protagonismo ou salvamento, são alguns dos caminhos traçados pelas vozes que já se manifestaram sobre a postura que pessoas em lugares de privilégio devem assumir se estão verdadeiramente comprometidas com esta luta e pretendem contribuir para a construção do que estamos chamando de resistência à lógica autoral colonial. Nenhuma das opções passa por paralisar frente ao desconforto, ausentando-se do debate e da ação.

### 3 MEMÓRIA-MARIELLE

Neste capítulo da dissertação pretendemos trazer como os temas debatidos aqui estiveram no centro da atuação estratégica de Marielle durante toda a sua vida e também pautaram o debate público após o seu assassinato.

#### 3.1 SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE MARIELLE EM VIDA PARA O DEBATE DA MEMÓRIA COLETIVA, AS POSSIBILIDADES DE ALIANÇA E SUA VISÃO TRANSNACIONAL

Um ano, dois meses e catorze dias, foi o tempo que Marielle Franco esteve como vereadora desde que tomou posse no início de 2017 até o dia que tentaram interrompê-la.

Sua coletividade política vinha de berço, como conta a História em Quadrinho “Marielle Franco - Raízes” (Instituto Marielle Franco; Fundação Rosa de Luxemburgo, 2021), ao descrever as raízes politizadas e coletivas da família na casa da avó Dona Filó em Alagoa Grande, na Paraíba. E o comportamento seguiu sendo praticado pela jovem Marielle, quando se envolveu no pré-vestibular comunitário em que estudou e trabalhou, depois no período em que trabalhou na Comissão de Direitos Humanos da Alerj. Na época, Marielle já se conectava e fomentava diversas ações de memória e ancestralidade.

O jeito coletivo de ser também era traço da personalidade de Marielle, que costumava vibrar com alegria pelas conquistas e sucesso das outras pessoas, como conta sua companheira de vida, Mônica Benício (2024). Estava expresso também no slogan de sua campanha, inspirado na filosofia Ubuntu, “Eu sou porque nós somos”, e, na prática, ao decidir dividir o seu comitê de campanha com o amigo Tarcísio Motta, também candidato a vereadora pelo PSOL do Rio de Janeiro.

**Figura 13 — Fotografia de Marielle na pré campanha.**



Fonte: Kati Tortorelli

Após eleita, mesmo com todas as dificuldades, buscou atuar da forma mais aberta e coletiva possível, sempre abrindo as portas do seu gabinete para reuniões de ativistas e lideranças dos movimentos sociais.

A Agenda Marielle (Agenda, 2020), foi um documento construído pelo Instituto Marielle Franco no contexto das eleições de 2020, a partir da escuta de pessoas que trabalhavam no mandato e da leitura de discursos e projetos apresentados no período. A agenda sistematizou o legado da vereadora em um conjunto de 7 pautas e 7 práticas para que as candidatas daquela primeira eleição municipal sem Marielle, que estivessem fazendo campanha em seu nome, pudessem de fato se comprometer em ir do “falar sobre Marielle para o fazer como Marielle” (Agenda, 2020).

As 7 práticas listadas na agenda e os respectivos exemplos listados no site dão o tom da lógica coletiva que perpassava o mandato, como pode ser visto no quadro abaixo:

**Quadro 1 — 7 Práticas e os exemplos de Marielle**

<b>Prática</b>	<b>Marielle é exemplo...</b>
Diversificar, não uniformizar	A equipe da Mandata Marielle era muito diversa e todas às vezes que um evento, ação ou projeto era organizado esse era um critério para pensar os convites.
Ampliar, não	A audiência pública sobre Mortalidade Materna e a formação do GT

limitar	Intersetorial de Saúde no mandato de Marielle Franco gerou importantes frutos no trabalho da Comissão de Defesa da Mulher. O diálogo permanente com a Defensoria Pública e o Ministério Público, além de secretarias, organizações do terceiro setor, coletivos e movimentos, era uma cultura da mandata.
Honrar, não apagar	A mandata de Marielle Franco entregou medalhas e honrarias para mulheres como Conceição Evaristo, Dida Nascimento, Elza Santiago, Jaqueline de Jesus e Sonia Braz. Todas, mulheres que transformaram a realidade de seus grupos e suas comunidades por meio de ações educacionais, culturais, econômicas e acima de tudo, políticas.
Coletivizar, não individualizar	Quando a prefeitura do Rio de Janeiro ofereceu ingressos para os vereadores irem assistir com as suas famílias os desfiles das escolas de samba na Sapucaí, Marielle foi contundente não só em não aceitar como também em denunciar a prática.
Puxar, não soltar	Em 2017, a mandata de Marielle Franco realizou o evento Mulheres na Política. O evento, contou com a participação de centenas de mulheres que tinham interesse em discutir o fazer político na prática e as possibilidades existentes de atuação nos espaços institucionais de poder.
Cuidar, não abandonar.	Na época que coordenava a Comissão de Direitos Humanos da Alerj, Marielle e sua equipe construíram práticas de cafés coletivos com acompanhamento de uma psicóloga. Durante seu mandato, Mari também buscava conversar e acolher sua equipe individualmente com frequência e não desmarcava suas sessões de terapia por nada.
Escancarar, não se encastelar	A mandata de Marielle estava sempre de portas abertas para a população, realizou uma prestação de contas em um parque público com convocação aberta nas redes, criou o Lab Franco (um laboratório de participação para voluntárias que gostariam de conhecer melhor as estruturas da Câmara) e disponibilizou online sites de fácil entendimento sobre os projetos de lei.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Foram muitas as iniciativas de sua mandata (Mandato Marielle Franco, [s. d.]) que se conectam a esse universo da memória coletiva, como, por exemplo, algumas que listamos abaixo:

No dia 8 de março de 2017, a entrega da medalha Chiquinha Gonzaga para Jaqueline Gomes de Jesus, primeira mulher trans a receber um título de doutorado pela Universidade de Brasília, e a primeira gestora do sistema de cotas da mesma universidade.

**Figura 14 — Fotografia da entrega da medalha Chiquinha Gonzaga**



Fonte: Acervo Mandata Marielle Franco

Nos dias 23 e 24 de junho de 2017 a organização do Seminário Direito à Favela junto a um Viradão de Comunicação e Cultura, que aconteceu no Museu da Maré, contou com um eixo/oficina específico sobre direito à memória.

**Figura 15 — Fotografia do Encontro Direito à Favela no Museu da Maré.**



Fonte: Acervo Mandata Marielle Franco

No dia 21 de julho de 2017, a participação do ato em memória da Chacina da Candelária, que fazia 24 anos naquela data.

**Figura 16 — Fotografia no ato em memória da chacina da Candelária.**



Fonte: Acervo Mandata Marielle Franco

No dia 25 de julho de 2017, a criação do mapa “Redes Negras da Cultura” ([www.redesnegras.mariellefranco.com.br](http://www.redesnegras.mariellefranco.com.br)), um registro territorial dos pontos de defesa da cultura negra e da luta antirracista no Rio de Janeiro.

No dia 21 de agosto de 2017, a organização do debate público “Awrê aos nossos ancestrais - reexistir na fé”, homenageando lideranças culturais e religiosas responsáveis por manter vivos os rituais e práticas religiosas que atravessam o tempo.

**Figura 17 — Fotografia do debate “Awrê aos nossos ancestrais”.**



Fonte: Acervo Mandata Marielle Franco

No dia 8 de março de 2018, a homenagem à Dida Nascimento, do Dida Bar, que através da gastronomia afro-brasileira cultiva a memória ancestral de diversas origens.

**Figura 18 — Fotografia em ato de homenagem à Dida Nascimento.**



Fonte: Acervo Mandata Marielle Franco

E no dia 14 de março de 2018, último evento do qual Marielle participou em vida, o debate Jovens Negras Movendo as Estruturas, onde mulheres negras de diversas gerações se encontraram para escutar as perspectivas de 4 jovens negras atuando em diferentes frentes de preservação da memória na sociedade.

**Figura 19 — Fotografia do último debate de Marielle.**



Fonte: Acervo Mandata Marielle Franco

Já no final deste último evento, a designer Bruna Souza, que futuramente viria ser a designer da primeira marca do Instituto Marielle Franco, e que estava acompanhando através da transmissão online (Roda de conversa [...], 2017), enviou uma pergunta que Marielle dividiu com as participantes: “onde você guarda a sua ancestralidade?”. Respondendo logo antes de passar a palavra, a vereadora compartilhou que para ela a ancestralidade estava guardada nas memórias das raízes matriarcais de sua família, vinda do nordeste, até a chegada de seu avô, um dos primeiros moradores da favela da Maré, quando a região ainda era tomada por casas construídas em palafitas. “A memória da palafita, da resistência”, segundo Marielle.

No meio dessa linha do tempo, um evento em especial foi um dia em que se falou muito sobre a produção da memória coletiva das mulheres negras: a entrega de medalha à Conceição Evaristo e o debate "Eu Mulher Negra Resisto" com Flávia Oliveira, Mãe Meninazinha de Oxum, Patrícia Oliveira e Ruth de Souza no plenário da Câmara de Vereadores (Franco, 2017). Aconteceu no dia 1º de agosto de 2017, na ocasião Marielle abriu a sessão com uma dinâmica onde uma a uma, mulheres negras da equipe de sua mandata subiam à tribuna da Câmara para ler, em primeira pessoa,

um resumo da biografia de inúmeras mulheres negras, símbolos da resistência da história.

**Figura 20 — Fotografia das homenageadas no evento “Eu Mulher Negra Resisto”**



Fonte: Acervo da Mandata Marielle Franco

**Figura 21 — Fotografia do público do evento “Eu Mulher Negra Resisto”**



Fonte: Acervo da Mandata Marielle Franco

Logo após, em sua fala inicial, Marielle se referenciou à filosofia africana utilizada na campanha: "Quando a gente usou, reutilizou, deu visibilidade ao Ubuntu no processo eleitoral, ou quando a gente usou o eu sou porque nós somos (...), essa de fato é uma construção coletiva" (Franco, 2017). E Marielle seguiu sua fala:

Não é utilizando deste lugar, desta presidência sozinha, que nós reconstruiremos o nosso processo de disputa simbólica e objetiva. Ela será feita, como foi feita e como é feita, com todas as mulheres que constroem esse mandato e digo mais, com homens e mulheres, mas com a maioria de mulheres que protagonizam esse mandato que não é da Marielle, que a gente tá aqui de fato expressando de maneira coletiva. todas as mulheres que produzem essa homenagem compõem e estão fazendo história, que eu queria deixar registrada a maneira coletiva com que se faz política (Franco, 2017).

Mais adiante, ainda no mesmo sentido, a vereadora afirmou "aqui não tem supertrunfo da opressão, aqui não tem hierarquia de dores, mas tem sim mulheres que são mais vulneráveis. Tem sim lugares onde a vida vale menos" (Franco, 2017).

Com um mandato composto por mulheres e homens, pessoas negras e pessoas brancas, e com uma forma de agir pautada no diálogo e na costura com aqueles que pensavam diferentes, mas sem deixar de chamar a atenção para a necessidade de protagonizar os corpos mais vulnerabilizados, Marielle formulava uma prática política nesses termos, disputava as perspectivas teóricas de um socialismo e anticapitalismo atravessados pela perspectiva interseccional, sem hierarquização das opressões, mas compreendendo a existência de distintas vulnerabilidades.

Logo no início do evento, Marielle convidou ao público que se somasse a uma onda de compartilhamento da transmissão ao vivo que estava acontecendo nas redes sociais, afirmando a importância de se fazer a disputa narrativa. "Se tem página colocando os nossos homens negros presos e que nos difamam, vai ter página também compartilhando a nossa Câmara Municipal com muita mulher preta, então que a gente também ocupe as redes sociais e isso é fundamental" (Franco, 2017).

Em sua fala no evento, Jurema Werneck, disse a Conceição: "A sua palavra faz a gente existir e a sua lição diz, 'não deixem que eles digam quem nós somos', Conceição nos ensina. Nós somos quem vai dizer o nosso nome".

Patrícia Oliveira, na época representando o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, e a Rede de Familiares e Comunidades contra a Violência, lembrou que são poucos os momentos de homenagem reservados às pessoas

negras: “A gente tem muitos momentos de luta, muitos momentos de conflito, mas momentos de homenagem são poucos.” afirmou Patrícia.

A jornalista Flávia Oliveira, também convidada a homenagear Conceição, fez em sua fala uma lembrança de um ensinamento da escritora que também é útil para pensarmos a diversidade das homenagens produzidas para Marielle. Segundo Flávia “o povo negro festeja, e a gente traz a alegria, a música, o toque do tambor, nas nossas histórias, nas nossas celebrações, nas nossas vidas, para estarmos em contato com o divino e nos fortalecermos, [...] para ficar mais forte. Para segurar a barra que é viver” (Franco, 2017). A fala de Flávia ecoa o pensamento de Nego Bispo na palestra Saberes Quilombolas, sobre o saber orgânico de seu povo. Segundo Bispo:

[..] nós pensamos compondo a vida, e a arte e a cultura tá tudo misturado, inclusive com a luta, inclusive com a resistência. As composições da música e do batuque são composições de guerra ao mesmo tempo que são composições de festa, ao mesmo tempo que são composições de condolência. (Bispo, 2019)

Ainda na atividade da Câmara dos Vereadores, em sua fala após a homenagem, Conceição Evaristo trouxe as marcas do racismo na sua trajetória. Segundo a autora, o racismo é tão cruel que alguns pares de escritores com quem ela já havia dividido mesa no Brasil e fora só passaram “a cumprimentar depois que eu ganhei o (prêmio) Jabuti”. Mas, Conceição Evaristo também reconheceu as alianças comprometidas com quem já pôde contar. Disse a escritora agradecendo:

[...] aos brancos que cumpliciam conosco, porque não podemos deixar de afirmar isso, temos brancos que cumpliciam conosco, que são nossos parceiros, mas o meu agradecimento especial é a essa coletividade negra de mulheres e de homens que me acolhem (Franco, 2017).

Ainda que muitas vezes fossem vistas como iniciativas menos concretas por não estarem associadas diretamente com a formulação de novas políticas públicas (e aqui eu mesmo me implico como parte das pessoas que tinha essa percepção no início, justamente pela barreira de incompreensão imposta pelo racismo), as atividades de entregas de medalhas e homenagens organizadas pelo mandato eram, por si só, gestos potentes de reparação histórica simbólica, numa sociedade que passou séculos homenageando colonizadores e violadores de direitos.

Não eram poucas as vezes que funcionárias administrativas e da manutenção da Câmara de Vereadores, em sua maioria negras, expressavam para nós da equipe da mandata felicidade ao ver a casa cheia de pessoas como elas e comunicavam a raridade daqueles momentos na história da casa.

Outra iniciativa conectada ao debate da memória foi a ideia dos Rolézinhos, passeios guiados na Câmara dos Vereadores voltado a grupos de juventudes negras e periféricas, com o objetivo de enegrecer o espaço historicamente embranquecido, e mostrar, a partir de uma perspectiva crítica, como se estruturava aquela casa, desde a sua arquitetura, passando pela decoração e pelos quadros pendurados nas paredes, praticamente tudo remetendo ao pensamento colonial. O projeto surgiu a partir do LabFranco, o laboratório que era destinado para pessoas que quisessem ajudar a construir mecanismos de participação da própria mandata, mais um exemplo de como a busca pela coletividade marcou essa experiência.

A visão de uma atuação transnacional também foi outro aspecto que esteve presente no curto espaço de tempo que Marielle esteve como vereadora.

Em junho de 2017 a vereadora foi ao Chile apresentar o artigo “Struggles to Access the Right to Mobility as a Latin American Black Woman” numa conferência sobre mobilidade em Santiago (Chile) a convite do Instituto para Políticas de Desenvolvimento e Transporte (ITDP).

Em agosto de 2017, Marielle me pediu para representar o mandato no evento *La Ocupación*, organizado na época pelo coletivo WikiPolítica, que havia conquistado uma vaga no parlamento do departamento de Jalisco, no México, através de uma campanha coletiva. A viagem foi um dos pontos de partida para o início da articulação que viria a se tornar a rede Ocupa Política, fomentada pelo mandato de Marielle junto a outros mandatos e organizações brasileiras com o objetivo de propor práticas coletivas e abertas para a ocupação da política institucional.

No final daquele ano, sua comadre e parceira política, Pâmella Passos, apresentou no Uruguai um trabalho que ela e Marielle escreveram juntas sobre o papel das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a dinâmica da segurança pública na cidade. Marielle não pôde participar, pois precisava estar presente na votação do orçamento municipal na Câmara.

Nos primeiros meses de 2018, uma das tarefas que vinha tomando o tempo da vereadora era a retirada do seu passaporte, já que na sua agenda estava marcado, para abril de 2018, a sua participação na *Brazil Conference*, em Harvard. No evento

organizado por estudantes brasileiros da universidade, Marielle falaria num painel sobre “como renovar a política brasileira já em 2018?”. Ao seu lado estariam nomes como o do ministro Luiz Fux; o ex-presidente do Banco Central Ilan Goldfajn; a ex-procuradora-geral da República Raquel Dodge; e o médico Drauzio Varella.

Essa trajetória vibrante e potente dedicada à construção de estratégias de memórias coletivas nacionais e internacionais, ao mesmo tempo que nos faz até hoje imaginar e sonhar até onde Marielle poderia ter chegado, nos ajuda a compreender um pouco melhor o que se passou nos anos que se seguiram àquele 14 de março.

### 3.2 A GUERRA DE MEMÓRIA NAS MÍDIAS: ESTRATÉGIAS IMEDIATAS PARA DEFENDER A VERDADE SOBRE MARIELLE CONTRA O ÓDIO E A DESINFORMAÇÃO.

Introduzindo a centralidade das redes sociais para o caso Marielle e Anderson, o doutorando em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ, Josir Cardoso Gomes (2018) escreveu em artigo para a plataforma FARMI que afirma:

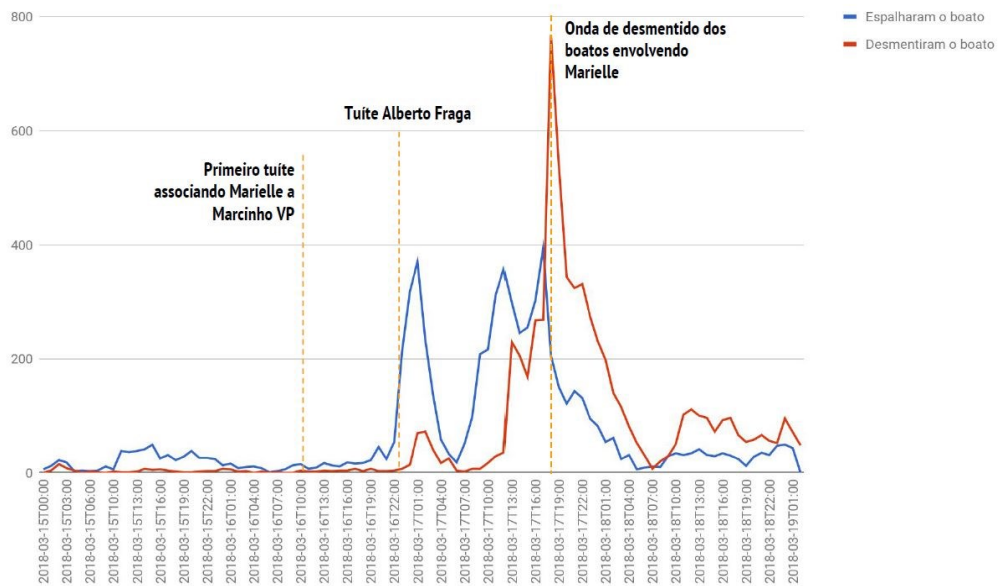
O assassinato da vereadora Marielle foi o fato político de maior repercussão dos últimos anos no Brasil, tanto nas mídias tradicionais como nas redes sociais. Segundo o pesquisador Fabio Malini (Labic/UFES), a repercussão no Twitter a respeito do caso bateu recorde desde o início da sua pesquisa em 2012 (Gomes, Josir, 2018).

Confirmando a leitura, segundo o relatório da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP - FGV) de 2018, foram 2,14 milhões de tweets sobre o caso nos primeiros 4 dias (Fundação Getúlio Vargas, 2018). E aprofundando no relatório podemos compreender que a repercussão imediata do caso pode ser lida através de 3 grandes ondas: a primeira onda imediatamente após o crime, marcada por comoção, indignação e consternação, com uma minoria de 7% críticos à vereadora; a segunda onda que começou a crescer dois dias depois a partir da viralização de um tweet do deputado do Democratas, Alberto Fraga, vinculando Marielle ao tráfico, e que durou 24h com uma propagação intensa de mensagens de difamação (que permaneceram espalhadas até hoje); e a terceira onda que se inicia um dia após a segunda, com conteúdos desmentindo os boatos e alcançando um volume de mensagens em quase o dobro das mensagens difamatórias, como podemos ver no gráfico abaixo, além de uma estratégia jurídica colaborativa de coleta de denúncias de boatos e responsabilização dos agentes difusores.

**Figura 18 — Gráfico do Relatório FGV- DAPP Marielle e as Fake News.**

**BATALHA DE NARRATIVAS**

Onda de fake news (em azul) tem início na sexta e se estende pelo sábado, mas é contida pela onda de desmentido (em vermelho), que consegue barrar a propagação do conteúdo falso.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2018).

O relatório conclui que “a terceira onda logra, nesse sentido, conter a propagação das notícias falsas e sedimenta o tom do debate até o final do domingo”.

Já no artigo “Difamação, Fake News e o Esvaziamento da Política na Execução de Marielle Franco”, Renata Gomes (2018, p. 3) cita a pesquisa do Labic/UFES (Toledo; Moraes, 2018) para mostrar que a reação à morte da vereadora, em menos de dois dias, impulsionou milhões de mensagens publicadas “por parte de 400 mil usuários do Twitter em 54 países e 34 idiomas, quebrando o recorde de engajamento “político-digital” previamente estabelecido pelo impeachment de Dilma Rousseff”.

Renata (Gomes, Renata, 2018, p. 3) ainda destaca sobre a pesquisa do Labic/UFES, que a primeira onda de mensagens que pautou as redes sobre o luto com relação à morte de Marielle teve “como principais nós uma adolescente negra da Baixada Fluminense e a cantora Elza Soares”. Tal fato, aponta para confirmar uma ideia comumente propagada sobre o caso que é a do protagonismo das mulheres negras como vetores-chave da resistência e da memória em torno de Marielle, como ressaltado por Anielle Franco (2021) em sua dissertação de mestrado.

Em pesquisa realizada pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital (2018), grupo liderado pelos pesquisadores Pablo Ortellado e Márcio Moretto, os fatos que

marcaram a estratégia de difamação que compôs a segunda onda nas redes pós-assassinato são apresentados com mais detalhes:

Na tarde do dia 16 de março, o deputado Alberto Fraga e a desembargadora Marília Castro Neves validaram os boatos ao replicarem em seus perfis, Fraga no Twitter e Neves no Facebook. Com a validação da desembargadora, o boato passou a ter repercussão nos sites de notícias, tanto os da grande imprensa, como nos sites engajados. A coluna de Mônica Bergamo repercutiu a postagem da desembargadora na noite do dia 16 e foi seguida pelo site Ceticismo Político, replicado pelo MBL e pela revista Veja. Juntos, somaram, em menos de um dia, mais de 450 mil compartilhamentos no Facebook. Como as manchetes dos três sites mais compartilhados não mencionavam que os boatos eram falsos, as matérias serviram como meio adicional de difusão das mentiras (Monitor [...], 2018).

Dandara Magalhães e Tsai Yi Jing (2018) em seu artigo dedicado a refletir sobre o caso, ressaltam que a prática de utilizar notícias falsas para justificar assassinatos em especial de pessoas negras e moradoras de favelas não é uma novidade do caso Marielle. Como exemplos desta tática violenta as autoras citam “casos como o da morte de Maria Eduarda, jovem de 13 anos baleada dentro do colégio na favela de Acari em 2017, e de Marcus Vinícius, morto a tiros aos 14 anos no Complexo da Maré em 2018”, que logo foram de forma mentirosa associados ao tráfico de drogas como se tal associação, mesmo que verdadeira, justificasse qualquer assassinato em um país onde não há pena de morte.

Tanto Magalhães e Tsai (2018) como Renada (Gomes. 2018, p. 4) citam a publicação no site de extrema-direita, Ceticismo Político, que 24h depois do assassinato de Marielle havia sido compartilhada mais de 360 mil vezes, propagando uma suposta quebra de narrativa da esquerda ao compartilhar “o post de Facebook da desembargadora Marília Castro Neves que disseminava boatos difamatórios e caluniosos sobre Marielle.” Segundo Gomes (2018), nos posts a desembargadora afirmava que a reação da esquerda seria exagerada, tentando “agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”, e que, segundo ela, Marielle estaria “engajada com bandidos”, havia sido “eleita pelo Comando Vermelho” e teria sido assassinada em uma cobrança de dívida por não ter cumprido “compromissos assumidos com seus apoiadores”.

Buscando mostrar como a estratégia de desinformação está longe de ser espontânea e conta com a ação deliberada de agentes políticos e econômicos interessados na propagação de versões caluniosas, a reportagem “Como ganhou

corpo a onda de “fake news” sobre Marielle Franco” (Cariello; Grillo, 2018), também fala sobre o fato da notícia do site Ceticismo Político ter sido compartilhada por organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL). Gomes (2018, p. 5) em nota de rodapé, afirma que posteriormente a relação entre o MBL e o site Ceticismo Político veio a ser comprovada, e que “com a divulgação da calúnia contra a vereadora, a página do Ceticismo Político foi apagada pelo Facebook”.

Ainda segundo Gomes (2018, p. 5), outra notícia falsa que ganhou repercussão foi a de que “Marielle havia se relacionado com o traficante Marcinho VP, que seria o pai de sua filha”. Segundo a autora:

[...] pode-se supor que a reação difamatória tenha emergido em face justamente do caráter político da comoção pública em torno da morte de Marielle e, por isso, o primeiro movimento de sequestro da narrativa que se constituía publicamente, nas redes e nas ruas, foi reverter diametralmente seu sentido (Gomes, 2018, p. 5).

A autora segue falando sobre a perversidade das intenções da estratégia de desinformação sobre Marielle. Gomes (2018, p. 6) afirma que “a boataria caluniosa contra Marielle cumpre, antes de tudo, o papel policial de criar uma cortina de fumaça sobre as questões de fato relevantes do debate político”, e que ao fazer com que as pessoas indignadas com o fato passassem a dedicar sua energia para disputar as narrativas e contar a verdade sobre Marielle, tirava delas a possibilidade de se dedicar a cobrar os resultados da investigação do caso até hoje não elucidado.

A estratégia se alinha perfeitamente ao conceito de imagens de controle de Patricia Hill Collins (in Bueno, 2020) visto anteriormente, como exercício de imprimir sobre Marielle estereótipos distorcidos e violentos contra sua imagem com a intenção de controlar a percepção pública sobre sua história e sobre a história coletiva das mulheres negras.

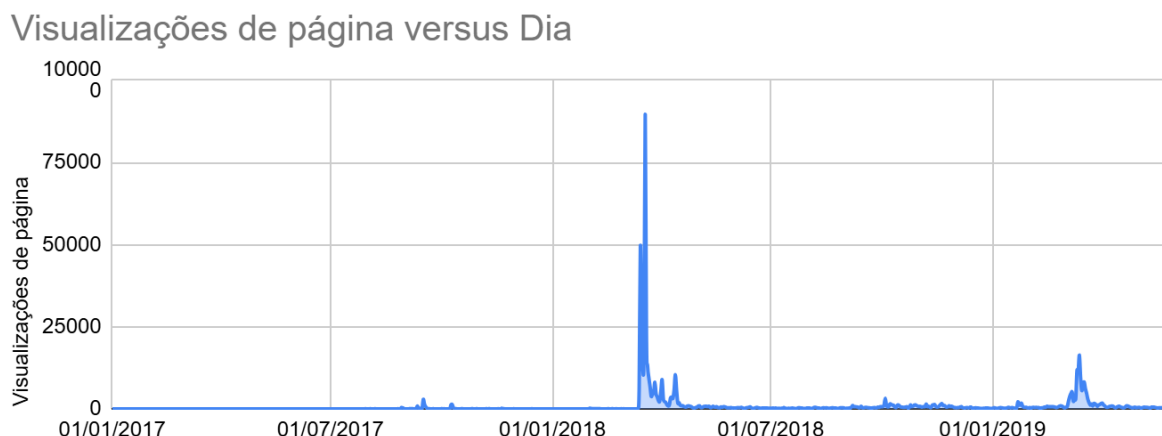
O estudo “Quem matou Marielle? Organização do conhecimento e os caminhos do tesouro do mal” (Saldanha; Silva; Lima, Garcez, Romeiro, 2023) se debruçou sobre uma análise discursiva dos termos e expressões articulados por este campo e identificou que os “perfis promoviam o discurso que sugeriu a culpabilização da vítima pela sua própria execução”, com argumentos, por exemplo, de que seria Marielle quem estaria promovendo o “ódio de classes” e, portanto, seu assassinato seria justificável.

Entrando no que o relatório da FGV—DAPP (Fundação Getúlio Vargas, 2018) chama de terceira onda, Renata Gomes (2018, p. 1) nomeia esses esforços coletivos de negação das mentiras produzidas para atacar Marielle como um “contramovimento”. Sobre o fenômeno, Magalhães e Tsai (2018, p. 2) afirmam que o caso foi “o primeiro a contar com uma onda de mobilização popular contra Fake News.” As autoras articulam o argumento de que o esforço coletivo empreendido tanto para coleta das denúncias de Fake News como para a difusão da verdade sobre Marielle podem ser interpretadas a partir da ideia de ação coletiva.

O artigo narra como se deu o processo de construção de um dos principais vetores imediatos de informação deste contramovimento, tanto pela sua legitimidade como pelo seu alcance, que foi a página “A Verdade Sobre Marielle”. O site, que ficava dentro da página da mandata da vereadora, foi criado por nós na equipe de comunicação da mandata com o apoio de comunicadoras parceiras, incluindo a própria Tsai Yi Jing. Na plataforma que segue no ar até hoje através do Instituto Marielle Franco (Instituto Marielle Franco, [S. d.]), podemos encontrar as principais mentiras que ganharam repercussão na época: “Marielle era ex do Marcinho VP”, “Marielle foi eleita pelo Comando Vermelho”, “Marielle era usuária de maconha”, “Marielle engravidou aos 16 anos” e “Marielle defendia bandido”. Logo abaixo de cada informação falsa, um texto curto, simples e direto provoca o leitor a entender a verdade.

Em pesquisa realizada para a disciplina de Ética da Informação no IBICT em 2022, analisamos a plataforma Google Analytics que nos mostra o volume do tráfego de usuários no site da mandata de Marielle desde a sua criação até a data da conclusão do trabalho citado. Observando o período de 1º de janeiro de 2017 (data da posse de Marielle como vereadora) até 13 de março de 2018 (um dia antes do seu assassinato), podemos observar que o site recebeu 8.873 visualizações de páginas únicas. Já do dia 14 de março de 2018 até o dia 30 de maio de 2019, exatamente a mesma quantidade de tempo, porém pós-assassinato de Marielle, este número passou para 516.950 visualizações de páginas únicas.

**Figura 23 — Gráfico dessa Pesquisa.**



Fonte: Google Analytics da Mandata Marielle Franco

Direcionando o olhar para a página interna criada para desmentir as notícias falsas, notamos que ela se tornou a segunda página mais acessada do site, com 132.806 visualizações únicas desde a sua criação, no dia 18 de março de 2018 até o dia 31 de agosto de 2022.

Os mesmos dados também foram objeto de pesquisa de Magalhães e Tsai, que observam que dois picos de acessos ao site no dia 15 e 19 de março, o primeiro com cerca de 49 mil acessos corresponde ao dia seguinte do assassinato, enquanto o segundo com mais de 89 mil acessos corresponde ao dia seguinte em que o site da “Verdade sobre Marielle” foi lançado. As pesquisadoras apontam também o aumento exponencial do acesso vindo de outros países e analisam a estratégia de divulgação do site nas redes sociais que, segundo elas, ocuparam um papel importante no direcionamento dos usuários para o conteúdo.

Magalhães e Tsai (2018) contam também sobre o esforço jurídico colaborativo empreendido com a intenção de conter a disseminação das fake news e cobrar a responsabilização dos agentes políticos e econômicos envolvidos nesta difusão. Três dias após o assassinato de Marielle, as advogadas Evelyn Melo Silva e Samara Mariana de Castro, a pedido do partido de Marielle, PSOL, deram início a um mutirão de coleta de denúncias de notícias falsas através do e-mail do seu escritório, processo que chegou a coletar cerca de 22 mil e-mails de denúncia.

As autoras contam que as denúncias serviram como base para as ações movidas por Anielle Franco e Mônica Benício, contra o YouTube e o Facebook, na intenção de retirar conteúdos do ar e identificar usuários responsáveis.

O processo de coleta de denúncias por e-mail é interpretado por Magalhães e Tsai (2018) como um exemplo do que Bennet e Segerberg (2012) denominam de ação conectiva “pois essa é uma forma de ação contenciosa baseada no compartilhamento de conteúdos personalizados, de laços fracos e centrada no reconhecimento da mídia digital como agente organizador”.

Renata Gomes (2018, p. 1) relembra que este contramovimento incluiu “além da movimentação nas redes sociais, uma reação da mídia hegemônica, dentre as quais, 40 minutos do programa televisivo Fantástico, todos visando disputar a narrativa sobre a morte da vereadora.”

Ao dissecar a reportagem da primeira edição do programa de televisão Fantástico que foi ao ar dias após o assassinato de Marielle, Renata (Gomes, 2018) observa como, ainda que com trechos importantes de afirmação sobre a verdade sobre Marielle e o posicionamento do caso enquanto um crime planejado com o envolvimento de forças políticas, o programa recai em práticas comuns da mídia hegemônica.

Isso se dá, por exemplo, quando o programa mostra o arrependimento do deputado que propagou uma das *fake news* (como se desculpas bastassem), não posiciona a sexualidade de Marielle como elemento potencialmente impulsionador do crime e, mais grave, apresenta ao final do programa, de forma acrítica, a informação de que o governo estaria destinando mais recursos para as operações policiais da Intervenção Federal. A intervenção era justamente objeto de cobrança de Marielle enquanto vereadora, como se mais dinheiro para a polícia fosse a solução para o fim da violência e a resolução do caso.

No dia 16 de março um grupo de Telegram foi criado para reunir as comunicadoras da Mandata de Marielle e outras parceiras que apoiaram as estratégias de comunicação logo após o seu assassinato, entre elas Daniela Ficchino, Renata Souza, Luna Costa, Daniela Orofino, Tsai Yi Jing, Nina Barrouin, Júlia Silveira, Mayara Donaria, Mariana Gomes, Thales Mesentier, Bruno Villa, João Paulo Oliveira, Jackson Anastácio e eu. Numa análise textual do grupo é possível perceber como o dia e a hora da exibição do programa Fantástico (dia 18 de março, 21h) foram determinantes para acelerar na equipe a compreensão da urgência para uma tática organizada de enfrentamento às *fake news*.

Mensagens trocadas no grupo indicam que havia uma demanda grande por parte da sociedade e de militantes e movimentos por um conteúdo que ajudasse a

desmentir os boatos. E em meio a um processo extremamente recente e doloroso, a equipe e as colaboradoras se articularam para viabilizar o conteúdo na intenção de alimentar as redes com conteúdos que pudessem frear as mentiras, fortalecendo a estratégia de resistência a lógica autoral colonial em curso.

O link de um primeiro documento organizando verdades e mentiras sobre Marielle foi enviado por Tsai Yi Jing no grupo no dia 17 de março. Algumas ideias foram trocadas sobre como aperfeiçoar a estratégia, chegando à proposta da construção do site que concentrasse todo o conteúdo e pudesse ser espalhado. No dia 18 de março, domingo, dia em que o Fantástico exibiria a longa reportagem sobre Marielle aumentando a discussão pública sobre ela, Tsai (2018) enviou ao grupo às 17:52 a seguinte mensagem sobre o site: “[...] a gente consegue fazer isso pra hoje? Imagino que precisamos disso pro fantástico [...]”. Deste momento em diante, até às 22h40, uma força tarefa foi feita para que a página estivesse no ar, servindo de fonte para as pessoas interessadas em defender a memória de Marielle.

Segundo Silvana Seabra (2022, p. 447) com a hipótese de que teria se originado na França nos anos 90, a expressão Guerras de Memória teria surgido para nomear as disputas narrativas de sentido sobre a Guerra Argelina de descolonização. Citando Assmann (2008), a autora afirma que “após a Guerra Fria, com a diminuição da disputa ideológica, as lutas entre memórias (*guerre de mémoires*) se tornariam fortemente definidoras de conflitos políticos” (Assman, 2008, *apud* Seabra, 2022, p. 447).

Ainda que exista a percepção de que o movimento de defesa da memória de Marielle tenha sido consistente e eficaz contra os ataques orquestrados e estratégias de desinformação, é inegável o esforço e a energia que precisou ser empreendida para alcançar essa realidade.

E mais, compreendendo o aspecto dinâmico da construção da memória e a permanente tentativa dos campos conservadores e fascistas de apagarem ou mancharem a reputação e a imagem de Marielle, esse esforço de proteção e preservação de uma memória positiva precisou se estruturar como uma estratégia permanente, ao mesmo tempo espontânea e organizada, e que desde o primeiro momento contou com a ação de uma diversidade de autores e autoras de homenagens, como veremos nos próximos capítulos.

## 4. HOMENAGENS INCONTÁVEIS E INCLASSIFICÁVEIS

Feita a revisão da literatura sobre os conceitos e pensamentos que nos guiam nessa reflexão, e tendo mergulhado em um olhar sobre como a vida de Marielle se relaciona com os temas propostos e como se deu o movimento de guerra de memórias imediatamente posterior ao seu assassinato, chegamos ao capítulo onde compartilhamos o levantamento de homenagens produzidas com a intenção de fomentar a construção dessa memória e olhamos de forma detalhada para alguns casos que permitem compreender como opera a lógica autoral colonial e as estratégias de resistência empreendidas para enfrentá-la.

### 4.1. DETALHES SOBRE O MÉTODO E RECORTE TEMPORAL

Como apresentamos no início do trabalho, para a etapa de levantamento das homenagens destacamos que a análise exploratória documental de conteúdos digitais se apresentou como método pertinente.

Isto se deu uma vez que, por ter trabalhado durante 4 anos no Instituto Marielle Franco, tive a oportunidade de ajudar na construção dos primeiros passos do acervo digital desta organização, que se posiciona enquanto principal iniciativa de acompanhamento destas homenagens.

O processo desta análise consistiu na construção de uma tabela de registro das homenagens encontradas no acervo para posterior avaliação. Como percurso de análise, olhamos primeiro para o Instituto Marielle Franco em si, enquanto uma iniciativa criada pela família não só como uma homenagem, mas como uma estratégia de organização das homenagens.

Navegamos pelos registros do Instituto, começando pelo Mapa dos Coletivos (registro de organizações interessadas em multiplicar essa estratégia), passando pelos mapas dos Marços por Marielle e Anderson (convocações anuais da organização para a sociedade, onde centenas de homenagens foram mobilizadas nos últimos anos) e os demais projetos criados pela organização, que desempenharam papel importante nesse sentido.

Em seguida, olhamos para os registros de homenagens que chegaram espontaneamente nos canais de comunicação do Instituto buscando algum tipo de conexão e validação da família, cujos dados nos permitiram realizar uma análise quantitativa sobre seus aspectos.

Logo após, realizamos uma busca ativa em três plataformas de conteúdo: YouTube e Spotify (buscando vídeos e músicas que levam o nome de Marielle no título, ou músicas de grande repercussão que falam dela) e Instagram (através da hashtag #MarielleFranco)

E olhamos para o mapa produzido pelo pesquisador Hércules da Silva Xavier Ferreira, para o site WikiFavelas, que vem registrando homenagens, em especial de artes e intervenções urbanas, à Marielle desde 2018.

Registramos também fatos relacionados a políticas públicas a partir de uma busca no Google pela expressão “Homenagem à Marielle Franco”.

Após o registro dessas homenagens na tabela, fizemos uma distribuição das mesmas por categorias de linguagens e, em seguida, analisamos como as homenagens que se destacaram nas categorias dialogam com a reflexão teórica feita até aqui.

Optamos por não trabalhar com uma análise cronológica linear, entendendo que ela não seria suficiente para dar conta da compreensão sobre as diversas linguagens utilizadas. Optamos também por não aprofundar na análise detalhada de cada homenagem, entendendo que para cada categoria caberia um trabalho de pesquisa próprio por toda a complexidade que mobilizam.

Quanto ao recorte temporal, por ser um levantamento mais geral, mantivemos a abrangência dos primeiros cinco anos após o assassinato de Marielle, por ser também o ciclo da primeira gestão do Instituto Marielle Franco até o início da gestão de Anielle Franco enquanto Ministra da Igualdade Racial no Brasil, fato que por si só se apresenta como uma ação de memória sobre o caso.

#### 4.2 INSTITUTO MARIELLE FRANCO: UMA ORGANIZAÇÃO QUE CULTIVA UM MOVIMENTO E RESISTE À LÓGICA AUTORAL COLONIAL

Como apresentado nos capítulos anteriores, o Instituto Marielle Franco teve seu CNPJ registrado por Anielle, Dona Marinete, Seu Antônio e Luyara, em 27 de julho de 2018, dia do Aniversário de Marielle e dia em que a família organizou a primeira roda de conversa do projeto Papo Franco, no Centro do Teatro do Oprimido na Lapa. A organização surgiu como uma necessidade da família de estruturar sua atuação e o acolhimento das demandas de homenagens e iniciativas que chegavam de todos os lados desde o dia 14 de março de 2018. Em entrevista para o veículo Alma Preta, em fevereiro de 2019, Anielle afirmou que:

Ainda estamos de luto. Viajando o mundo e ainda de luto. Foi quando percebemos que é um legado enorme. É uma causa mundial. E nós temos sangue de Marielle. Não tínhamos como ficar parados e não darmos continuidade a tudo que ela começou. Decidimos então unir forças para fazer algo para honrar o nome e o nosso sangue ali derramado (Franco, 2019c).

E completou:

É honrar o nome de uma mulher que virou semente. Uma mulher que venceu estatísticas. É honrar nossa família, nosso sangue, nossos valores. Para mim, em especial, é saber que ancestralidade importa e que iremos até o final (Franco, 2019c).

Anielle narra como a criação da organização se apresentou também como uma resposta à lógica autoral colonial de setores da esquerda, em especial da branquitude, que nos primeiros meses após o assassinato de Marielle agiu de maneira fechada e muitas vezes violenta com relação à família. Segundo Anielle (2021, p. 82):

Era questão de honra fazer dar certo. O fazer dar certo significava entrar em portas, mesmo as trancadas com cadeados que vinham sendo fechadas para a família negra “barraqueira e raivosa”, como eu ouvi dizerem sobre mim numa primeira fala pública que fiz, um mês após a morte da Mari (Franco, 2021, p. 82).

E seguiu questionando: “se eu não tivesse essa coragem e não levantasse a minha voz pelos meus e por ela, quem levantaria? A esquerda branca midiática? Não (Franco, 2021, p. 82.).

A necessidade de proteger o legado e a memória de Marielle do ataque epistemicida da branquitude, de direita ou de esquerda, deu o tom de muitas das reuniões e estratégias construídas pelo Instituto Marielle Franco.

Em março de 2019, um ano após o assassinato de Marielle, ainda sem uma equipe estruturada para o Instituto, a família convocou a organização do primeiro Festival Justiça por Marielle e Anderson em parceria com a ONG Criola (Criola, 2019) e o apoio de lideranças e organizações parceiras. O Festival aconteceu na Cinelândia, em frente à Câmara Municipal e contou com a aula pública “Eu Sou Porquê Nós Somos”, da Professora Thula Pires.

Estão envolvidas nas atividades mais de quarenta organizações e movimentos sociais, tais como: Oxfam Brasil, Justiça Global, Ibase, FASE, Movimento Negro Unificado(MNU/RJ), Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Rede Emancipa, Grupo Arco-Íris, Fórum Estadual de Travestis e Transexuais/RJ, Fórum de Mulheres

Negras do Estado do Rio de Janeiro, Rede de Mulheres Negras/RJ, Aqualtune, CAMTRA-Casa da Mulher Trabalhadora, MST-RJ, PSOL, PT, PCdoB, PSTU, MAB, SIMPRO-Rio, UBM, CTO, os mandatos de Benedita da Silva, Renata Souza, Monica Francisco, Dani Monteiro, Zeidan , Verônica Lima, Tarcisio Mota, Glauber Braga, Panteras Negras, Movimento de Mulheres Olga Benário/RS, Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), além de artistas, cantoras, MCs, poetisas e dançarinos (Criola, 2019).

**Figura 24 - Fotografia da Aula Pública no Festival de 2019**



Fonte: Pam Nogueira / ONG Criola

A inauguração oficial da organização se deu na Favela da Maré, em 27 de julho de 2019, um ano depois da fundação, em um debate com parlamentares negras eleitas a partir do legado de Marielle.

Ao final do ano de 2019, após receber a confirmação sobre os primeiros apoios financeiros para sua estruturação, a organização constituiu a sua primeira equipe, composta por Anielle Franco como Diretora Executiva, Marcelle Decothé como Coordenadora de Incidência e Pesquisa, Luna Costa como Coordenadora de Campanhas e Comunicação e eu como Coordenador de Sustentabilidade e Cuidados Coletivos.

Naquele momento nos preparávamos para iniciar as atividades dessa nova fase da organização a partir dos quatro pilares definidos no primeiro processo de reflexão estratégica: lutar por justiça, defender a memória, multiplicar o legado e regar as sementes de Marielle.

Nossa primeira ação foi o lançamento do chamado de preenchimento do Mapa dos Coletivos, um cadastro de organizações e coletivos do Brasil e do mundo que tinham Marielle como inspiração para sua criação ou manutenção, e que teriam interesse de atuar como multiplicadoras das atividades do Instituto. Em seguida, o Março por Marielle e Anderson, um chamado para uma onda de ações coletivas no mês de março, como forma de mostrar que o grito por justiça seguia pelo mundo inteiro. Falaremos melhor sobre as duas ações mais adiante.

A sustentabilidade financeira da organização se deu, desde o início, a partir de doações de instituições filantrópicas privadas nacionais e internacionais e de doações individuais de dezenas de milhares de cidadãos que contribuíram com as diversas campanhas de financiamento coletivo lançadas.

O primeiro financiamento coletivo inclusive foi lançado justo em fevereiro de 2020 e buscava fortalecer as primeiras ações da organização que seriam:

- 1) a Casa Marielle (um espaço físico temporário que funcionaria durante o mês de março de 2020)
- 2) um circuito de lançamento da organização pelo Brasil
- 3) a primeira edição da Agenda Marielle Franco (a estratégia de incidência da organização nas primeiras eleições municipais sem Marielle)
- 4) a metodologia e o primeiro módulo da Escola Marielles (uma escola de formação política para as sementes de Marielle)
- 5) e os primeiros passos para a construção do Centro de Memória e Ancestralidade Marielle Franco.

A campanha foi bem-sucedida e a casa foi lançada no início de março, no Rio de Janeiro, na região da Pequena África, um lugar de memória importante para a população negra brasileira por ter sido o porto onde mais desembarcaram africanos escravizados durante os séculos da escravidão.

Mais de 8 mil pessoas estiveram presentes na inauguração da Casa, que contava com uma exposição das primeiras imagens e objetos do acervo da família e uma agenda de atividades culturais.

**Figura 25 — Fotografia do Lançamento da Casa Marielle**



Fonte: Mayara Donaria / Instituto Marielle Franco.

Ao se aproximar do dia 14 de março de 2020 (quando se completariam 2 anos do assassinato de Marielle), a organização estava se preparando para realizar a segunda edição do Festival Justiça por Marielle e Anderson. Já estava sendo montado o palco na Praça Mauá, onde tocariam grandes artistas, quando a notícia de que a pandemia do Coronavírus havia chegado no Brasil obrigou a equipe e a família a se reunir e tomar a difícil decisão de cancelar o festival e fechar a casa por tempo indeterminado, orientando que as pessoas fizessem suas homenagens de forma espalhada e segura pelas cidades para não deixar de passar o recado. Naquele ano, 274 ações foram realizadas em 82 cidades de 16 países.

O impacto da crise humanitária, ambiental, política, econômica e sanitária da COVID-19, para todas as organizações e pessoas, é fato conhecido mundialmente. Especificamente para o Instituto Marielle Franco, a pandemia forçou uma virada estratégica, direcionando as energias da equipe para fortalecer de imediato iniciativas de articulação das periferias para sobrevivência ao vírus e à fome, decorrente da necessidade do isolamento social, como a iniciativa Mapa Corona nas Periferias com o Favela em Pauta, e a mobilização Agora é a Hora, construída com a ONG Criola, o Perifa Connection e o Movimenta Caxias.

Como se não bastasse todo o desafio, em plena pandemia, a política de segurança genocida que tirou a vida de Marielle seguiu em curso, tirando a vida de mais jovens negros periféricos. Dado esse cenário, o Instituto se colocou como um agente importante de articulação dos primeiros protestos de rua vistos na pandemia, ao lado da Coalizão Negra por Direitos e do Coletivo Favelas na Luta, convocando a mobilização com o chamado que a população negra não queria morrer nem de vírus, nem de fome e nem de tiro.

**Figura 26 — Fotografia do Protesto contra a Covid, os Tiros e a Fome**



Fonte: Rio On Watch.

Mesmo com toda a nova agenda imposta pela realidade, a organização seguiu em paralelo atuando firme com sua estratégia inicial: organizando campanhas bem-sucedidas de pressão sobre as investigações do Caso Marielle e Anderson, as primeiras pesquisas e estratégias de incidência sobre violência política de gênero e raça no Brasil e as ações prometidas no financiamento coletivo.

Ao longo dos anos estudados, além das ações mencionadas, uma série de projetos e ações foram propostas ou abraçadas pelo Instituto. Parte delas está apresentada nos tópicos abaixo, nas suas respectivas categorias de linguagens. Todas as iniciativas realizadas desde 2020 podem ser encontradas no site do Instituto

([www.institutomariellefranco.org](http://www.institutomariellefranco.org)) nas páginas dedicadas às retrospectivas de cada ano.

O sucesso e a repercussão das ações propostas garantiram à organização um amplo reconhecimento por parte da sociedade civil, movimentos sociais, imprensa, setor público e privado nacional e internacionalmente.

Em outra página ([www.institutomariellefranco.org/futuro](http://www.institutomariellefranco.org/futuro)) dedicada ao planejamento estratégico 2022 e 2026, são apresentados os elementos que organizam a estratégia da organização, que apresentamos abaixo:

- a. Missão: Inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, pessoas LGBTQIAP+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo verdadeiramente justo e igualitário.
- b. Valores: Abertura, ancestralidade, cuidado, coletividade, papo franco, humildade e disciplina e combate à toda forma de opressão.
- c. Visão: Um mundo onde pessoas como Marielle possam acessar e permanecer em diversos espaços de decisão na sociedade. Se tornando referência para ativistas e defensoras de direitos humanos globalmente, assim como Marielle se tornou símbolo de resistência ao redor do mundo.
- d. Cuidado: Por ser uma organização que nasce de uma violência política, temos refletido desde o início sobre a importância de termos o cuidado no centro da nossa estratégia. Entendemos que esse é um processo contínuo a ser pensado a curto, médio e longo prazo, sempre a ser revisitado, para a construção de uma organização verdadeiramente sustentável. Trabalhamos com o cuidado nas seguintes dimensões: cuidado de nós mesmas; cuidado umas com as outras; cuidado com o trabalho que colocamos no mundo; cuidado com a organização que estamos plantando.
- e. Objetivo Estratégico 2030: Até 2030, queremos que mulheres negras, pessoas LGBTQIAP+ e periféricas, que se reconhecem enquanto sementes de Marielle, estejam liderando uma rede global, que age coletivamente e compartilha conhecimento, para seguir conquistando avanços na luta por justiça e reparação, multiplicação do legado e defesa da memória.

- f. Pilares: Lutar por Justiça, Defender a Memória, Multiplicar o Legado, Regar as Sementes.

Em um trecho, quando apresentam as pessoas com as quais a organização é construída, as seguintes categorias são apresentadas:

**Figura 27 — Apresentação do Instituto Marielle Franco**



### Com nossa família e equipe

O Instituto Marielle Franco é construído cotidianamente pela família da Mari e uma equipe composta majoritariamente por mulheres negras e de várias regiões do Brasil. Estamos organizadas nas áreas de gestão, incidência, comunicação e sustentabilidade e cuidados coletivos.



### Com organizações e movimentos

Mais de 200 coletivos, movimentos e organizações se somaram nos últimos anos para multiplicar o impacto do nosso trabalho, fortalecer nossas pesquisas, articulações e estratégias de incidência e amplificar nossa voz. Agradecemos a cada uma que faz parte dessa história.



### Com a Rede sementes

Mais de 600 pessoas se inscreveram para participar da Rede de Sementes, uma comunidade de ação em que pessoas interessadas em levar o legado da Mari adiante se encontram e se fortalecem. Estando mais próximas do Instituto as sementes participam de diversas ações e atividades de acordo com seus talentos e vontades. **Somos uma rede de acolhimento, afeto e aprendizagem mútuo.**



## Com milhares de pessoas mobilizadas

Mais de 180 mil pessoas já participaram de alguma ação proposta pelo Instituto. Milhões já foram alcançadas pelos conteúdos que produzimos com o objetivo de contar a história que a história não conta. Seguiremos de portas abertas, construindo pontes e diálogos por um projeto de país verdadeiramente transformador.

Fonte: Instituto Marielle Franco, [S. d.].

Em uma das primeiras imersões de planejamento estratégico, após um extenso debate sobre qual seria a melhor forma de definir que tipo de coletividade o Instituto Marielle Franco deveria se propor a ser, a ideia de uma organização que cultiva o movimento em torno da justiça, memória, legado e sementes de Marielle se consolidou como a que fazia mais sentido. Tal entendimento sobre a comunidade que constitui o Instituto e o movimento cultivado por ele nos permite compreender o compromisso com a lógica coletiva que estruturou a organização.

Outra página do site (<https://www.institutomariellefranco.org/cuidado>) apresenta a visão da organização com relação à ideia de se colocar o cuidado como centro da estratégia. Logo no início a página explica que “por sermos uma organização que nasce de uma violência política, fundada e composta majoritariamente por mulheres negras e periféricas, refletimos desde o início sobre a necessidade do cuidado para nossa (re)existência (Instituto Marielle Franco, 2021).

Após explicar a escolha pelo princípio do cuidado que nasce a partir da necessidade, a página registra como então tal princípio foi posicionado como intenção estratégica da organização:

Seguíamos as pistas da trajetória do movimento de mulheres negras que sempre encontrou no cuidado uma ferramenta de resistência e luta por libertação. Não sabíamos exatamente o que queríamos, mas sabíamos que não queríamos construir um espaço adocedor em meio a uma sociedade já tão adoecida. Não queríamos naturalizar ou reproduzir a lógica de violência enraizada historicamente (Instituto Marielle Franco, 2021).

O site conta ainda que após o ciclo intenso de um ano, de março de 2020 a março de 2021 (o primeiro ano de trabalho estruturado do Instituto em tempos de

tantas incertezas) a gestão realizou uma imersão de respiro dedicada a desenhar as políticas de cuidado da organização. Um processo que envolveu desde um período de descanso coletivo, até busca por referências e debates teóricos e práticos sobre como implementar as políticas de maneira viável.

Nesse processo, o texto “15 Hábitos supremacistas brancos enraizados nas organizações - e seus antídotos” escrito em 2001 por Kenneth Jones e Tema Okunfoi, foi traduzido pela equipe de gestão e lido coletivamente como uma forma de refletir sobre o fortalecimento da cultura organizacional. O texto do site que apresentava a tradução anunciava:

A leitura nos inspirou a pensar como podemos - enquanto organização e enquanto profissionais - agir cotidianamente para interromper os ciclos de reprodução do racismo e da violência oriunda da cultura supremacista branca.

Como o texto provoca a refletir, mesmo as organizações compostas 100% por pessoas negras não estão imunes às possibilidades de reproduzir em parte algum desses hábitos, dado que, como um veneno letal, a cultura supremacista branca se entranha nos corpos e mentes e exige cuidado permanente e antídotos firmes para que possamos caminhar para alguma cura estrutural e sistêmica.

Sendo hoje uma organização mista, composta quase 90% por mulheres negras, e tendo como princípios a abertura, a coletividade, o acolhimento, e o combate a todas as formas de opressão, entendemos que desde já, nesses primeiros passos de estruturação que estamos dando, precisamos refletir e agir com compromisso para cultivar um espaço saudável e seguro para todas as pessoas (Instituto Marielle Franco, 2021).

Tal análise demonstra que a organização era composta majoritariamente por mulheres negras, mas aberta à participação de qualquer pessoa que compartilhasse do mesmo alinhamento estratégico e dos mesmos princípios.

A mesma postura é percebida na relação da organização com os parceiros de fora. Outra página do site ([www.institutomariellefranco.org/propostas](http://www.institutomariellefranco.org/propostas)) dedicada ao registro das propostas de homenagens apresenta o seguinte texto: “Somos muito agradecidas por contar com a força de milhares de pessoas para manter a memória de Marielle viva e em breve lançaremos um espaço físico e virtual para organizar todas essas homenagens” (Instituto Marielle Franco, 2021).

E segue: “Enquanto isso não acontece, criamos essa página para orientar as pessoas interessadas em criar homenagens e projetos de conteúdo a como seguir em frente respeitando 3 princípios importantes para nós da família da Marielle” (Instituto Marielle Franco, 2021).

Ao falar dos princípios, o site diz que entre as iniciativas que chegaram para a família, “algumas ações pediam autorização de uso de imagens, outras não. Algumas iniciativas que envolviam dinheiro mostravam interesse em doar para o Instituto seguir o trabalho de multiplicação do legado, outras não” (Instituto Marielle Franco, 2021).

E então os 3 princípios - cuidado, coerência e conexão - são apresentados (Instituto Marielle Franco, 2021):

**Cuidado:** Estamos falando de memórias sensíveis e difíceis da nossa família. Nossa missão de vida é contar a história de Marielle para que o mundo inteiro a conheça. Mas é importante que a urgência dos projetos pessoais não seja maior do que o tempo do respeito e do cuidado.

**Coerência:** Entendemos o quão poderosa e simbólica é a história de Marielle, mas ao difundirmos ela pelo mundo precisamos ter coerência com a forma com a qual Marielle atuava. O quão diversas e representativas são as equipes envolvidas por trás do projeto? Como não reproduzimos as violências que Marielle tanto criticava?

**Conexão:** Homenagear e falar de Marielle é importante, mas como os projetos ajudam a manter e preservar o trabalho e a missão da família e do Instituto em lutar por justiça, defender a memória, multiplicar o legado e regar as sementes de Marielle?

Em seguida, um formulário é disponibilizado para que a pessoa interessada em cadastrar a homenagem responda perguntas que permitam à equipe e à família identificar como aquelas iniciativas se relacionavam com os princípios propostos.

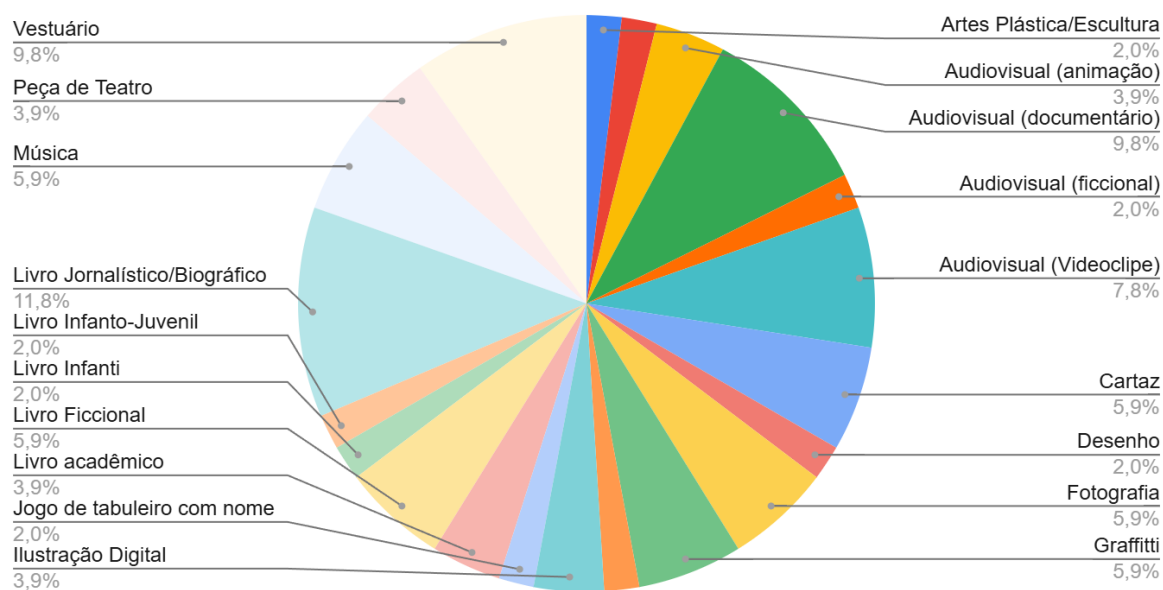
Ao todo, 37 homenagens foram registradas formalmente neste mecanismo. O número não dá conta da quantidade muito maior que chegava através do e-mail, redes sociais e outras vias, já que a maioria das homenagens não chegou a se registrar no formulário. Mas, para uma análise quantitativa, tomaremos essa amostra como base, nos permitindo uma maior compreensão dos seus aspectos e compreendendo alguns dos fenômenos que eram percebidos no cotidiano de trabalho no Instituto.

O primeiro gráfico abaixo ilustra, por exemplo, a diversidade de linguagens contida apenas neste pequeno recorte. Uma grande variedade de subcategorias dentro de sete categorias amplas: literatura, audiovisual, artes ciências, artes plásticas, vestuário, jogos e músicas.

Tamanha diversidade, ao mesmo tempo que era celebrada pela equipe e família, tornava desafiadora a gestão simultânea de tantas iniciativas que

demandavam diferentes tempos e processos de diálogo em paralelo às atividades propostas pelo próprio Instituto.

**Figura 28 — Gráfico Homenagens cadastradas no Instituto (Formato)**

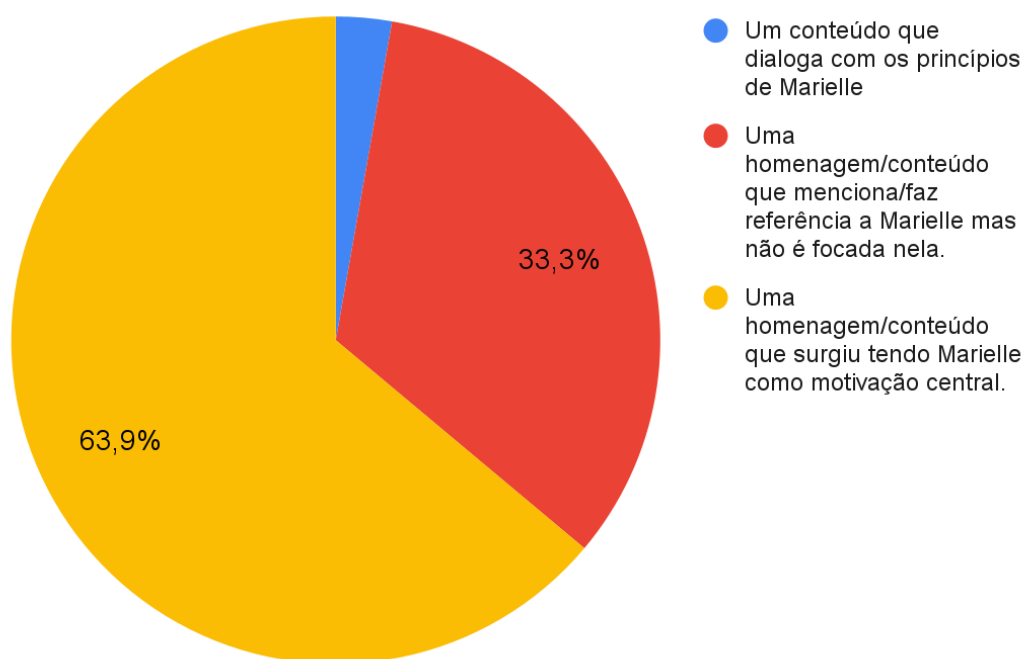


Fonte: Instituto Marielle Franco, [S. d.].

Com relação a forma como a iniciativa se relacionava com a história de Marielle, vemos que uma maioria surge tendo Marielle como motivação central. Esse tipo de homenagem costumava receber mais atenção do Instituto, entendendo que a dimensão que Marielle havia alcançado era tamanha que muito provavelmente seria também citada e referenciada em outros conteúdos que não teriam ela como principal figura, e que para essas outras iniciativas a cobrança de maior cuidado e conexão não precisaria ser tanta.

**Figura 29 — Gráficos Homenagens cadastradas no Instituto (relação)**

### Como se relaciona com Marielle



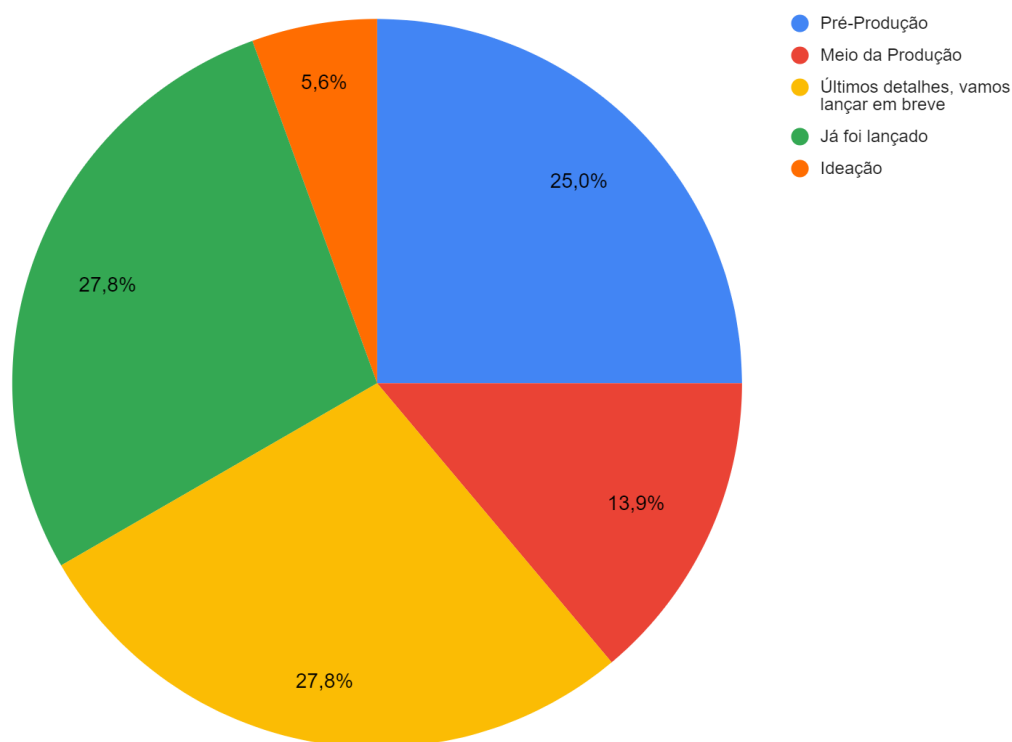
Fonte: Instituto Marielle Franco, [S. d.].

Com relação à etapa em que o projeto estava quando era cadastrado no formulário, podemos perceber pelo gráfico abaixo que os projetos chegavam em momentos bem variados. Mas que mais da metade dos projetos ou já haviam sido lançados, ou estavam prestes a irem para o mundo. Tal observação é relevante para refletir sobre a questão da falta de cuidado com o tempo, apresentado nos capítulos anteriores como uma dimensão presente na lógica autoral colonial, onde muitas vezes as iniciativas chegavam com tanta pressa na busca por autorização de uso de imagem ou algum tipo de consultoria da família, que não respeitava um tempo mínimo necessário considerando todo o contexto de dor e violência que se tratava.

Junto a essa postura era frequente também uma abordagem arrogante, que posicionava o projeto que estava sendo apresentado com um grau de importância e relevância acima de outras atividades que vinham sendo produzidas pelo Instituto e pela família, e em algumas ocasiões, apresentadas até como iniciativas tão raras e únicas como se a manutenção da memória de Marielle dependesse exclusivamente delas.

**Figura 30 — Gráfico homenagens cadastradas no Instituto (etapas)**

Em que etapa está o seu projeto?



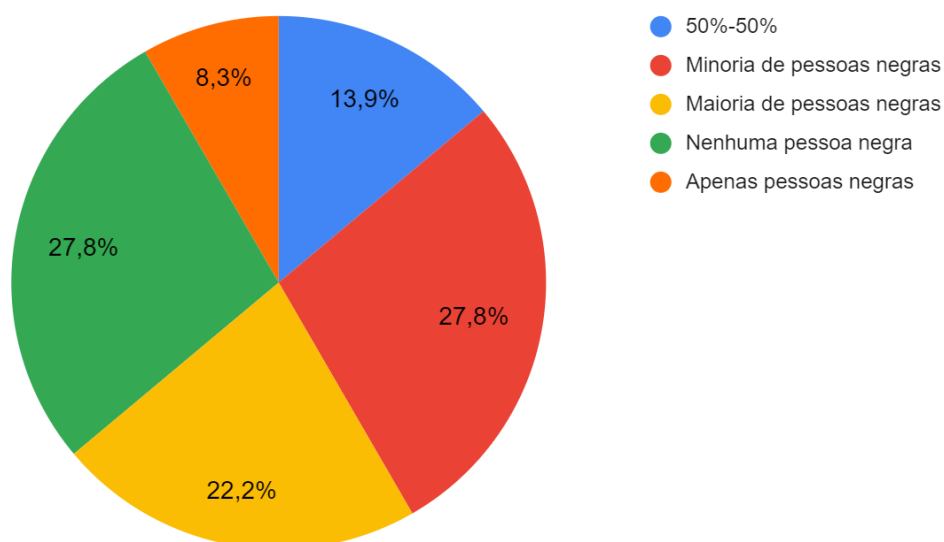
Fonte: Instituto Marielle Franco, [S. d.].

Na parte sobre coerência o formulário fazia uma pergunta sobre a composição da equipe em termos de raça, gênero e pessoas moradoras de favelas e periferias, e reforçava que a busca era que os projetos fossem feitos com o mínimo de paridade, seguindo a forma como Marielle procurava fazer no seu dia a dia.

Os gráficos mostram que quase um terço dos projetos não possuía pessoas negras em sua composição e outro terço tinha uma minoria de pessoas negras.

**Figura 31 — Gráfico homenagens cadastradas no Instituto (composição raças).**

Em relação a raça, como é a composição da sua equipe?

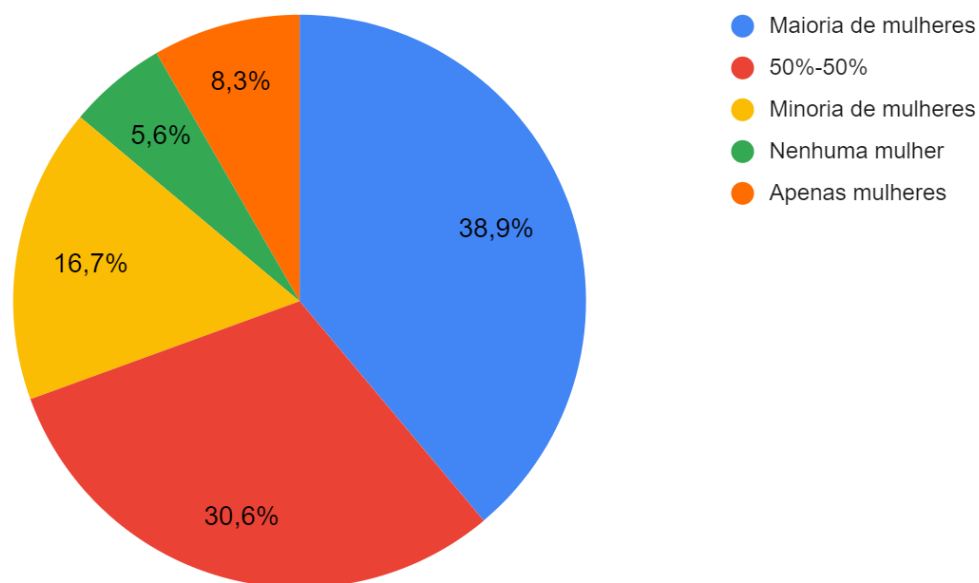


Fonte: Instituto Marielle Franco, [S. d.].

Ao mesmo tempo, quase dois terços eram compostos por uma maioria de mulheres ou pelo menos 50%.

**Figura 32 — Gráfico homenagens cadastradas no Instituto (composição gênero)**

Em relação a gênero, como é a composição da sua equipe?

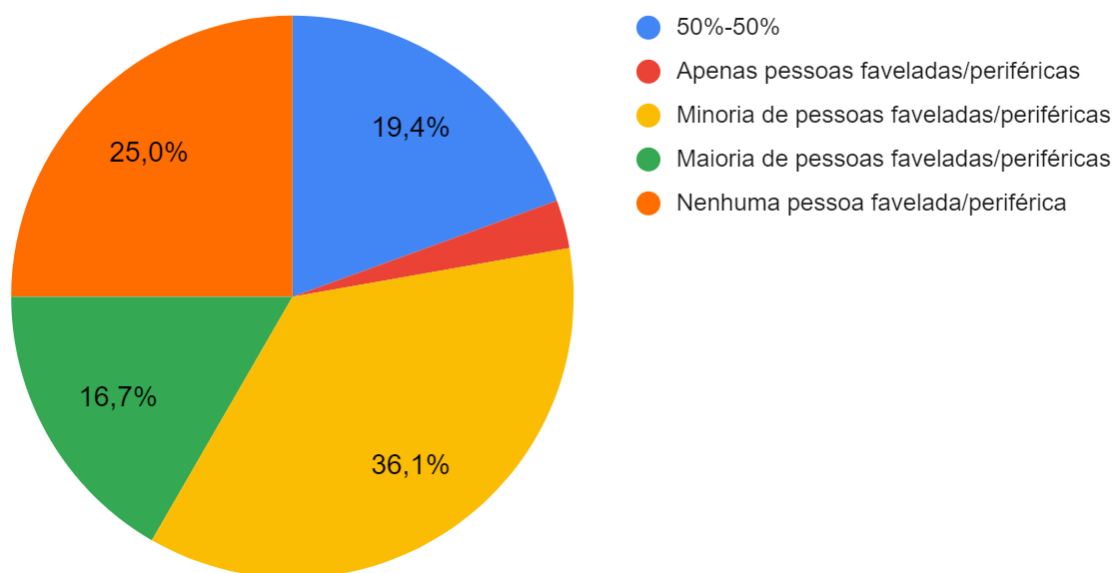


Fonte: Instituto Marielle Franco, [S. d.].

Quando a lente de análise era a presença de pessoas faveladas ou periféricas, os números voltam a mostrar mais de um terço dos projetos com uma minoria de pessoas destes territórios e um quarto dos projetos sem nenhuma pessoa destes territórios.

**Figura 33 — Gráfico homenagens cadastradas no Instituto (composição território)**

Em relação a presença favelada/periférica, como é a composição da sua equipe?

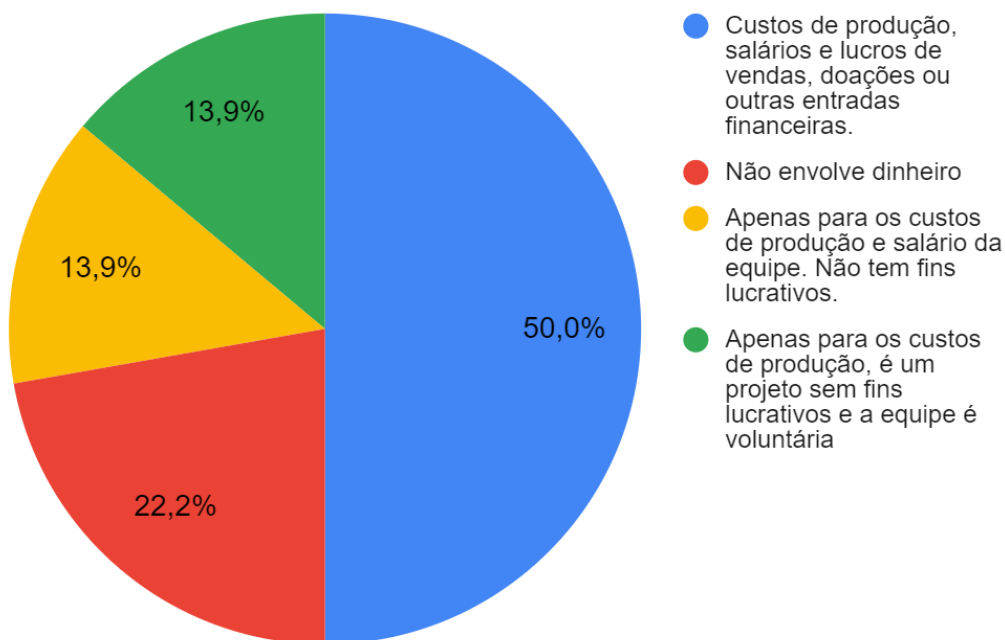


Fonte: Instituto Marielle Franco, [S. d.].

Quando a questão era sobre se os projetos envolviam recursos, 50% se apresentavam como sem fins lucrativos ou sem o envolvimento de recursos. Dentre os outros 50% que envolviam recursos, 15% diziam não pretender a princípio destinar parte dos recursos para o Instituto Marielle Franco.

**Figura 34 — Gráfico homenagens cadastradas no Instituto (envolvimento de recursos)**

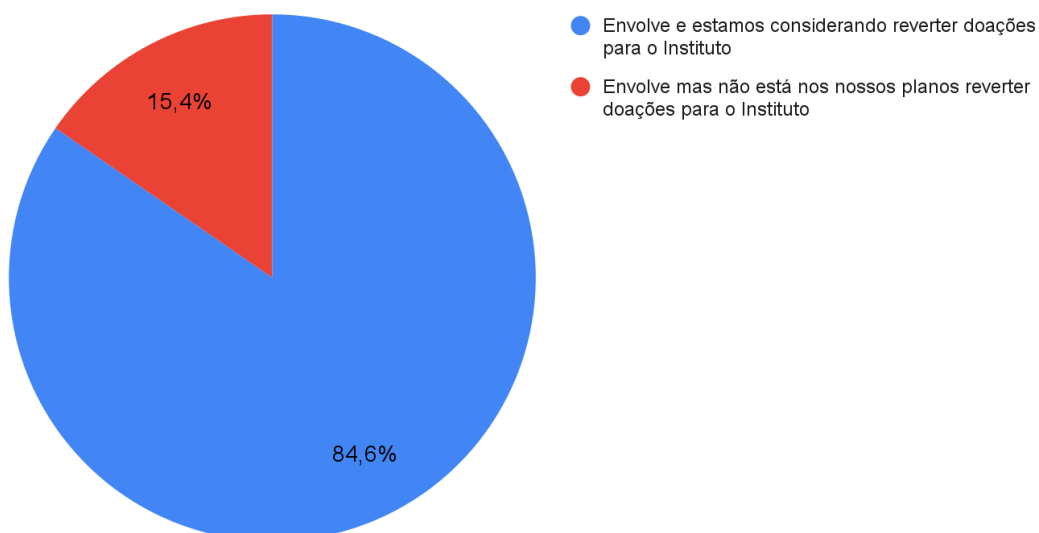
O seu projeto envolve dinheiro?



Fonte: Instituto Marielle Franco, [S. d.].

**Figura 35 — Gráfico homenagens cadastradas no Instituto (repasse ao Instituto)**

Se o projeto envolve vendas, doações ou alguma entrada financeira, você considera reverter parte para o Instituto? Se sim, quanto?



Fonte: Instituto Marielle Franco, [S. d.].

No dia a dia esse era um processo constante de incidência sobre as iniciativas que chegavam até a organização. A linguagem adotada no site, no formulário e nas primeiras comunicações de acolhimento das iniciativas que chegavam por e-mail ou redes sociais, já continha a ideia de que a organização acredita que toda a iniciativa é bem-vinda, mas que incentiva e estimula àquelas que envolvem o levantamento de recursos a repassarem parte dos valores arrecadados para apoiar no trabalho de manutenção da memória conduzido pela família.

Essa estratégia servia como provocação para que as próprias iniciativas se manifestassem nesta direção, e das vezes em que houve uma resposta negativa, em geral, estava atrelado ao fato de que a organização já estava apoiando algum outro projeto ou que se tratava de uma iniciativa pequena e familiar, cujo lucro ajudava a manter o negócio.

Observar a maneira como o Instituto Marielle Franco tanto estruturou a sua equipe, cultura organizacional e estratégia de mobilização coletiva, como construiu a sua política de acolhimento de homenagens, nos mostra que a organização buscava colocava em prática a lógica promovida em vida por Marielle, de acolhimento e abertura a todas as pessoas, mas com reconhecimento das diversidades e protagonismo dos grupos historicamente afastados.

A primeira ação do Instituto com a formalização da equipe no início de 2020 foi o lançamento do Mapa dos Coletivos. Um esforço de buscar identificar as organizações e coletividades que se reconheciam enquanto inspiradas na trajetória de Marielle e que gostariam de se somar a uma rede de multiplicação do impacto do Instituto.

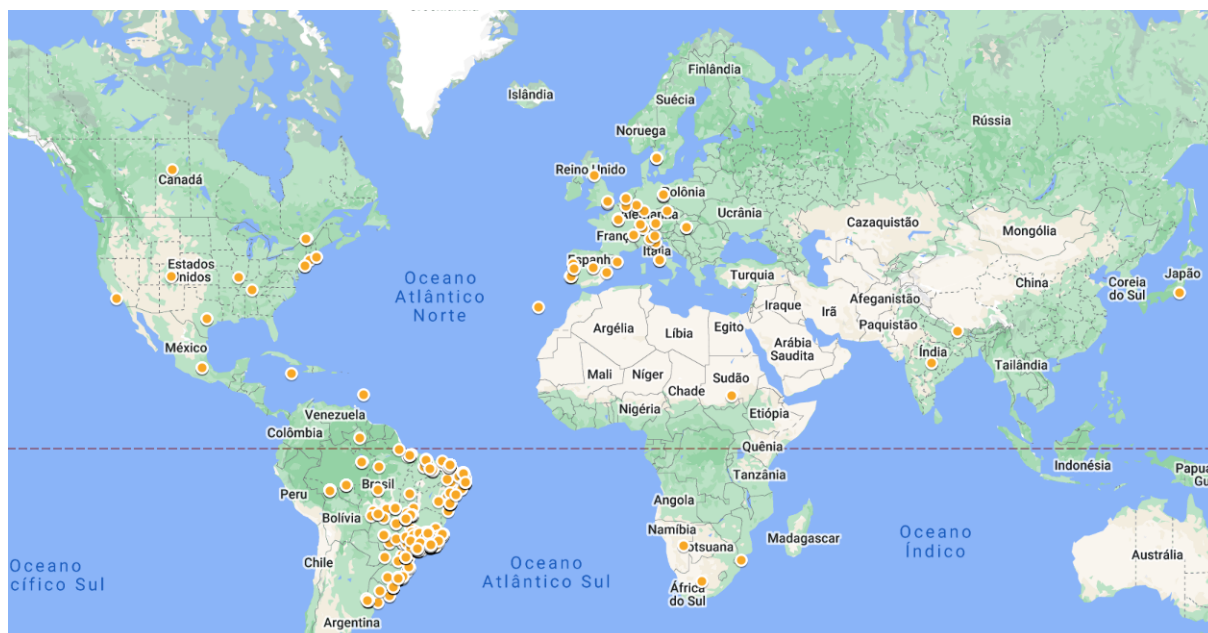
Ao todo, 126 coletivos se cadastraram até o final de 2022 no formulário com presença em 81 cidades de 12 países através de diversos tipos de atuação. Dessas, 22 batizaram a organização com o nome de Marielle. Número que subiu para 55 após uma busca ativa manual em redes sociais. Organizações que também estão espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, com presença em 41 cidades e 8 países.

Estamos falando de grupos de acolhimento e articulação de mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas negras, coletivos de mídia, grupos de pesquisa universitários, grupos de mobilização territorial, além de grupos de slam, clubes de leitura, pré-vestibulares e núcleos de advocacia popular. Organizações com suas dinâmicas próprias de funcionamento, independentes do Instituto e que se apresentam enquanto

um amplo universo a ser pesquisado sobre o legado de Marielle para a organização coletiva na sociedade.

Tais organizações foram fundamentais para despertar a mobilização dos Marços por Marielle e Anderson, que de 2018 a 2023 registraram 1117 ações, em 181 cidades e 44 países, como podemos ver no mapa a seguir.

**Figura 32 — Imagem do Mapa dos Marços**



Fonte: Acervo Pessoal.

A estratégia de construção de mapas esteve presente desde o início da luta por justiça por Marielle, como forma de mostrar o alcance transnacional do caso, garantindo assim ainda mais atenção por parte da imprensa e das autoridades. A estratégia também dialoga com a perspectiva de construção de lugares de memória, uma vez que muitos dos pontos registrados nos mapas de ações já eram lugares de memória importante nas suas respectivas cidades ou passaram a ser a partir das ações por Marielle.

Uma grande diversidade de linguagens de informação foram mobilizadas para os diferentes tipos de ações realizadas, seja nas atividades do Março por Marielle, seja pelo Instituto Marielle Franco, seja pelas organizações cadastradas no Mapa dos Coletivos. Nos próximos subcapítulos destacamos as principais iniciativas que emergiram em algumas dessas linguagens

### 4.3 ARTE URBANA, AS PLACAS DA RUA MARIELLE FRANCO E A ESTÁTUA DE MARIELLE

A arte urbana é, sem dúvida, uma das linguagens com maior quantidade de ações de homenagem produzidas para Marielle. O mapeamento de homenagens (Ferreira, 2018) a Marielle Franco feito por Hércules da Silva Xavier Ferreira para o Dicionário de Favelas reuniu ao menos 442 ações pelo mundo inteiro com essa categoria.

Desde o primeiro dia após o assassinato da vereadora intervenções a partir de diferentes técnicas como pichações, estêncil, adesivos e lambe-lambes estamparam as paredes da Câmara Municipal do Rio, do cruzamento onde o carro de Marielle foi alvejado e de paredes e mobiliários urbanos de centenas de cidades.

Com o passar do tempo, outras instalações maiores e menos efêmeras foram sendo produzidas, como grandes murais de grafite.

No livro *Memória Viva*, de Lu Olivero o artista e grafiteiro registrou dezenas de páginas coloridas com fotos de algumas dessas intervenções e discorreu sobre o fenômeno:

[...] as paredes da cidade nos permitem explorar a história e a memória coletiva, ou fazer perguntas difíceis para as quais queremos respostas. Há um impacto em usar as paredes da cidade como uma forma de lembrar os que se foram, e garantir que não serão esquecidos (Olivero, 2020, p. 41).

Olivero (refletiu ainda sobre a capacidade que a tática tem de disputar as referências de heróis e heroínas da sociedade. Para ele:

[...] enquanto o Estado escolhe seus heróis como uma forma de legitimar sua percepção entre a cidadania, quando os cidadãos escolhem seus heróis e tomam controle do espaço público, eles desafiam o monopólio do estado em definir quem é lembrado e como (Olivero, 2020, p. 41).

Ao destacar que o surgimento das homenagens era uma forma do mundo do grafite ajudar a consolidar o legado de Marielle e forçar a população a encarar o que a cidade do Rio de Janeiro havia se tornado, Olivero (2020, p.79) mencionou também que a guerra de memória vista nas redes também estava se dando nas ruas. “Não é só que indivíduos estão escrevendo o nome de Marielle nas paredes, mas também o fato de que outros estão apagando essas marcas. Ao fazerem isso tentam apagar o imaginário da existência da Marielle do contexto social”.

Tratando da questão da autoria, o autor lembra que o anonimato é um aspecto inerente dessa linguagem na maior parte das vezes, mas apresenta uma perspectiva interessante de reflexão com relação ao debate gênero:

[...] se as autorias das mensagens tiverem sido mulheres, então esse é um movimento importante para as ruas, e um sinal de que as mulheres estão demandando mais espaço numa atividade tradicionalmente masculina. E se tiverem sido homens pedindo por justiça através do graffiti e da pixação é um sinal positivo de que os homens estão se tornando mais conscientes sobre gênero e questões de violência de gênero (Olivero, 2020, p.79).

A multiplicidade de rostos de Marielle pintados com diversos materiais, em diversos estilos sobre diversas superfícies, provocou uma ideia em um grupo de publicitários brasileiros que trabalhava em uma agência de publicidade espanhola. O grupo desenvolveu uma plataforma ([www.avozdemarielle.com.br](http://www.avozdemarielle.com.br)) misturando tecnologias de reconhecimento facial e realidade aumentada, através da qual qualquer pessoa poderia apontar a câmera do celular para uma pintura de Marielle e, ao mesmo tempo, escutar e ver a transcrição de algum de seus discursos. O site também reunia uma biblioteca de discursos transcritos de Marielle para apoiar no esforço de memorialização.

**Figura 37 — Imagem do Site "A Voz de Marielle".**



Fonte: Propmark (2022).

Segundo Anielle, em entrevista para o veículo Propmark (2002), especializado no mundo publicitário, a iniciativa “é uma forma de não deixarmos que a luta se esvazie e perca o sentido. Estamos usando a tecnologia para garantir que a memória de mulheres negras estará para sempre protegida e difundida, atravessando gerações”.

Uma das intervenções urbanas que ganhou maior repercussão foi a ação realizada pela artista e ativista Paula Kossatz durante um dos protestos nos dias que se seguiram ao assassinato de Marielle, no qual a artista substituiu a placa que nomeava a Praça Marechal Floriano<sup>3</sup>, também conhecida como Cinelândia, em frente à Câmara de Vereadores, por uma placa semelhante a oficial que dizia “Rua Marielle Franco” (Lanes, Gomes, 2021).

**Figura 38 — Fotografia Rua Marielle Franco**



Fonte: Agência Brasil.

<sup>3</sup> Marechal Floriano foi presidente do Brasil no século XIX, conhecido como “Marechal de Ferro” por sua atuação ditatorial. Seu nome é o que consta na placa oficial da prefeitura, batizando o local, e um monumento gigantesco em sua homenagem foi erguido no centro da praça em 1910.

No texto “Rua Marielle Franco transbordando fronteiras”, lembramos que a ação de rebatizar locais públicos:

[...] é frequentemente utilizada como uma forma de prestar homenagem às figuras que dedicaram suas vidas a lutar por um mundo mais justo, e tirar o prestígio tradicionalmente dado a nomes de poderosos, ditadores e autoritários. Um gesto poético urbano, que reclama ao mesmo tempo o direito à cidade e à memória (Franco, Rezende, Decothé, Costa, 2024).

Ao escrever o artigo “Marielle Franco: objetos-semente na luta por justiça e memória” para o livro “Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro” (Lanes; Gomes, 2024), as pesquisadoras Patrícia Lanes e Lilian Alves Gomes mostram como a ação tinha a capacidade de mobilizar o encontro de dois lugares de memória uma vez que a placa estava instalada em frente à Câmara de Vereadores, onde Marielle trabalhava, mas o Código Postal que estava impresso nela era o da Rua Joaquim Palhares no bairro do Estácio, local onde Marielle foi assassinada. “Desse modo, a placa é um objeto memorial que não marca precisamente um ponto geográfico específico, mas uma encruzilhada de memórias difíceis” (Lanes; Gomes, 2024, p. 376).

Por toda a sua potência, a ação explicitou de maneira escancarada a guerra de memória, pois no dia 3 de outubro de 2019, 3 (três) candidatos de extrema-direita quebraram a placa de Marielle em um comício, gerando uma grande repercussão nas redes e na imprensa e acirrando a disputa sobre a imagem de Marielle.

Mais uma vez, uma contra-estratégia coletiva entrou em cena quando o jornal de humor político Sensacionalista lançou uma campanha de financiamento coletivo para produzir “cem placas para Marielle” com a meta de arrecadar R\$ 2 mil para viabilizar a ideia. Em menos de 24 horas mais de R\$ 40 mil reais foram arrecadados graças a doação de 1691 pessoas.

Em um grupo de WhatsApp me juntei à equipe do Sensacionalista, à artista da placa original Paula Kossatz e a Sidnei Balbino, dono da gráfica que imprimiu a primeira placa e estava disposto a imprimir quantas forem necessárias a preço de custo. Ali coordenamos a estratégia para a distribuição das placas de forma segura.

No dia da entrega orientamos as pessoas para que, após receberem a placa, se dirigissem para dentro de uma marcação de fita no chão que desenhava as letras do nome MARIELLE, e assim conseguimos formar um mosaico humano que

estampou os jornais e as redes no dia seguinte como resposta da sociedade ao gesto violento.

**Figura 39 — Fotografia aérea do Mosaico humano.**



Fonte: Francisco Proner.

O episódio transformou a Placa da “Rua Marielle Franco” em um objeto de memória símbolo de resistência, reproduzida em diversos formatos (de pequenos ímãs de geladeira e bordados, a bandeirões gigantes) e espalhada pelo mundo inteiro e ajudou a fortalecer a estratégia de consolidação de lugares de memória com o nome de Marielle.

Um grupo em especial, o Comitê Ruas Marielle Franco na Europa, formado por ativistas brasileiras, em sua maioria mulheres negras, começou a se articular em Berlim com o objetivo de mudar o nome da rua onde fica a embaixada do Brasil na Alemanha e chamou a atenção de outras redes de ação em outros países do continente com o mesmo objetivo. Iniciativas semelhantes foram implementadas em cidades do Brasil buscando rebatizar oficialmente ruas e praças.

Um ano após a morte de Marielle, através da Chama, uma agência-rede de comunicação e mobilização para causas, formada por muitas amigas e amigos de Marielle, com apoio de Yuri Tavares lançamos o site [www.ruamariellefranco.com](http://www.ruamariellefranco.com) onde

qualquer pessoa poderia imprimir a sua placa e cadastrar um ponto no mapa virtual para visualizarmos onde elas estão espalhadas. Na época, mais de 30 mil placas já haviam sido impressas. Quando o Instituto Marielle Franco se estruturou, a gestão do site passou a ser da organização, bem como a gestão da impressão das placas em colaboração com o dono da gráfica, Sidnei Balbino.

Lanes e Gomes (2024, p. 378) lembram que em 14 de março de 2021, “quando se completaram três anos da morte de Marielle, a prefeitura do Rio de Janeiro inaugurou uma placa na Cinelândia, no mesmo local onde a intervenção foi feita em 2018.” As autoras ressaltam, porém, que a instalação foi uma homenagem e que a prefeitura não modificou de fato o nome do logradouro e que “para que homenagens públicas estatais participem do cultivo de políticas de reparação, é preciso que elas sejam acompanhadas de responsabilização dos envolvidos” (2024, p. 379).

Pilar del Rio, diretora da Fundação José Saramago, instituição fundada pelo autor Português em 2007, para promoção da declaração universal dos Direitos Humanos, inicia o seu texto “Marielle Franco, uma rua, um beijo” (2023, p. 27) descrevendo uma cena que ajuda a ilustrar a força simbólica, política, espiritual e transnacional que a placa em homenagem à Marielle adquiriu:

Não cheguei a conhecer Marielle Franco e, ainda assim, ela faz parte da minha vida. Todas as manhãs, quando chego à Fundação José Saramago, entro pela Rua Marielle Franco, vejo a placa com o seu nome e nela deposito um beijo. A placa foi colocada na sede da fundação por decisão dos seus trabalhadores, indignados com a notícia desse crime horrível que aconteceu no Rio de Janeiro. O mar que supostamente separa Brasil de Portugal também une os países e as pessoas, pós isso não foram necessários muitos dias para ficar claro que na entrada da nossa sede, em Lisboa, deveríamos reconhecer o trabalho e a figura de Marielle Franco.

Outra intervenção artística que ilustra bem uma série de dinâmicas sobre as quais refletimos nesta pesquisa, é a primeira Estátua de Marielle Franco. Instalada oficialmente pela prefeitura do Rio de Janeiro no Buraco do Lume, próximo ao Largo da Carioca, no Centro da cidade, a escultura ajuda a consolidar mais um lugar de memória importante para a trajetória de Marielle, já que ali era o local onde Marielle se reunia todas as sextas-feiras com seus colegas de partido para prestação de contas pública sobre o seu trabalho e mobilização em torno de causas diversas.

Para que a estátua fosse finalmente inaugurada na praça no dia 27 de julho de 2022, dia em que Marielle completaria 44 anos, um longo processo de construção de

mais de quatro anos se deu, e que começou antes mesmo do dia 14 de março de 2018.

Oito dias antes do seu assassinato, no dia 6, estão registradas as primeiras mensagens de WhatsApp que troquei com Edgard Duvivier, artista e escultor de dezenas de estátuas no Rio de Janeiro e em outras cidades do mundo, como Lima Barreto, os irmãos Rebouças e Clarice Lispector. A intenção da conversa era pedir ao artista que produzisse um busto do estudante Edson Luís, assassinado pela ditadura militar no dia 31 de março de 1968. A data completaria 50 anos dali a algumas semanas, e eu estava representando o mandato de Marielle nas articulações das ações com o movimento estudantil para comemorar o episódio, uma vez que o Rio de Janeiro atravessaria essa efeméride sob intervenção federal na segurança pública. Importante constar, que o General Braga Netto, interventor responsável, encontra-se, no momento da publicação deste trabalho, preso pela suspeita de tentativa de golpe de estado após as eleições de 2022.

O diálogo com Edgard sobre a demanda do busto foi interrompido a partir do dia 15 de março de 2018, quando o WhatsApp mostra que encaminhei a ele o vídeo-poesia-denúncia de Ana César sobre o que havia ocorrido na noite anterior.

Em 18 de março, um áudio de Edgard apresenta uma ideia que ele havia recebido de um conhecido, guarda municipal. Dizia no áudio que a ideia era:

[...] fazer uma escultura em tamanho natural da Marielle, pra botar em princípio no lugar em que ela foi assassinada. Ai tem toda essa coisa, será que a gente consegue essa licença da prefeitura pra botar lá? Depois o próprio cara falou que era legal também entrar em contato com a família pra perguntar se elas gostariam que fosse lá ou se aquilo seria doloroso ou não pra eles. Mas o cara tá muito animado, é um guarda municipal que teve também um pai morto pela violência e ele queria que a Marielle fosse uma espécie de Malcom X brasileira.

Sem resposta da minha parte, quatro dias depois, Edgard enviou uma foto de uma maquete em miniatura de gesso, com a legenda “Presente”.

O próprio artista dizia ter dúvidas sobre a pose escolhida, de braços cruzados, mas argumentava que poderia ser interessante uma vez que passaria a imagem de espera e cobrança por justiça, além de ter sido inspirada em uma pose feita pela própria Marielle em um ensaio fotográfico.

A partir desse momento uma troca intensa de mensagens se deu sobre os caminhos para viabilizar a iniciativa, tanto do ponto de vista institucional (de autorização da prefeitura), como do ponto de vista financeiro (quem arcaria com o

custo de produção) e principalmente do ponto de vista emocional-afetivo (de autorização e participação da família). Além de debates sobre o local onde seria instalada, as possíveis poses, o processo de criação, as estratégias de comunicação e as tentativas de organizar uma visita da família ao ateliê do artista para dialogar sobre o projeto e receber uma miniatura da estátua.

A conversa se estendeu durante quatro anos, com intervalos maiores ou menores devido às outras urgências e prioridades que a vida foi impondo. Com frequência, tanto Edgard, como outras pessoas incentivadoras da iniciativa, perguntavam por atualizações sobre as decisões que a família precisava tomar para avançar com a realização da homenagem. Como no início a ideia de uma campanha de financiamento para a estátua estava vinculada a estratégia de arrecadar recursos para as famílias de Marielle e Anderson, muitos detalhes sobre a forma da gestão desses recursos precisavam ser definidos e, justamente, por serem os primeiros anos tudo ainda era muito doloroso e recente, e todas as familiares ainda estavam aprendendo os mecanismos para administrar a intensidade gigantesca de demandas que chegavam sem parar.

O diálogo foi caminhando lentamente, no tempo ditado pela família, com uma série de pausas e reviravoltas tanto pela dinâmica do grupo, como por fatos como o lançamento do Instituto com uma campanha de financiamento coletivo para outros fins, ou o início da pandemia que provocou uma pausa já que não faria sentido arrecadar recursos para a produção de uma estátua naquele momento. Houve momentos em que Edgard perguntou se ainda havia interesse de realizar a ação, e as conversas seguiram nesse ritmo até que houvesse espaço emocional e político para dar seguimento.

No processo, Edgard contou sobre diversas ocasiões em que fez esculturas de personalidades que já haviam falecido e que também lidavam com longos processos de debates internos nas famílias para que se chegasse ao cenário onde fosse possível lançar a homenagem.

Quando a ideia começou a ser pensada, a prefeitura ainda estava sob a gestão de Marcelo Crivella, pastor neopentecostal fundamentalista, cuja administração não abria espaço para que o projeto avançasse. Na época, o vereador Tarcísio Motta, amigo de Marielle e colega de partido, buscou interlocução para tentar algum caminho, mas não teve sucesso. Com a mudança da gestão da prefeitura a abertura institucional para o projeto foi maior, em especial a partir da atuação da Secretária

Municipal de Política para Mulheres, Joyce Trindade, que havia sido voluntária do Laboratório de Participação do Mandato de Marielle, e se disponibilizou a fazer acontecer a estátua.

Entrando no ano de 2021, já um ano após a pandemia, começamos a nos aproximar de um cenário mais favorável para lançar a campanha de financiamento coletivo. Devido à situação de crise financeira geral no país, um ajuste no valor estabelecido como meta foi feito, no qual propusemos que a campanha buscasse arrecadar apenas o valor de custo da produção, e que a remuneração de Edgar enquanto artista ficaria para uma estratégia a parte do próprio artista de venda de miniaturas. Com imagens da primeira miniatura e rascunho do projeto, a campanha foi lançada no dia 14 de fevereiro com a meta de arrecadar R\$ 50 mil reais.

**Figura 40 — Card da Campanha**



Fonte: Instagram Instituto Marielle Franco.

Muitas pessoas começaram a doar, mas, ao mesmo tempo, um grande número de mensagens e comentários questionando a pose da estátua de braços cruzados chegou até o Instituto. A partir daí a organização decidiu fazer uma consulta virtual através das suas redes, perguntando qual deveria ser a pose da estátua. Com centenas de respostas e sugestões, em julho de 2021, chegou-se finalmente a uma pose final.

**Figura 41 — Imagem da Pose Final**



Fonte: Instagram Instituto Marielle Franco.

Toda a dinâmica sobre a pose, ao mesmo tempo que mostra como as linguagens e tecnologias da informação foram centrais para construção coletiva do processo de memória, ilustra também os conceitos de imagem de controle, ao mostrar o imaginário sobre as mulheres negras elaborado por outros sujeitos, mesmo quando das suas melhores intenções.

Tal situação reforça que essa dinâmica não é sobre intenção do gesto, mas sim sobre a consequência dele para as pessoas a quem ele é direcionado.

Na segunda parte da aula de Ana Flávia Magalhães, para o curso Fazedoras de Memórias Negras, a partir das provocações “O que lembramos? Como lembramos?” (Pinto, 2021, p. 23). Ana apresenta 4 imagens de estátuas de mulheres negras em diferentes cidades do país (Mãe Preta em São Paulo, Iemanjá em Vitória, Esperança Garcia em Teresina e Mercedes Baptista no Rio de Janeiro) todas feitas por escultores homens, e pelo menos 3 delas por homens brancos, já que uma delas só se sabe o primeiro nome do escultor. Para além do relevante debate acerca da pouca quantidade de monumentos a mulheres negras encontrados quando comparado a pessoas brancas, Ana propõe reflexões acerca da agência histórica das

pessoas negras pelo direito à memória, que passam, por exemplo, por entender como essa autoria branca impacta na forma como essas mulheres negras estão representadas (muitas no lugar da fixação na escravidão) e o território onde estão localizadas.

Ao trazer exemplos de como a presença negra está informada em monumentos no Distrito Federal, Ana fala da estátua de Zumbi, que aparece isolada de forma quase abstrata, sem um debate constante para que a sociedade entenda o que aquela figura significa. Fala também da chave do anonimato na estátua “Dois Guerreiros” de Bruno Giorgi, que ficou popularmente conhecida como “Dois Candangos”, e como a falta de monumentos a pessoas negras que deem nome e sobrenome pode ser lido também como uma forma de posicionar a presença negra como coadjuvante.

O debate sobre o local onde ficaria a estátua de Marielle também foi intenso. Desde o início as principais possibilidades colocadas eram a Cinelândia (em frente à Câmara de Vereadores), a rua Joaquim Palhares (onde Marielle foi assassinada) e na favela da Maré (onde nasceu e cresceu). Após um diálogo com servidoras da prefeitura com relação a estratégias de segurança e proteção política da estátua, foi sugerido a praça Jornalista Mário Lago, também conhecida como Buraco do Lume, local onde Marielle costumava panfletar e fazer prestação de contas do seu mandato, e simbólico também por ser em frente à nova sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Em março de 2022 a estátua estava finalmente fundida em bronze e os preparativos para o lançamento começaram. A proposta final foi inaugurar a obra no dia 27 de julho, dia em que Marielle completaria 44 anos, e data em que tradicionalmente o Instituto organiza celebrações em sua memória.

Por ser uma data próxima ao dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, e no fechamento do Julho das Pretas, a organização propôs que o ato de inauguração fosse casado com uma aula pública sobre “a memória como semente para outros futuros”, que foi ministrada por mulheres negras referências no tema e já citadas anteriormente. Na parte cultural, o Slam Justiça por Marielle, uma batalha de poesias sobre a vereadora, com poetas majoritariamente negras, foi apresentado. Milhares de pessoas ocuparam a praça durante toda a tarde e à noite, em uma atividade que marcou aquele lugar, fortalecendo-o como ponto de encontro de outras manifestações por Marielle e por outras causas dali em diante.

**Figura 42— Fotografia da Inauguração da Estátua**



Fonte: Acervo Instituto Marielle Franco / AFP.

Meses antes da inauguração da estátua, algumas intervenções realizadas por ativistas do movimento negro e popular pelo mundo se dedicaram a derrubar estátuas de homens brancos colonizadores de grandes centros urbanos. As imagens de alguns desses atos estavam presentes no vídeo de divulgação da inauguração da estátua de Marielle, associando o movimento de erguer a escultura como uma continuidade construtiva do movimento por um reconhecimento dos verdadeiros heróis e heroínas populares.

A professora Thula Pires durante sua fala fez referência a esse contexto e associação:

Estamos num momento em vários lugares da diáspora africana disputando políticas de memória. O que a gente tá fazendo nessa praça é isso, o que tá sendo feito ao redor de vários espaços. (...) É importante, sim, que a gente se questione, sobre os nomes das ruas, sobre os nomes dos prédios. Principalmente nos espaços públicos. É importante que a gente se questione sobre as estátuas e sobre o que fizeram aquelas pessoas. (...) Quando a gente disputa política de memória, a gente quer fazer com que uma criança quando passa nessa rua, em qualquer condição, se tiver que olhar pro lado e tiver que perguntar quem é, o que fez, atribua ali um sentido que a vincule com um compromisso com a vida (Pires; Cruz; N'Diaye, 2022).

A forma como a família e o Instituto conduziram o processo da estátua de Marielle, desde os ajustes do ritmo que as coisas deveriam acontecer, abrir a consulta

pública sobre a pose, até pensar os detalhes da cerimônia de lançamento, exemplificam a forma como o grupo buscava seguir alinhado aos seus princípios de cuidado e coerência e a sua missão de protagonizar as mulheres negras sem deixar de reconhecer e acolher todo tipo de iniciativa independente de quem fosse.

#### 4.4 LITERATURA E ORALIDADE: A FORÇA DA PALAVRA

A literatura é outra das linguagens em que encontramos todo um universo de diversidade de homenagens à Marielle. Incontáveis poesias para Marielle foram publicadas e declamadas desde 2018. Uma das mais reproduzidas, é o poema de Conceição Evaristo, adaptado pela escritora para inclusão do nome de Marielle Franco.

Não, nós nos negamos a acreditar  
 que um corpo tombe vazio  
 e se desfaça no espaço  
 feito poeira ou fumaça  
 adentrando-se no nada dos nada  
 nadificando-se.  
 Por isso, na solidão desse banzo amigo  
 rememorador de todas e de todos  
 os que de nós já se foram,  
 é no espaço de nossa dor  
 que desenhamos  
 a sua luz-mulher - Marielle Franco -  
 E as pontas de sua estrela  
 enfeitarão os dias  
 que ainda nos aguardam  
 e cruzarão com as pontas  
 das pontas de outras estrelas,  
 habitantes que nos guiam,  
 iluminando-nos e nos fortalecendo  
 na constelação de nossas saudades.

O poema é o primeiro que aparece no livro “Um Girassol nos teus cabelos - poemas para Marielle Franco” (Um Girassol [...], 2018) uma antologia poética que reúne 50 vozes de mulheres poetas brasileiras que compartilhavam seus poemas pelas redes sociais no grupo Mulherio das Letras como conta Marília Kubota, uma das curadoras do projeto.

O texto de Pilar del Rio, mencionado do final do subcapítulo anterior faz parte de outra publicação, o livro “Elas e as letras: Semente, presente - um Livro para Marielle Franco” que reúne poesias, prosas, cartas e cantigas de mais de 40 autoras, com páginas ilustradas por fotos de Marielle e artes visuais produzidas em homenagens a ela. Logo na parte dos agradecimentos uma referência à família e ao Instituto Marielle Franco mostram como se dava essa interação:

Agradecemos, com imenso carinho, à sua família que nos autorizou render esta Feminagem e, em doação, sermos palavra-ato-político. Agradecemos à Laris, por toda comunicação atenciosa e dedicada com o lugar das memórias, o IMF - Instituto Marielle Franco (Elas [...], 2023, agradecimentos)”

No prefácio, Lindevania Martins (Elas [...] 2023, p. 21) lembra que “Muito já se disse sobre Marielle, a quem este livro inteiro é dedicado, mas há sempre algo novo a se dizer, o que mostra a grandeza e o impacto da sua obra.” E adiciona: “o campo da literatura e o campo da arte, espaços do discurso público por excelência, não são neutros (...) Não são apenas nossos corpos que se veem forçados a transitar por ambientes de confinamento, mas também nossa imaginação (Elas [...], 2023).

Os livros se estabeleceram como ferramentas de manutenção da memória de Marielle desde o princípio. Ainda em 2018, a tese da vereadora sobre a política de segurança pública nas favelas do Rio foi publicada no livro “UPP: a redução a favela a três letras” e depois traduzida para outras línguas.

Já o livro “Espaço Coruja: pelo direito das crianças e das mulheres. Legisladora Marielle Franco.” foi publicado por Amanda Mendonça e Pâmella Passos (2020), para registrar o processo de formulação da política pública voltada para o público central de Marielle: mulheres negras, periféricas, trabalhadoras e mães de crianças pequenas.

Mais recentemente, em 2023, a publicação “Marielle Franco - Nesse Lugar da Política: um mandato interrompido”, já citada neste trabalho anteriormente, foi lançada pelas integrantes do mandato de Marielle, Priscila Brito e Fernanda Chaves, que também é comadre de Marielle e foi sobrevivente do atentado político que tirou a vida da vereadora. O livro conta com memórias diversas a partir de entrevistas com membros da equipe do mandato, e uma pesquisa documental robusta feita por Ana Marcela Terra, outra companheira política de Marielle, além de uma linha do tempo interessante conectando a vida de Marielle com os grandes acontecimentos na história da segurança pública no Rio de Janeiro.

A linguagem literária também foi central para o processo de elaboração de luto da família. Anielle é autora de duas publicações que tiveram importante repercussão: “Cartas para Marielle” (Franco, 2019a) e “Minha Irmã e Eu” (Franco, 2022) reúnem uma série de cartas da família para Marielle escritas no esforço de digerir os sentimentos difíceis ao longo dos anos.

No primeiro, que leva na primeira página a primeira proposta de logomarca do Instituto, Anielle (Franco, 2019a, p. 15) conta que “a escrita sempre fez parte da nossa amizade e da nossa conexão, principalmente em nossos momentos mais difíceis”. O livro também registra o sentimento de urgência da família, na época, em agir para evitar o processo de epistemicídio de quem quer que fosse. Anielle (Franco, 2019a, p. 12) escreveu que era “difícil aceitar o marketing, o palco, o trampolim político, a mercadoria, o uso ilegal da imagem, que tentaram e tentam criar com minha irmã. Difícil ser silenciada por mentiras, interesses e pessoas hipócritas e ainda viver com uma dor avassaladora”.

Para o Instituto Marielle Franco, os livros também sempre estiveram presentes como estratégia de memorialização. A História em Quadrinhos “Marielle - Raízes” foi um dos primeiros projetos do Instituto e tinha a intenção de contar sobre o período das origens de Marielle até a sua formatura. A revista foi lançada durante a pandemia com uma live com o cantor Emicida, no dia 27 de julho de 2021, quando Marielle completaria 42 anos, e se tornou um objeto de mobilização do Instituto Marielle Franco, através das oficinas de contação de histórias afrocentradas e da distribuição das HQs pela Rede de Sementes voluntárias do Instituto.

Outra publicação importante, “A Radical Imaginação das Mulheres Negras na Política” (Lourenço; Franco, 2021), uma parceria do Instituto com o Movimento Mulheres Negras Decidem e a Fundação Rosa Luxemburgo, teve como objetivo reunir a contribuição das mulheres negras para a política Brasileira ao longo da história e também se tornou uma peça estratégica de mobilização e articulação com o público de mulheres negras pesquisadoras.

Misturando a linguagem das palavras com a da fotografia, o livro “Marielle Franco - Fotobiografia” (Marielle [...], 2023) foi um projeto desafiador, pois surgiu do encontro de duas iniciativas semelhantes, uma do próprio Instituto em parceria com a Agência Chama, e outra do fotógrafo argentino Marcelo Brodsky, com participação do mandato da então vereadora e viúva Mônica Benício e mediação da editora Azougue Editorial. O processo de construção não foi simples, pois a expectativa de velocidade

de execução por parte dos parceiros não era a mesma que a da equipe do Instituto e por diversas vezes foi necessário lembrar aos parceiros o princípio do cuidado que orienta o Instituto com relação a essas colaborações. Ao final do processo, a publicação foi lançada no dia 27 de julho de 2023, quando Marielle completaria 44 anos, a partir da estratégia proposta pelo Instituto, com o lançamento de uma exposição do acervo fotográfico (curado e recuperado por Bernardo Guerreiro, Mayara Donaria e Nunah Alle) e uma apresentação cultural no Galpão Bela Maré, espaço para o qual Marielle foi uma articuladora importante.

Algumas publicações relevantes do ponto de vista histórico vieram ao mundo sem participação do Instituto e da família Franco, que muitas vezes sentia a dor de ver histórias sobre Marielle serem contadas dessa forma. É o caso dos livros jornalísticos sobre as investigações, em especial o livro “Mataram Marielle” (2019) dos jornalistas da Globo Chico Otávio e Vera Araújo, o livro “Sobre lutas e lágrimas - uma biografia do ano de 2018” (2019) de Mário Magalhães e o livro “Marielle e Mônica - uma história de amor e luta” (2024), escrito por Mônica Benício.

Outro caso, mais grave, é o do livro escrito pelo primeiro delegado do caso, Ginton Lages, “Quem matou Marielle? Os bastidores do caso que abalou o Brasil e o mundo revelados pelo delegado que comandou a investigação”, tendo sido esse um objeto de diversas reportagens, uma vez que o delegado e autor do livro admitia sua relação de amizade íntima com o Chefe da Polícia Civil Rivaldo Barbosa, nomeado um dia antes do assassinato de Marielle e acusado de ter interferido nas investigações.

Livros infantis como “Mar de Marielle” (2023) e “Jardim de Marielle” (2022) também apareceram de forma recorrente ao longo desses anos como propostas de homenagens com o objetivo de contar a história de Marielle para as próximas gerações.

Já as publicações acadêmicas configuram toda uma outra categoria de publicações. Uma busca no Google Scholar apresenta 362 publicações acadêmicas que contém o nome Marielle Franco no título, e 10.500 aparições do nome de Marielle em qualquer lugar do artigo. Muitas dessas pesquisadoras procuravam o Instituto ao longo dos primeiros anos na intenção de colher informações para suas pesquisas. Sempre que possível eram respondidas por e-mail, mas o volume era tamanho que a capacidade de resposta tinha uma grande limitação.

A diversidade de linguagens literárias mostra as diferentes camadas que a história de Marielle ganhou na memória coletiva. Cada obra e as conexões entre elas mereciam sem dúvida estudos aprofundados sobre seu impacto, desdobramentos e pontos de vista.

Trazendo reflexões acerca do verbo enquanto palavra atuante, Lopes e Simas (2020) se debruçam sobre a tradição oral como ferramenta potente de preservação e transmissão de informação e saber.

“A tradição oral é, ao mesmo tempo, religião, conhecimento, ciência natural, aprendizado de ofício, história, divertimento e recreação.” (Lopes; Simas, 2020, p. 41) Tendo como base as experiências práticas, os autores afirmam que “o conhecimento, ligado ao comportamento do ser humano e da comunidade, não é uma matéria abstrata que possa ser isolada da vida”, e que a “transmissão oral do conhecimento é o veículo do poder e da força das palavras, que permanecem sem efeito em um texto escrito” (Lopes; Simas, 2020, p. 42).

A oralidade também se constituiu como central para espalhar a mensagem de Marielle. Tal perspectiva ajuda a pincelar o início da reflexão acerca da impossibilidade de se quantificar e classificar toda a memória produzida sobre a vereadora, na medida em que essa memória está presente em cada pessoa que teve contato com ela e se tornou uma agente de compartilhamento.

Nas diversas conversas sobre o tema no dia a dia do trabalho no Instituto Marielle Franco, era muito comum se deparar com pessoas contando histórias sobre momentos marcantes que tiveram com Marielle em vida ou ainda sobre onde estavam e o que estavam fazendo naquele 14 de março de 2018. A palavra se faz ferramenta de memória em seus diferentes estados.

#### 4.5 AUDIOVISUAL

Beatriz Nascimento (2022, p. 88) ao falar sobre a linguagem do audiovisual, afirma que:

[...] o vídeo seria um elemento manipulador de opiniões, capaz de trazer modificações não só no comportamento, mas em atuações coletivas que levam à ação e transformam em mudança. Os acontecimentos como a Guerra do Golfo, o impeachment do presidente anterior do Brasil, o espancamento do afro-americano Rodney King e os posteriores distúrbios em Los Angeles são exemplos que provam como esses vetores audiovisuais podem configurar atuação de solidariedade entre os povos.”

A passagem é extremamente atual, visto que poderíamos substituir os exemplos com fatos recentes como o massacre de Israel sobre a Faixa de Gaza, o golpe sobre a presidenta Dilma, o assassinato de Marielle Franco ou de George Floyd e os posteriores protestos no Brasil, Estados Unidos e no mundo.

Por ser uma linguagem com maior alcance nos tempos de redes sociais e uma indústria que movimenta muitos recursos, o audiovisual foi, ao mesmo tempo, importante e desafiador para o trabalho de memorialização da família. Conteúdos para cinema, TV e internet se propuseram a narrar sobre a vereadora a partir de conteúdos jornalísticos, documentários, ficcionais, tributos artísticos, videocasts e desenhos infantis.

Nos primeiros dias, semanas e meses após o assassinato, o volume de pedidos de entrevistas era gigantesco e o caso foi retratado em telejornais do mundo inteiro. Uma série documental da Globoplay, plataforma de streaming da Rede Globo, se consolidou como um dos principais produtos de audiovisual jornalístico sobre o caso.

Em uma busca pelo nome Marielle Franco no YouTube, dentre os vídeos com mais visualizações aparecem conteúdos jornalísticos de diferentes matizes políticas, uma maioria de videocasts aparentemente conservadores, o videoclipe da música-homenagem feita por MC Carol e curiosamente uma homenagem do programa de TV Infantil Vila Sésamo, no qual os fantoches visitam um grupo de crianças da Maré.

Na descrição do vídeo a informação de que a homenagem se deu pelo fato de que Marielle coordenava na Maré o projeto social “Vivendo Juntos”, com a ONG Sésamo Workshop, vinculado ao programa. A descrição conta ainda que a personagem Ana, da versão em desenho animado do projeto, é inspirada em Marielle, desde antes de seu assassinato. Uma reportagem do site *Catraca Livre*, de 2016, conta sobre o projeto e entrevista Marielle Franco apresentando-a da seguinte forma:

Marielle Franco, uma das coordenadoras do projeto, foi moradora do Complexo e é a responsável por incluir elementos de identificação com o contexto local, como, por exemplo, a questão da negritude e da inclusão nos materiais didáticos, o debate do posto de saúde e da escola nos jogos de tabuleiros e também coordenar a realização dos eventos e distribuir para os profissionais que residem na Maré as tarefas de produção como som, fotografia, entre outras.

Abaixo uma cena do desenho com a personagem Ana, inspirada em Marielle:

Figura 43 — Desenho animado sobre Marielle.



Fonte: Vila Sésamo (2021).

Nascimento (2022, p. 43) ao falar sobre a experiência de uma criança negra de sua época ao assistir personagens negros representados no Sítio do Pica Pau Amarelo, afirma que:

O "preto" veiculado pela TV não é uma realidade histórica, social e individual que corresponde à vivência de todos os componentes do grupo étnico a que pertence essa criança. São conceitos, ou melhor, pré-conceitos: tolo, dócil, servil, ignorante, medroso, fala errado.

Para Beatriz essa seria uma forma de seguir reforçando os estereótipos e que "o 'preto' que transmitem os meios de comunicação, desde a literatura até a TV, só faz parte de um segmento de classe e, ainda assim, é referente a um passado histórico da sociedade brasileira."

A mudança nesse cenário vem sendo construída em uma longa caminhada de profissionais negras e negros que incidem para transformar esses olhares e representações nas telas, mas não sem enfrentar a reprodução das estruturas racistas ainda hoje em dia.

Mesmo após os primeiros meses, muitas solicitações de gravações de entrevistas com a família, sobre Marielle, continuaram chegando ao Instituto. Por se tratar de uma indústria cujo tempo se mostra um elemento escasso, era comum que os pedidos viessem com frequência em tom de urgência. Analisando caso a caso, a

equipe ia respondendo de acordo com as possibilidades da família e buscando adequar as demandas às limitações de tempo e espaço de quem seria entrevistado.

Uma situação em especial ficou marcada no campo do audiovisual com relação à Marielle. No dia 6 de março de 2020, a plataforma de Streaming da Rede Globo, Globoplay, anunciou o início da produção de uma série-ficcional sobre a história de Marielle (História [...], 2020). O projeto seria liderado pelo diretor José Padilha e os roteiristas George Moura e Antônia Pellegrino.

No dia seguinte, uma nota assinada (Anúncio [...], 2020) por mais de 300 profissionais negros e brancos do audiovisual manifestou o repúdio sobre o anúncio. Optamos por reproduzir a nota na íntegra, uma vez que ela dialoga diretamente com as questões propostas na pesquisa:

Nota de repúdio:

Na sexta-feira, 6 de março de 2020, a Rede Globo e a Globoplay anunciaram uma série ficcional baseada na vida de Marielle Franco, cujo assassinato em 2018 continua sem respostas. Acontece que o projeto anunciado é encabeçado por três pessoas brancas. A roteirista Antonia Pellegrino (“Sexo e as Negras”, “Bruna Surfistinhas” e “Tim Maia”), George Moura (“Onde Nascem os Fortes”, “Amores Roubados” e “O Canto da Sereia”) e José Padilha.

É revoltante. No entanto, numa sociedade capitalista, não surpreende que a história de uma mulher negra seja contada a partir do ponto de vista de três pessoas brancas. A única surpresa é o fato de terem demorado tanto para anunciar o projeto, visto a sanha que têm de se apropriar dessa história há tanto tempo.

Mas o desastre fica maior a cada detalhe. O diretor escolhido para comandar a série é o homem que deu e dá ferramentas simbólicas para a construção do fascismo e genocídio da juventude negra no país. É uma violência extrema envolver numa série sobre Marielle o autor de filmes que retrataram de forma heroica a polícia mais violenta do país. Para se ter uma ideia, após “Tropa de Elite”, as inscrições no Bope aumentaram vertiginosamente. O retrato ali inspirou e inspira ações violentas em todo o país. Não à toa, a música tema da tropa no filme apareceu em dezenas de vídeos de apoio ao presidente em exercício. É o filme que mais exaltou o tema “bandido bom é bandido morto”, simplificando a discussão da violência urbana a uma questão de polícia.

Além disso, ficcionalizar em torno de um crime que ainda está sendo investigado também é uma violência e uma naturalização do crime violento e dos 13 tiros disparados contra o carro de Marielle, que vitimaram ela e o motorista Anderson Gomes.

Depois disso, Padilha ainda dirigiu a série “O Mecanismo”, cujas falsificações históricas só fizeram recrudescer o discurso fascista que

resultou no governo mais autoritário e violento das últimas décadas no Brasil.

É revoltante mais uma vez ver a branquitude disfarçar de boas intenções a apropriação da imagem de uma mulher negra lésbica, favelada, mãe, filha, irmã e esposa. Para defender sua propriedade de contar a história de Marielle, Antonia Pellegrino usou como argumento: “eu a conhecia muito bem”, “eu ajudei na sua primeira campanha”, “eu segurei o seu caixão”.

Mas a mesma pessoa que diz ter se inspirado em Marielle e diz ter respeito pelo feminismo negro, se lança como arauto para contar essa história aliada aos seus pares, masculinos e brancos. Tudo isso é extremamente violento. É um desrespeito a tudo que Marielle defendia.

Se qualquer uma dessas pessoas tivesse entendido de fato a luta de Marielle, saberia o quão violento é fazer esse projeto encabeçado apenas por pessoas que não refletem sua imagem e semelhança. Existe um valor simbólico e financeiro em contar essa história. Um valor que vai ficar na mão daqueles que sempre dominaram o audiovisual no Brasil.

Ter em algum momento convivido ou lutado ao lado de Marielle não tira o peso da decisão de se apropriar da história dela dessa forma.

Padilha disse em entrevista ao “O Globo” que “se dedicou por muito tempo a histórias de violência urbana do Rio. Essa é uma que precisa ser contada”. A história de Marielle é muito mais do que apenas a violência institucional. Ela é muito mais do que uma vítima da violência urbana que tentam fazer parecer. Seu assassinato é o reflexo da necropolítica que ela denunciava.

A história de Marielle é também a história das tecnologias afetivas, pois Marielle sempre falou sobre afeto, empatia, mulheres lutando juntas, jovens negras movendo estruturas. A branquitude quer se apropriar e narrar essa história sem ao menos entender sobre o que ela é. Tudo isso é desesperador demais.

Às mulheres e homens pretos e lésbicas foi negado o direito de contar essa história. Pois ainda que o racismo estrutural e institucional tente nos paralisar, homens e mulheres negros e negras se tornaram grandes realizadores, comandando produções e recebendo reconhecimento aqui e fora o Brasil. Por isso, é ainda mais perverso saber que essa história só será contada se for produzida por essas pessoas, pois o racismo produziu mecanismo para distanciar pessoas negras do direito de contar a própria história.

Quem trabalha no audiovisual conhece bem as estratégias perversas da branquitude que domina esse meio e entende o código por trás de afirmações “bem-intencionadas” sobre transformar a série numa “escola”. Isso significa que as decisões finais serão todas tomadas por brancos e que os profissionais não-brancos da equipe terão no máximo o direito de brigar e adoecer tentando deixar a narrativa menos racista, sendo subjugados pelo tokenismo.

Marielle, em sua última fala pública, contou a respeito da prefeitura do Rio: “primeiro eles saem chutando a porta, depois eles pedem desculpas e por último oferecem um microcrédito, que não repara nada”. Esse é o modus operandi da branquitude. Se apropriar como se tudo a ela pertencesse: nossos corpos, nossa subjetividade, nossa história. É um desastre, é violento e racista (Anúncio [...], 2020).

A nota foi reproduzida em diversos veículos, abrindo um grande debate público sobre a situação.

No dia seguinte, 8 de março, em entrevista ao colunista Maurício Stycer (2020) do Uol, Antônia tentou justificar os nomes, mas acabou piorando a situação, quando deixou a entender que o projeto não teria um diretor negro por falta de alguém com as características que buscava: "Se tivesse um Spike Lee, uma Ava DuVernay [...]".

A frase gerou ainda mais indignação, o que gerou uma retratação imediata da roteirista nas redes dizendo que sua fala havia sido infeliz e retirada de contexto:

Sobre a frase infeliz: 'No Brasil não tem um Spike Lee'. O fato de não haver um Spike Lee no Brasil fala sobre o nosso racismo estrutural, e não sobre supremacia branca. Não tem uma Ava DuVernay no Brasil não porque não existam diretoras negras talentosas. Mas porque existe sim, racismo estrutural. Abrir espaço para diretores, roteiristas, profissionais negros é um compromisso público que fizemos. E o julgamento de estarmos comprometidos em reproduzir racismo é muito precipitado.

Com uma forte cobrança nas redes para que a família se manifestasse de alguma forma sobre a situação, no mesmo dia 8, Anielle publicou em seu Twitter alguns pontos:

Desde 14 de março de 2018 mtas pessoas vêm usando o nome da Mari de forma não verídica, desrespeitosa ou da forma que nós da família não gostaríamos.

É horrível a sensação de impotência que dá ao ver pessoas crescendo em cima de uma história de perda e dor.

Queremos sim que a história da Mari continue sendo contada para que o mundo nunca se esqueça. Mas uma das coisas que aprendemos nesses últimos dois anos é que não temos o controle de quem/quando/onde/como algo será falado e produzido sobre Marielle.

Tanto no caso da ficção quanto do doc, fomos procuradas pelas equipes. As ideias já chegaram prontas e aconteceriam independente do nosso aval. Na série ficcional, desde o 1º momento cobramos a necessidade do protagonismo de profissionais negras(os) e permaneceremos insistindo.

Mesmo sem ter controle sobre como vai ser o resultado final, estamos acompanhando para q sejam devidamente respeitosos e coerentes com a história da Mari. E q o alcance dos dois ajude a dar visibilidade

e força tb para o Instituto e para o trabalho que seguimos fazendo por aqui.

Inclusive esse é um dos motivos pelos quais criamos o @inst\_marielle: como não podemos controlar e impedir que as pessoas falem sobre Marielle, que pelo menos sejamos um espaço de referência para que nos procurem p falarem com respeito e cuidado com a memória dela.

E que as iniciativas (inclusive as que geram retorno financeiro) tragam retorno para a família e para o trabalho das nossas vidas, que é manter vivo o legado, lutar por justiça e regar as suas sementes.

Mas iremos além: a nossa ideia é nos estruturarmos para que possamos conseguir contar essa história da maneira como achamos que deve ser contada, através do olhar, por exemplo, de diretoras e cineastas negras, faveladas e periféricas do Brasil.

A maioria dos comentários em resposta se solidarizou com a família pelo fato de que, além de terem todo o trabalho de luta por justiça, ainda precisavam lidar com as dinâmicas violentas da branquitude no processo de defesa da memória de Marielle.

No dia seguinte, em artigo no portal Alma Preta sobre a retratação de Antônia, o historiador Henrique Oliveira (2020) lembrou que “essa retórica é constantemente utilizada por pessoas brancas flagradas em racismo, já virou parte do manual básico dizer que a declaração foi infeliz, foi retirada do contexto ou até mesmo que as pessoas entenderam errado.” O historiador segue ainda reforçando o entendimento de que o caso expressa características clássicas da forma como a branquitude opera:

A escolha de Antonia Pellegrino por José Padilha, ao invés de um diretor negro, pode ser entendida como parte do pacto narcísico da branquitude, no qual sujeitos e grupos de pessoas brancas fazem alianças para interditar que pessoas negras acessem os espaços de poder, para garantir que a branquitude continue se reproduzindo como um lugar de privilégio racial, econômico e político (Oliveira, 2020).

José Padilha publicou no dia 10 de março um artigo de opinião (Padilha, 2020), onde questionava o movimento que ele chamou de linchamento moral, recorrendo a memórias positivas da sua carreira e a existência de relações pessoais com Marielle, Marcelo Freixo e outras personalidades de esquerda, como argumentos para defender que o “Anúncio de série sobre Marielle gerou acusações de racismo e fascismo sem direito a respostas ou tempo para explicações”.

No dia 11, Antônia publicou no Twitter um pedido de desculpas mais elaborado, em 18 tweets (Pellegrino, 2020):

Quero começar pedindo perdão pela minha declaração. Mesmo pessoas comprometidas com a desconstrução do machismo e do

racismo estão sujeitas ao erro, e errar é humano. Confesso que diante da enorme e justa repercussão e indignação que minha declaração tomou, caí em negação. Num primeiro momento, achei que estava sendo mal interpretada. Para mim, Antônia, era tão óbvio que eu me referia às relações de negócios viciadas pelo racismo estrutural que não consegui enxergar o que era realmente óbvio: tentei justificar uma relação estratégica de trabalho com um discurso que não apenas reforçava a tal estrutura que eu criticava, como era também a sua principal causa.

Então começou a pedagogia da escuta e da leitura. De forma enfática, vieram comentários, textos e opiniões de diversas pessoas, militantes ou não, amigas e amigos, pessoas que admiro e respeito e outras que nem sequer conhecia.

Como para muitos brasileiros, os últimos anos provocaram em mim um intenso processo de politização e formação crítica. Foi nesse período que o ativismo se tornou um componente fundamental da minha vida – em particular aquele relacionado à luta feminista. E dentro do feminismo aprendemos a ouvir, pois já vivemos num mundo onde somos constantemente silenciadas. Como mulher, feminista branca, sempre busquei ouvir mulheres feministas negras, com as quais sempre aprendi muito e ainda tenho muitíssimo a aprender.

E foi apenas com o exercício da escuta que pude perceber que, do alto da minha arrogância e ignorância de mulher branca, da Zona Sul do Rio, que eu não precisava “denunciar” algo que todas e todos já sabiam.

Após o choque inicial, veio a decepção. A decepção comigo mesma. Como eu pude dizer uma frase tão estúpida? Hoje, vejo que a resposta é simples: como muitas pessoas brancas progressistas e antirracistas, tive a certeza de que minhas intenções eram tão boas que jamais seriam questionadas neste âmbito.

Novamente, peço perdão pela desastrosa declaração. Em seguida, gostaria de agradecer a todas as pessoas negras, do cinema ou não, coletivos, blogs, movimentos e sites que apontaram meu erro e me fizeram enxergar o que a branquitude não o fez. Também aproveito para dizer que em nenhum momento me senti atacada, pelo contrário. As críticas, por mais pesadas que fossem, tinham um tom respeitoso; não senti raiva, senti vergonha; não me vi perdida, enxerguei nas críticas um caminho.

Este é um projeto que, desde o primeiro momento, é fundamentalmente comprometido com a luta por justiça por Marielle Franco. São dois anos sem resposta para a pergunta: quem mandou matar Marielle? E contar sua saga, na atual conjuntura, dando máxima visibilidade à história desta heroína brasileira e à sua execução brutal é uma forma de manter o apelo social do caso. Entendo e respeito quem discorde, mas este foi meu compromisso com a família de Marielle.

Como produtora executiva e idealizadora da série de Marielle gostaria de reiterar que nossa intenção sempre foi ter uma equipe diversa, com negros e mulheres na liderança do processo criativo.

Os convites para essas lideranças, mapeadas muito antes da assinatura do contrato, estão em curso: autoras, autores, diretoras e diretores estão discutindo as condições de sua participação no projeto. Esperamos ter sucesso na composição de um time diverso, inclusivo e altamente qualificado.

Tenho gratidão por tudo o que aconteceu nos últimos dias. E estou feliz por poder cumprir com a minha obrigação cidadã de levar a história de Marielle ainda mais longe, sendo mais coerente com aquilo que acredito e defendo

Algumas das respostas imediatas à publicação reconheciam uma tentativa de pedido de desculpas genuíno, mas a maioria seguia o tom de cobrança afirmando que 18 tweets depois, o Padilha continuava diretor da série.

No mesmo dia, à noite, a série documental da Globoplay foi lançada em uma sessão exclusiva para convidados. Como conta o portal Notícia Preta, Anielle fez uma fala no início da sessão afirmando que:

[...] as pessoas brancas que não abrem portas para as negras, chegam antes da gente só porque não conseguimos chegar. Se não, nós chegaríamos primeiro. Vocês que chegam em alguns lugares onde as mulheres negras não conseguem chegar, não esperem mais nenhuma mulher negra ser assassinada, com quatro tiros na cabeça, para falarem sobre ela (Bernardes, 2020).

Nos argumentos elaborados por Padilha no seu artigo e por Antônia, antes da nota de pedido de desculpas final, é apontado um possível julgamento “precipitado” das reações ou uma “falta de tempo para explicações”.

Porém, a velocidade exagerada e a falta de cuidado com o tempo são justamente parte da dinâmica violenta original apontada pelos profissionais negros que se manifestaram sobre o assunto.

No dia 12 de março, a UOL Tab entrevistou (Dias, 2020) uma série de profissionais negras do audiovisual sobre a situação. Maíra Oliveira, roteirista e dramaturga, argumentou que a corrida para anunciar uma produção da série, antes mesmo do caso ser concluído, era precipitada: “Já tivemos exemplos, nacional e internacionalmente, no audiovisual e na literatura, do efeito de narrativas ficcionais coladas a uma realidade ainda não completamente elucidada que geram graves danos a toda sociedade. Efeitos políticos.” E cita a própria série “O Mecanismo” de José Padilha como um exemplo por ter narrado uma perspectiva heroica da Operação Lava Jato enquanto ainda estava em curso, antes que viesse a público as notícias que afetaram duramente a credibilidade do processo judicial.

A cineasta Carol Rodrigues, na mesma entrevista, contribui para o debate chamando atenção para a dificuldade de compreensão de Padilha mesmo após tantas e tão qualificadas e diversas manifestações.

[...] é preciso ter sensibilidade para exprimir uma experiência que não é a sua, o que Padilha demonstrou não ter, mais de uma vez, incluindo a sua carta para Folha. Se você não tem essa sensibilidade, essa empatia, essa capacidade de ouvir e compreender os seus pontos cegos, você produzirá um tipo de cinema que reafirma seus valores de classe, gênero e cor, difundindo estereótipos e representações enviesadas dos demais grupos sociais[...].

A educadora e artista plástica Érica Malunguinho afirma a importância da série e entende que "não é sobre não poder falar. É sobre como e com quem".

Outro argumento utilizado para defender o projeto era o de que a parceria garantiria recursos financeiros importantes para apoiar a família.

Toda a situação ajuda a ilustrar de forma prática o debate teórico sobre a lógica autoral colonial. A falta de cuidado, sensibilidade, respeito ao tempo e escuta ficam evidentes, assim como fica nítida a ideia de que, nessa lógica, o dinheiro seria capaz de comprar os direitos da autodeterminação e autodefinição da família.

Na época do anúncio sobre a série ficcional de Marielle, o Instituto havia acabado de se estruturar com uma equipe. Nos anos anteriores, quando os termos do contrato foram debatidos, além de toda a fragilidade emocional da família, a mesma não possuía assessoria técnica e jurídica capaz de orientar sobre uma negociação desse porte.

No dia 22 de novembro de 2020, Taís Araújo representou Marielle para o especial "Falas Negras" da TV Globo, em uma performance que emocionou a família e a própria atriz.

Novos episódios da série documental vêm sendo lançados na medida que novas etapas da investigação acontecem.

Até a publicação deste trabalho, a série ficcional que estava prometida para 2021 não havia sido lançada.

O fenômeno e a sua presença no audiovisual não são novidades. Em 1978, Beatriz Nascimento escreveu uma crítica contundente ao filme Xica da Silva do cineasta Cacá Diegues. Em reação, numa entrevista para O Estado de S. Paulo em 31 de agosto do mesmo ano, o cineasta cunhou o termo "patrulha ideológica" com a

frase “São patrulheiros que ficam policiando permanentemente a criação, a criatividade, tentando limitar ou dirigir para essa ou aquela tendência”.

Em resposta, Nascimento (2022) escreveu uma segunda crítica no ensaio “A senzala vista da casa-grande: merchandising e a contracultura no cinema nacional” (2022), onde reagiu a Diegues: “fui patrulha ideológica ou defendi o direito de ser um novo negro, um novo homem? Ao não aceitar um estigma instituído pela coletividade nacional. Dissemos, sim, que, de uma vez por todas, parassem de nos usar como mercadoria vendável num novo Valongo.” O movimento de crítica a Diegues foi defendido por Nascimento como “um grande BASTA aos racistas e aproveitadores de nossa imagem, logo de nossa identidade”.

Por ser uma linguagem que ajuda a multiplicar o alcance de outras linguagens, o audiovisual se tornou plataforma também para o registro e divulgação de tributos em formatos que vão para além dos já mencionados, como veremos a seguir.

#### 4.6 CORPO POLÍTICO - DANÇA, PERFORMANCE, TEATRO, CABELO, TATUAGEM E ROUPAS

Não é incomum que, ao tratarem do assassinato político que tirou a vida de Marielle Franco, autores e autoras de homenagens diversas fizessem referência a ideia de que seu corpo era político. Sendo ela uma mulher, negra, periférica, LGBTQIA+, sua simples presença era sentida nos espaços masculinos, brancos, heteronormativos e elitistas que acessou ao longo da vida.

Talvez por isso, muitas sejam também as homenagens a ela produzidas através das linguagens que têm no corpo ferramenta central de expressão.

Uma busca no YouTube por “Marielle Dança” e é possível encontrar vídeos da apresentação de dança contemporânea de três jovens de Teutônia, interior do Rio Grande do Sul (Gomes, Sonia, 2018):

**Figura 44 — Imagem capturada do vídeo Conexões 12 - Marielle, presente**



Fonte: Gomes, Sonia (2018), YouTube.

O vídeo mais assistido é de PH Martins (2019), coreógrafo com mais de 13 mil inscritos em seu canal, publicou um tributo a partir da coreografia da peça de dança “Mute” que montou um mês antes do assassinato de Marielle, mas que diz que “é muito louco como a peça retrata parte da história da Marielle, e de vários outros pretos que são silenciados”:

**Figura 45 — Imagem do vídeo Mute**



Fonte: Martins (2019).

O Instituto Cigano do Brasil, publicou um trecho de um vídeo do projeto de dança e música *Cartas Ciganas para Marielle*. Buscando diretamente pelo nome do projeto, encontramos o vídeo completo, idealizado por Yasmin Rocha (2021), e financiado pela Secretaria de Cultura do Ceará, um espetáculo audiovisual criado com o propósito de “estimular o debate e a desmistificação da condição da mulher cigana frente aos estereótipos de opressão e machismo supostamente vivenciado por elas utilizando a figura de Marielle Franco como interlocutora e símbolo do Feminismo no Brasil”. No vídeo 3 mulheres ciganas se apresentam individualmente dançando ao som de músicas tradicionais ciganas, e com suas vozes ao fundo declamando um texto para Marielle.

**Figura 46— Imagem do vídeo *Cartas Ciganas para Marielle***



Fonte: Rocha (2021)

Em outro vídeo (Napolitano, 2019), mulheres da Itália, Brasil, Argentina, Alemanha e França dançam ao som de uma composição em português cantada com sotaque estrangeiro.

**Figura 42 — Imagem do vídeo *Mulheres para Marielle Franco***



Fonte: Napolitano (2019).

Um vídeo publicado pelo perfil da Escola Preparatória de Dança Senador Alberto Paschoalini (2021), de Porto Alegre, apresenta uma coreografia solo de dança contemporânea da bailarina Marielle da Cruz, coreografada por Helena Paz, ao som das poesias de Bruno Negrão e Ana de Cesaro. A poesia de Ana (primeira homenagem mencionada neste trabalho ainda nas primeiras páginas também foi trilha de fundo para outras publicações de videodança na internet:

**Figura 48 — Imagem do vídeo da Mostra Outono de Dança.**



Fonte: Escola Paschoalini (2021).

Por toda a relação com as tradições de matriz africana, a dança afro é um dos gêneros com mais incidência nas homenagens do tipo, como neste vídeo publicado por Luciana Peixoto (2019), gravado durante o Tributo a Marielle Franco no Centro Cultural Mangabeira, em João Pessoa, cidade dos pais de Marielle.

**Figura 49 — Imagem do vídeo Tributo a Marielle Franco no Centro Cultural Mangabeira**



Fonte: Peixoto (2019).

Manifestações assim também fizeram das ruas palco durante os protestos que ocorreram em todo o mundo para pedir por justiça. De cortejos de blocos afros (Agence France-Presse Português, 2018) a performances visuais, como as performances do coletivo Panteras Negras, composto por mulheres negras de óculos escuros, roupas pretas e luvas na mão direita, que chamavam atenção nos atos por andarem juntas, com a fisionomia séria e em alguns momentos cerrando o punho para cima.

**Figura 50 — Imagem da performances visuais do coletivo Panteras Negras.**



Fonte: Mídia Ninja.

Outra performance que marcou os protestos era a enorme faixa Marielle Gigante, carregada por um grupo de bailarinas de perna de pau, que demarcavam uma das alas das manifestações passando a mensagem como num grito visual.

No teatro, dentre diversas peças que foram dedicadas à Marielle ou que a mencionaram, uma foi focada em sua história. “Marielle Presente: uma ópera-funk” é um musical da Confraria do Impossível com 8 atrizes que interpretam Marielle em diferentes momentos de sua vida. A obra, identificada pela atriz e preparadora do elenco Janamô (Mathias, 2023), é um “espetáculo afrofuturista”, e teve indicação a prêmios e uma gravação exibida na TV Brasil (Rota Cult, 2023).

**Figura 51 — Imagem divulgação da Peça Teatral Marielle Presente - uma ópera-funk**



Fonte: Natalia Perdomo / Divulgação.

Dois dias após o assassinato de Marielle, o ator Lázaro Ramos e a atriz Taís Araújo estavam em cartaz com a peça “O Topo da Montanha” que conta a história de Martin Luther King. Ao final da sessão, os dois homenagearam Marielle de forma emocionada (Lázaro [...], 2018).

Outra linguagem que também se manifesta através do corpo e foi uma das mais recorrentes nos anos pesquisados foi a da moda. De camisas estampadas de forma rápida com estêncil durante os protestos de maneira incontrolável, passando por marcas de roupas militantes que buscavam ou não a família e o Instituto para reverterem parte das vendas como doação, lenços produzidos a pedido do próprio Instituto, homenagens nos uniformes de jogadores de futebol e até uma referência ao assassinato de Marielle nas passarelas do desfile de um grande estilista na São Paulo Fashion Week.

Essa última, mais uma vez, é um caso que ilustra justamente a reflexão que trabalhamos na pesquisa. Durante a 47ª semana de moda de São Paulo, o estilista Ronaldo Fraga apresentou sua coleção dedicada à obra Guerra e Paz, de Cândido Portinari. Dos 165 itens, 3 levavam o rosto de Marielle estampado, explicitando a violência sofrida pela vereadora, fosse através de marcas de tiro e sangue bordadas em uma camisa, ou em um alvo estampado no rosto da vereadora em um tênis.

As imagens que circularam imediatamente geraram reações públicas na internet. A influenciadora Stephanie Ribeiro publicou no Twitter “usar figuras negras dessa forma, é estranho e desnecessário se é para ter um enfoque crítico e político, no meu ponto de vista. Política racial e antirracismo não se faz dessa forma que me soa sensacionalista e até sádica”. No Instagram do evento, a publicação (FFW, 2019) do desfile recebeu centenas de críticas, entre elas a própria Anielle que comentou:

Alguém falou com algum membro da família pra usar a imagem dela assim? Não que eu, irmã, saiba! Parem de tratar a morte de uma mulher negra como objeto, como marketing ou afins! Apenas parem! Quem tá lucrando com isso? Quem ganha com isso? Hipócritas! Como se importassem com as vidas negras ou a da minha irmã!

Após o comentário, o estilista ligou para Anielle para se explicar. Em entrevista ao jornal O Globo, Anielle conta como se deu a conversa:

No domingo, de manhã, o Ronaldo Fraga me ligou e pediu desculpas. Disse que é um cara que trabalha com moda e que aquela foi a maneira que ele encontrou para protestar, e que não queria de forma alguma nos desrespeitar. Eu aceitei, mas disse a ele que ele deveria ter nos procurado antes. Achei a atitude dele, de me procurar, correta. Mas tive que falar. Era minha irmã. Tem muita gente que nós questionamos e que não muda de postura, ele pelo menos buscou se retratar conosco. Mesmo achando que ele errou por não ter nos comunicado, a atitude de ter reconhecido o erro foi ok

Mônica Benício, viúva de Marielle, também responde à mesma entrevista:

Fiquei sabendo do desfile através das redes sociais. Muitas pessoas vieram me mostrar o conteúdo do desfile com caráter de denúncia, perguntando se eu sabia daquilo e o que eu achava. Acho que o evento Fashion Week em São Paulo com a potência que tem no mundo da arte e da moda sem dúvida tem uma grande contribuição social quando tenta trazer uma pauta como o racismo. Mas eu acho que temos que ter sensibilidade com assuntos que a gente aborda. Uma das minhas preocupações hoje com a imagem de Marielle é para que ela não seja consumida pelo capitalismo e acabe se transformando no Che Guevara brasileiro. Acho que o estilista poderia ter se manifestado de muitas outras maneiras, inclusive, pedindo justiça para Marielle

Em resposta à mesma reportagem, Ronaldo tenta se justificar, admite o erro (Leal, 2019), mas reclama incomodado pela forma como a cobrança se deu nas redes:

Queria deixar claro que quando fiz esse trabalho foi pensando e acreditando na Marielle como um Martin Luther King ou um Mandela. Mas eu errei, porque as pessoas de um afeto mais próximo estão vivas e com a ferida aberta. Então, eu vejo que temos aqui uma oportunidade de ampliar o debate, mas as pessoas têm retornado de

imediatamente à dor com ódio, e com ódio não tem debate. É o que vemos nas redes sociais (Leal, 2019).

O estilista segue tentando justificar suas escolhas e estratégias, e fala de arrependimento, não por achar que estava errado, mas por achar que, no fundo, sua estratégia não deu certo.

Mas queria dizer que o tiro ali (representado numa camisa), não está na Marielle, está na coleção inteira, e em todos nós. Falando para uma elite branca da primeira fila do desfile, eu acho que tem um momento que não cabe metáfora. Você tem que ser direto na fala. Eu estou pagando o preço por isto. Se você me perguntar se eu teria feito a coleção se eu pudesse voltar no tempo? não, não faria. Não teria feito, porque a discussão esvaziou o debate. E o que estou vendo é um fogo amigo. Porque estava falando justamente o que a turma que está me acusando diz.

Por fim, assume o erro novamente e conta sobre o diálogo tardio com a família:

Sofro por ter causado desconforto e tristeza em ambas, mesmo não tendo sido minha intenção. Eu pensei em Marielle como causa sem distanciamento histórico, e esse foi meu grande erro. As peças não seriam comercializadas de jeito nenhum, muito do que é feito em desfiles como este, não vai para o ponto comercial. Conversei com a Anielle, e disse a ela que as roupas pertenciam a eles, e que poderiam fazer o que quisessem: queimar, jogar fora. Ela disse que eles têm uma ideia de um memorial, de juntar tudo relacionado a Marielle.

A situação mais uma vez explicita uma postura de resistência a compreensão imediata, uma reação à cobrança e um julgamento do grau de violência dessa cobrança, sem necessariamente se ter capacidade de colocar na balança para perceber que muitas vezes a violência simbólica produzida por um gesto que parece simples machuca tanto quanto uma reação enérgica por parte de quem se sentiu violentado.

Outros casos de marcas de roupa procuraram a família e o Instituto Marielle Franco antes de começar a vender para pedir autorização, ou para oferecer parte da renda das vendas como doação. Nessas situações o acolhimento em geral era o caminho natural.

A estilista e artista plástica Akira Liones, por exemplo, lançou uma peça em homenagem à Marielle da sua marca Yayo e ofereceu parte do valor recebido como doação à organização. O mesmo foi feito pela marca Pano Preto que produziu uma das várias camisas estampadas com o rosto de Marielle.

Ainda dentro das linguagens do corpo, uma manifestação específica chama atenção e reforça a tese sobre o desafio de calcular o total de homenagens para

Marielle: as tatuagens. Desde 2018 muitas pessoas próximas à Marielle, como amigas, familiares e colegas de partido e movimento, fizeram tatuagens em sua homenagem, mas imagens desse tipo de tributo também são encontradas em redes sociais de pessoas fora deste círculo, o que demonstra que a motivação por gravar na pele seu simbolismo não se restringe.

#### 4.7 FUTEBOL, CARNAVAL E RELIGIÃO

Algumas das maiores manifestações culturais populares do Brasil, o futebol, o carnaval, e religiões diversas, também reconheceram a grandeza e a importância da história de Marielle.

Flamenguista frequentadora do Maracanã, participante de diversos blocos de carnaval como o Bloco da Apafunk (organizado por profissionais do funk), e o Se Benze que Dá, (organizado por moradores da Maré), e “católica macumbeira” como costumava se reconhecer por ter sido criada com uma forte relação com a fé católica, mas também encontrado conexão e sentido nas religiões de matriz africana. Essas características faziam parte da composição mais profunda da subjetividade de Marielle.

**Figura 52— Imagem de Marielle desfilando no Bloco Se Benze que Dá, na Maré**



Fonte: Acervo Pessoal da Família.

**Figura 53 — Fotografia de Marielle no estádio de futebol.**



Fonte: Acervo Pessoal da Família.

**Figura 54 — Fotografia de Marielle na Igreja Católica**



Fonte: Acervo Pessoal da Anielle.

Não à toa, diferentes grupos ligados a esses universos se organizaram para promover homenagens à Marielle após seu assassinato.

No caso do futebol, clubes e torcidas organizadas se manifestaram através de homenagens nos uniformes dos jogadores ou bandeirões na torcida, como foi o caso do Flamengo e Vasco (Flamengo, 2018; Vasco, 2018).

**Figura 55 — Bandeirão da Torcida Flamengo da Gente**



Fonte: Alexandre Cassiano / O Globo.

**Figura 56 — Faixa levada por jogadores do Vasco**



Fonte: Flickr Oficial do Vasco.

No caso do carnaval, Marielle inspirou o enredo de, ao menos, três escolas de samba em 2019. Em São Paulo, a escola Vai-Vai teve como enredo “vai-vai o quilombo do futuro”, e contou com a presença da família de Marielle no desfile. No mesmo estado, no município de Guaianases, esse também foi o tema do enredo do Cordão de Serebesqué (Veloso, 2019). No Rio de Janeiro, a Estação Primeira de Mangueira foi campeã no mesmo ano com o enredo “Histórias para ninar gente grande”, desfilando com bandeiras do rosto de Marielle nas cores da escola.

**Figura 57 - Fotografia da Mangueira homenageando Marielle.**



Fonte: Divulgação Mangueira.

A letra do samba da Mangueira, campeã de 2019, é por si só um manifesto sobre a disputa de memória travada no mundo, entre os que querem escrever as histórias da violência e da dominação, e os que querem escrever as histórias de libertação e da vida. Diz a letra:

Mangueira, tira a poeira dos porões  
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões  
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões  
 São verde e rosa, as multidões

Mangueira, tira a poeira dos porões  
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões  
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões

São verde e rosa, as multidões

Brasil, meu nego  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço  
A Mangueira chegou  
Com versos que o livro apagou  
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento  
Tem sangue retinto pisado  
Atrás do herói emoldurado  
Mulheres, tamoios, mulatos  
Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara  
E a tua cara é de cariri  
Não veio do céu  
Nem das mãos de Isabel  
A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho  
Quem foi de aço nos anos de chumbo  
Brasil, chegou a vez  
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

HISTÓRIA para ninar gente grande. Compositores: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira, Manu da Cuica e Danilo Firmino. Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro, 2019.

Beatriz Nascimento (2022, p. 131) nos diz que “a escola de samba é um quilombo em festa, é a comunidade da favela que está nas ruas”. Ver o nome, a imagem e a história de Marielle pautar o samba campeão de 2019 demonstrou que a memória positiva sobre ela estava sendo celebrada por moradores de favelas e periferias no Rio de Janeiro. Território raiz de Marielle e para o qual a vereadora sempre lutou.

A música foi regravada por diversos artistas como Beth Carvalho, ganhou um arranjo para blocos de carnaval pelo produtor musical, arranjador, professor e músico Dudu Rezende, e se tornou a principal dentre as muitas músicas feitas para Marielle, como veremos mais adiante.

A memória de Marielle também esteve presente no carnaval de rua de outras maneiras. Ao menos 8 blocos homenagearam a vereadora, como o Bloco afro Ilú Obá de Min (Moreno, 2019), em São Paulo, que em 2019 desfilou com uma música em homenagem à vereadora, e em 2024 homenageou a família Franco. O Bloco Se

Benze que Dá, na Maré, do qual Marielle fez parte, também homenageou a vereadora naquele ano (Peregrino, 2019). Pernambuco, Mato Grosso do Sul e até Lisboa contaram com homenagens durante o período.

Pela relação de Marielle, sua família e amigas com o mundo religioso, foram muitas as atividades realizadas nessa esfera. Desde 2018, em articulação liderada por Dona Marinete, mãe de Marielle e católica devota, missas foram celebradas para a vereadora em diversas ocasiões e em lugares simbólicos como a Igreja da Candelária, a Nossa Senhora dos Passos e até no Cristo Redentor. A família chegou a receber uma ligação do Papa Francisco na semana do acontecido, e uma menção foi feita à vereadora nos discursos do Papa, bem como na fala de muitos padres pelo Brasil. Na missa do aniversário de Marielle de 2021, no dia em que foi inaugurada a estátua de Marielle no centro do Rio, o Padre Gegê, amigo e guia espiritual da família em seu sermão, proferiu as seguintes palavras:

Marielle Franco não é comum. Tem alguma coisa de ancestral.

De forma tão diferenciada. Um diferencial ancestral.

Não é comum que uma mulher penetre tão fundo nas profundezas da terra e transforme por dentro a história do planeta dessa maneira.

Então se, hoje, somos todas, todos e todes, atravessados por uma tristeza, hoje também podemos dizer assim: essa mulher que nós conhecemos na carne, mãe, pai, Mônica, esposa, amigos, amigas e companheiros,

Essa mulher trouxe algo de inesperado, de não dito, de desconcertante, que a morte, a execução, não conseguiu e nunca conseguirá matar. Nunca, nunca.

Os poderes da morte Os esquadrões da morte. Praza Deus serão todos descobertos, e já tá próximo. Todos descobertos, os mandantes, da barbáries, das chacinas de nossos brasis. Sejam todos descobertos.

Aleteia significa a verdade, tirar o véu, estamos próximos em virtude da luta de gente que faz memória. Não esquece e não esqueceremos

E não romantiza a dor, nem a barbárie, nem a chacina, nem a execução de Marielle, não é romantizada, ela é politizada, e se faz organização, e se faz luta incansável, creio que todos nós todos e todas de alguma forma, teve a vida transformada. Não somos mais os mesmos e as mesmas, e nunca mais seremos.

Por isso quando exclamamos Marielle vive, e sambamos com essa exclamação, é porque do fundo da terra vem uma força sobre humana, é porque não só sabemos que ela vive. Sentimos A nossa fé é fé no corpo e para o corpo. O corpo político de Marielle.

Por ser uma história que mobilizou praticantes e lideranças de diversas religiões, e pelo diálogo inter-religioso promovido por Marielle em vida, foram muitos também os atos ecumênicos, que reuniram membros de religiões distintas para celebrar sua memória, em especial, religiões de matriz africana.

A esfera religiosa também ficou marcada pela disputa de narrativa que vinha se dando em diversas linguagens. Em abril de 2019, Guardas Municipais de Ouro Preto pisotearam um tapete de *Corpus Christi* que havia sido feito em homenagem à Marielle (Guarda [...], 2019), alegando que havia sido orientação da prefeitura não haver manifestações políticas.

As homenagens no âmbito religioso, espiritual e metafísico também se apresentam em outros formatos menos óbvios, como os vídeos do YouTube onde podemos encontrar uma carta psicografada, a leitura de cartas de Tarô sobre as investigações do caso e a leitura do Mapa Astral de Marielle.

#### 4.8 MÚSICAS, SHOWS E FESTIVAIS

Como visto em categorias anteriores, a música se mostrou uma importante linguagem de expressão sobre a história de Marielle. No dia seguinte ao assassinato de Marielle, Gilberto Gil, abriu o show de sua turnê com Nando Reis e Gal Costa anunciando que “essa noite, nossa, de vocês, seja dedicada à memória de Marielle, brutalmente assassinada no Rio de Janeiro ontem” (Mídia Ninja, 2018). Nando Reis completou “Em sua homenagem, a tudo o que ela representa, e a todos os outros que foram mortos”.

No domingo, dia 18, a cantora Katy Perry homenageou Marielle com uma foto gigante no telão do seu show na Apoteose, no Rio de Janeiro. A cantora ainda convidou Luyara, Anielle e Mônica para subirem ao palco e pediu um momento de silêncio ao público.

**Figura 58 — Fotografia de Marielle Franco na apresentação de Katy Perry**



Fonte: Reprodução/TV Globo.

Ainda no mês de março de 2018, durante um show em Brasília, o cantor Milton Nascimento dedicou a canção *Coração de Estudante* (Lima, 2018), reconhecida como um dos hinos contra a ditadura militar, à Marielle e Anderson.

Como essas, muitas foram as homenagens feitas por artistas brasileiros como Racionais MCs, Emicida, Djonga, Marcelo D2, Céu, Maria Rita, Caetano Veloso, MC Carol e estrangeiros como Roger Waters e Madonna.

Após uma busca na plataforma de streaming de músicas Spotify, adicionamos a uma *playlist* todas as músicas encontradas com o nome “Marielle” no título que tratavam sobre a vereadora. Em seguida, submetendo o link da *playlist* à ferramenta de análise de dados de playlists do site Chosic, chegamos a alguns dados que retratam a diversidade existente dentro desta mesma linguagem.

Ao todo, as 89 músicas da lista estavam atreladas a 111 artistas de 9 gêneros musicais principais (Latino, Pop, Jazz, Metal, Hip Hop, Mundial, Country, Rock e Clássica) que se subdividiam em pelo menos 54 subgêneros específicos. Apesar da maioria das músicas ser em português, algumas em italiano, inglês, espanhol e francês reforçam a dimensão global das homenagens.

Uma das bandas, Borracheira, chegou a submeter o pedido de autorização ao Instituto Marielle Franco e à família para a gravação da homenagem. A banda de metal, formada por homens brancos do Rio Grande do Sul, pediu ainda que Anielle gravasse um áudio com uma mensagem que foi incluída dentro da música. Um

videoclipe da música está no canal do YouTube da banda, com mais de 20 mil visualizações, onde imagens de Marielle são alternadas com imagens dos artistas com maquiagem de palhaço (como o personagem coringa do Batman) tocando guitarra, baixo e bateria. Em um trecho a letra da música diz:

Tua presença está em nossos corações  
Teus ideais fortalecem multidões.  
A tua imagem nos provoca sensações  
De que nossos anseios não serão mais ilusões  
Incendeia o coração dos inquietos  
Multiplica a esperança dos corretos

**Figura 59 — Fotografia da Banda Borracheira #Mariellepresente**



Fonte: Acervo Pessoal.

Na descrição do vídeo a Banda diz que “A música Marielle é visceral como o grito preso em nossos corações; tem a participação emocionante da Anielle Franco, e a banda Borracheira cedeu todos os direitos da música para o Instituto Marielle Franco”.

Compreendendo o potencial mobilizador e multiplicador da memória, e celebrando a relação de amor que a própria Marielle tinha com a música, a família construiu o Festival Justiça por Marielle e Anderson como um espaço para unir as

vozes e instrumentos de artistas aos gritos por justiça. Quatro edições do festival aconteceram desde 2019 no Rio de Janeiro, uma na Cinelândia, uma no Circo Voador (na Lapa) e duas na Praça Mauá. Levando dezenas de milhares de pessoas para o espaço público e contando com a presença de artistas de diferentes territórios e dimensões. Além das milhares de pessoas acompanhando as transmissões ao vivo e cobertura nas redes.

**Figura 60 — Festival Justiça por Marielle e Anderson 2023, Praça Mauá, Rio de Janeiro.**



Fonte: Reprodução Instituto Marielle Franco / Criola (2019).

O Instituto também estimulava que apresentações culturais fossem realizadas em outras cidades e países durante as mobilizações dos Marços por Marielle e Anderson.

Em 2020, ano em que a segunda edição do festival teve que ser cancelada em cima da hora por conta da pandemia da COVID-19, a música também se tornou uma forma de manter a conexão entre as pessoas durante o isolamento social. Nesse sentido, o Instituto organizou no dia 27 de julho, quando Marielle completaria 41 anos, a live Elza por Marielle, que reuniu 43 mil pessoas assistindo ao vivo o show de Elza Soares, com a participação virtual da família Franco (Instituto Marielle Franco, 2020).

**Figura 61 — Live Elza por Marielle (2020)**



Fonte: Reprodução/YouTube Instituto Marielle Franco.

#### 4.9 LEGISLAÇÕES, EQUIPAMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS, MANDATOS PARLAMENTARES E UM MINISTÉRIO DA REPÚBLICA

Indo além de tantas linguagens que trafegam no campo do simbólico e do imaginário, uma categoria específica de homenagem para Marielle se apresenta como diferente: a das homenagens em forma de legislação ou política pública e a estratégia de multiplicação do legado da vereadora através da adesão de candidaturas das eleições seguintes a uma agenda de compromissos com as práticas e pautas de Marielle.

Logo após o assassinato da vereadora, uma das principais mobilizações que ganhou força no ano de 2018 foi puxada pela organização Meu Rio em articulação com os mandatos de vereadores do PSOL no Rio de Janeiro, e tinha como intenção rerepresentar os projetos de lei propostos por Marielle na Câmara para que pudessem ser votados e aprovados como forma de fazer valer suas ideias e iniciativas.

A mobilização reuniu dezenas de milhares de pressões virtuais nos vereadores, além de lotar as galerias da Câmara no dia da votação. Ao final 5 projetos de Lei de Marielle foram aprovados, além de um projeto que nomeava a tribuna da Câmara de Vereadores de Tribuna Marielle Franco, uma decisão que reforçava de maneira única aquele lugar de memória, obrigando todos os vereadores a partir de então a ter que pensar em Marielle antes de subir para falar na tribuna.

**Figura 62 - Fotografia da Tribuna Marielle Franco na Câmara**



Fonte: Clarice Green.

Uma das primeiras ações propostas pelo Instituto Marielle Franco após sua estruturação foi a construção da Agenda Marielle, apresentada em capítulos anteriores, o processo de construção da agenda se deu a partir da revisão detalhada do trabalho e dos discursos de Marielle enquanto legisladora, e a consolidação desse conteúdo em um conjunto de 7 pautas e 7 práticas que deveriam ser adotadas por toda candidatura que se apresentasse como inspirada em Marielle.

Após uma série de reflexões internas, a família e o Instituto entenderam que o processo de cadastro e seleção das parlamentares que poderiam aderir à agenda se daria através de um formulário onde seriam feitos questionamentos com relação ao compromisso com as 7 pautas e práticas, e que qualquer candidatura independente de gênero, raça, território ou partido poderia manifestar interesse em aderir, entendendo que o compromisso com a agenda de Marielle poderia transbordar esses critérios. De toda forma, na hora de visibilizar as candidaturas inscritas, optou-se por dar prioridade às candidaturas de mulheres negras, entendendo que essas, em geral, tinham menos condições de visibilidade e recursos em geral nas campanhas eleitorais.

A Agenda teve uma ampla adesão, com centenas de candidatas inscritas nas eleições que se seguiram e a consolidação de uma rede de parlamentares eleitas que poderiam atuar em conjunto para dar seguimento à memória política de Marielle.

Uma das ações mais impactantes das parlamentares vinculadas à Agenda tinha como intenção multiplicar as propostas de políticas de Marielle ao nível nacional. Durante o mês de março de 2021, quando se completavam 3 anos desde o assassinato, o Instituto Marielle Franco, com apoio de Gabriel Lindenbach e da assessoria da então vereadora Erika Hilton, organizou uma estratégia para adaptar os projetos de Marielle de forma que pudessem ser replicáveis para qualquer cidade do país. Em seguida, 72 Vereadoras ligadas à Agenda Marielle atuaram de forma organizada para apresentar os projetos em 45 cidades do país. Na mesma ocasião, as vereadoras protocolaram o projeto que criava no dia 14 de março o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política.

Outras iniciativas para multiplicação do legado também foram colocadas em prática, como a Escola Marielles sobre justiça climática, onde ativistas inscritas trabalhavam para formular projetos de lei sobre o tema que seriam apresentados a parlamentares da Agenda, e o Estamos Prontas, estratégia de compartilhamento de conhecimento e fortalecimento das estrategistas de mulheres negras lideranças coletivas que buscariam incidir nos processos eleitorais seguintes. Projetos que dialogam com a ideia de fortalecimento dos sujeitos catalisadores, apresentada por Ana Flávia Magalhães Pinto no segundo capítulo.

As estruturas da política institucional também se apresentaram como ferramenta de multiplicação da memória de Marielle nas situações onde se propôs, seja no parlamento, seja pelo executivo, a nomeação de espaços e equipamentos públicos com seu nome. Desde praças e ruas (inspirada especialmente pela ação de arte urbana apresentada anteriormente) até escolas, como no caso da Escola Municipal Marielle Franco na Maré, ou a Concha Acústica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde Marielle estudou, ambas no Rio de Janeiro, ou o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Margarida e Marielle, em São Paulo.

**Figura 63 — Fotografia da Concha Acústica Marielle Franco na UERJ**



Fonte: UERJ.

**Figura 64 - Fotografia da Escola Municipal Marielle Franco, na Maré**



Fonte: E. M. Vereadora Marielle Franco.

Tal processo em muitas ocasiões não se deu sem que fosse requeitada a guerra de memória com agentes incentivadores da lógica de deturpação e destruição da memória de Marielle, como quando Eduardo Suplicy (PT) e Toninho Vespoli (PSOL) tentaram batizar uma praça em Brasilândia, periferia de São Paulo, e o vereador negro de extrema-direita Fernando Holiday (PL) se colocou contra, afirmando que "O que aconteceu com ela foi terrível, mas sua atuação é uma lenda criada pela mídia. Foi uma vereadora extremista que defendia ideais perturbadores" (Dantas, 2019). Tal posição reforça também a ideia apresentada anteriormente de que a narrativa racista é violenta a tal ponto que é capaz de fazer pessoas negras a reproduzirem.

Ainda na esfera da política institucional, um último conjunto de ações-homenagens que poderíamos citar neste trabalho, e que faz parte do ciclo 2018 - 2022, teve início com o convite feito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à Anielle Franco, para assumir o Ministério da Igualdade Racial.

**Figura 64 — Fotografia da Posse da Ministra Anielle Franco**



Fonte: Ricardo Stuckert / Presidência da República.

O convite, sem dúvida, se apresenta como um reconhecimento da capacidade de liderança política de Anielle frente aos desafios brutais que a vida lhe impôs e uma aposta no seu nome enquanto uma importante mobilizadora e articuladora de uma parcela importante da sociedade brasileira. Mas as reações imediatas da sociedade e

da imprensa mostram que a escolha também teve um efeito - e uma provável intenção - de demonstrar uma primeira resposta simbólica do novo governo sobre o lugar de prioridade que daria para a memória de Marielle no imaginário sobre o projeto de país que estava tomando posse naquela virada de ano.

Se soma ao convite a decisão de que, na ausência do ex-presidente Bolsonaro na cerimônia de transição da faixa presidencial, a mesma seria dada a Lula por uma mulher negra que subiria a rampa com o presidente ao lado de outros representantes de diferentes segmentos da sociedade. Além disso, de forma mais explícita, as declarações do presidente sobre o compromisso do governo com a elucidação do caso, bem como a assinatura do Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, tornando nacional a política pública que vinha sendo promovida a nível municipal pelo Instituto Marielle Franco, também integra esse pacote de tributos do terceiro mandato presidencial de Lula à Marielle.

Sem dúvida, seria necessária uma análise muito mais aprofundada e distanciada no tempo, sobre as condições que foram dadas para a estruturação da pasta e a atuação de Anielle enquanto ministra, para que se possa avaliar de forma qualitativa o impacto e o saldo desse gesto, uma vez que tamanho desafio e exposição também vem crescendo de uma série de riscos à gestão da imagem tanto de Anielle quanto de Marielle. Mas é certo que tal reconhecimento teve um efeito de elevar a escala do alcance do discurso e do acesso aos espaços de decisão por parte do legado de Marielle Franco representado por Anielle Franco como ministra de Estado.

## 5 CONCLUSÕES

A escrita deste trabalho ajudou a compreender como as práticas e políticas, plantadas por Marielle em vida e as coletividades que a atravessavam, influenciaram a maneira como sua história se agigantou e transbordou após 14 de março de 2018, comovendo pessoas de realidades distintas a agirem de alguma forma a partir dos seus diferentes repertórios e expertises. As evidências encontradas ao longo da pesquisa mostram que o nome e a imagem de Marielle estão espalhadas pelas ruas e redes do Brasil e do mundo, das mais diversas maneiras.

Uma das mais de 30 mil placas da Rua Marielle Franco impressas pode estar numa esquina em qualquer um dos continentes, mas a referência a essa homenagem pode ser um pequeno tecido bordado a mão como presente de uma avó para uma neta, uma tatuagem ou um bandeirão gigante em meio a um protesto. O lenço amarelo pedindo justiça por ela pode estar como adereço na cabeça de uma jovem, decorando uma casa e um restaurante ou pendurado, em uma versão gigante, sobre uma passarela da Avenida Brasil. Uma música sobre Marielle pode ser tocada num show, ser trilha sonora de um vídeo, ou estar escrita nas páginas de um livro. Sua foto está em museus, estampada em muros das cidades, bandeiras de torcidas organizadas, mas poderia estar projetada num prédio em Nova York, impressa em frente à prefeitura de Paris ou, no fundo do palco de um show da Katy Perry no Maracanã ou da Madonna em Copacabana. Seu nome inspirou de legislações a organizações, públicas e privadas. Crianças nascidas após aquele 14 de março foram batizadas com o nome de Marielle em sua homenagem.

A quantidade de iniciativas é tamanha e alcançando dimensões tão subjetivas que se provou impossível registrar sua totalidade. Os formatos e linguagens através das quais as homenagens se manifestam são tão diversas que sua classificação pode até não ser impossível, mas demandaria um sistema de indexação complexo, no qual uma mesma homenagem pode se encaixar em diversas categorias. Questão relevante para o desdobramento de futuras pesquisas e projetos de memória contínuos.

O reconhecimento dessa diversidade como estratégia de afirmação desta memória está presente em uma série de autoras com as quais dialogamos ao longo do texto.

A maneira como essas informações estão organizadas também é apresentada como parte dessa estratégia. A estética dos mapas, por exemplo, ajudou a cristalizar a ideia de que a luta por justiça é internacional e atravessa fronteiras.

O ato de se fazer memória, lido como elaborador de traumas (Santana, 2023; Franco, 2021; e Santos, 2021), pôde ser melhor compreendido quanto às suas limitações e potencialidades. Conectar a perspectiva de memória a partir das ideias que circundam a reflexão sobre ancestralidade, nos provoca a perceber o tempo e o espaço de forma não linear e cartesiana, entendendo que as capacidades de registros, transmissões e identificação de memórias coletivas vai além das técnicas formais, acessando o lugar do espiritual, do divino, do sentimento intangível que se manifesta em lugares para além de onde os cinco sentidos podem captar.

Tamanha proporção e profundidade foi também o que a fez tornar elemento central de uma disputa política, narrativa, simbólica e informacional transnacional. Diversas também foram as tentativas de desconstrução e destruição da sua imagem, mas não tanto quanto as homenagens.

A navegação livre e consciente por um mar de inúmeros conceitos, ideias e argumentos permitiu com que se compusesse um arcabouço teórico capaz de elaborar a respeito das múltiplas camadas que permeiam essa história.

A perspectiva contracolonial, as epistemologias africanas e não normativas e a cosmovisão quilombola foram as chaves de leitura para analisar as dinâmicas observadas e vividas ao longo desses anos.

Mergulhamos na reflexão sobre a autoria dessas ações e sobre como os lugares de privilégio ocupados por esses agentes, em especial o lugar da branquitude, tem consequência sobre o efeito que essa ação promove. Nesse mergulho, a ideia de uma lógica autoral colonial e de um cenário semiótico colonial, ambos apresentados por Cida Moura (Moura, 2021), explicam os movimentos violentos, epistemicidas (Carneiro, 2005) e semiocidas (Sodré, 2017), produzidos em direção à memória de Marielle, por parte do sistema da branquitude, a partir da esquerda ou da direita, independente dos seus respectivos propósitos e intenções.

O uso de imagens de controle (Collins, 2020) pelo grupo técnico de imaginação (Sodré, 2017), as pessoas que detêm poder na indústria cultural, foi percebido em várias das iniciativas mapeadas. Da tentativa de associar Marielle ao tráfico de drogas, à ideia de homenageá-la com estampas ilustrando-a com tiros e sangue, ou uma

escultura de braços cruzados. Posturas promovidas e autorizadas pelo sistema da branquitude que nos atravessa enquanto sociedade.

Ao observar a prática de autodeterminação informativa (Moura, 2021) ou autodefinição (Bento, 2022) empreendida pela família de Marielle, pelo Instituto Marielle Franco, e pelo movimento de mulheres negras de forma geral, com apoio de pessoas e organizações parceiras que se pretendem aliadas, entendemos como se deu a resistência a essa lógica autoral colonial.

O Instituto, ao se apresentar como um espaço seguro (Collins, 2020) para a família e parceiras, garantiu que fosse viável uma estrutura de estratégia jurídica, midiática e política, capaz de tanto fazer frente às tentativas explícitas de violentar a reputação de Marielle após a sua morte, como de pautar os princípios sob os quais as iniciativas em sua homenagem deveriam ser feitas, sendo o respeito ao tempo da família um dos principais pontos observados.

Repara-se que quando esse espaço não estava bem estruturado, algumas das ações menos cuidadosas foram empreendidas. Ao mesmo tempo, vemos que a existência deste espaço permitiu com que pontes genuínas também fossem construídas com pessoas e organizações brancas de modo menos tóxico e violento.

Seja pelo tipo de ação empreendida e priorizada pelo Instituto ao longo dos anos, seja pela forma e pelos princípios que ajudaram a conduzir essas ações, é evidente o papel desempenhado pela organização e pela família no esforço de tentar garantir um processo respeitoso e cuidadoso com a memória de Marielle, nomeando os desafios a serem encarados e transformados.

A pesquisa ajudou a enxergar de maneira um pouco mais nítida, a forma como o sistema de privilégios da branquitude faz com que pessoas brancas que se pretendem aliadas, por se perceberem verdadeiramente afetadas pelo ocorrido, se sintam autorizadas a ultrapassar os limites do cuidado com a família, na certeza de que a sua expressão e manifestação de homenagem seria uma contribuição essencial, única e necessária para essa história, e que deveria, portanto, ser realizada de qualquer maneira.

Percebemos também como o argumento da gratuidade dessas ações, que estariam sendo feitas “de bom grado” ou “a preço de custo”, sendo quase que uma “benesse dos grandes talentos” hegemonicamente reconhecidos, cai por terra uma vez que é fato que dado o tamanho incomparável alcançado pela história de Marielle,

a mesma também se transforma em um potencializador de suas próprias homenagens e, por consequência, um potencializador da visibilidade e carreira de quem as assina.

Em uma conversa com Roberta Eugênio (2024), amiga, Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, advogada defensora de direitos humanos e companheira dos tempos do trabalho no mandato de Marielle, sobre esse aspecto, Beta destacou como esse comportamento está relacionado a como o valor agregado pelas pessoas negras não é reconhecido na lógica da colonialidade. E assim, pessoas brancas resistem a se enxergar numa relação equivalente, reafirmando o lugar da superioridade que a branquitude insiste em tentar perpetuar. No mesmo diálogo, ao apresentar a ela o recorrente argumento, utilizado por pessoas brancas quando apontadas por reproduzirem posturas violentas, coloniais e epistemicidas nesses projetos, de que não era a intenção delas, já que a intenção original era a homenagem, e perguntá-la se essa diferenciação deveria ser feita na análise desse tipo de situação, Roberta lembrou, como afirmaram diversas autoras ao longo da pesquisa, que para o movimento negro há um acúmulo de debate e reflexão sobre o fato de que não interessa a intenção de quem praticou o ato de violência, e sim a consequência e o efeito daquele ato em quem o sofreu.

Os caminhos apontados pela reflexão das autoras com as quais dialogamos nesta pesquisa, bem como pela prática empreendida pela família Franco e pelo Instituto em sua atuação demonstram que a parceria possível com os sujeitos brancos ditos não signatários do pacto da branquitude, há de ser construída e renovada a cada dia, e cada gesto, entendendo que o antirracismo não é um estado permanente e sim uma busca constante. Não há trajetória de ativismo, por mais longa e transformadora que seja, que garanta uma carteirinha vitalícia de antirracista. E se este não é um rótulo que se possa possuir, muito menos é possível de se autodeclarar, uma vez que uma postura comprometida com a não reprodução das violências não pode ser verificada apenas com declarações, e sim com ações coerentes e cotidianas.

Vivemos em um mundo onde o social se tornou cada vez mais capital, cujos indicadores predominantes na percepção são a audiência, o engajamento midiático e o reconhecimento por curtidas e compartilhamentos. Um mundo onde o ativismo se tornou parte formadora da subjetividade e as causas alimentam as marcas e negócios. Um mundo onde *stories* e *selfies* são parte central das nossas manifestações de existência. Nesse mundo, um desafio se impõe: romper com a lógica autoral colonial que vem, ao mesmo tempo, de fora e de dentro de nós. Especialmente quando esse

“nós” se constitui por características forjadas por sistemas hegemônicos de classe, raça, gênero, sexualidade, território e outros conjuntos de acessos, poderes e privilégios. Desafio esse que não pode ser paralisante a ponto de nos colocar no lugar confortável da inação. Há que se agir de forma consciente, intencional, efetiva e cotidiana para romper com essa lógica.

Alcançar uma maior consciência sobre essa dinâmica é fortalecedor para a capacidade de uma autocrítica construtiva, já que permite identificar quando os padrões que reproduzimos ou estamos movidos a reproduzir são prejudiciais a outras pessoas, e ajuda a orientar o processo de busca diária por uma postura saudável e positiva.

Ao tentar identificar em categorias os diferentes lugares de pessoas brancas/privilegiadas neste contexto chegamos a uma lista que poderia ser aprofundada e trabalhada em futuras pesquisas e reflexões:

- 1) As que insistem assumidamente em manter as injustiças e privilégios e produzem informações destrutivas às imagens das pessoas negras, e muitas vezes ainda perversamente se apoiando na abordagem reproduzida por pessoas negras que ecoam a lógica colonial;
- 2) As que não insistem assumidamente, mas também não se posicionam contrárias, pelo conforto do benefício;
- 3) As que se posicionam contrárias às injustiças e privilégios, mas seguem agindo e fomentando indiretamente quem quer mantê-los, se beneficiando e/ou não levando em consideração a posição contrária na hora de agir;
- 4) E as que se posicionam contrárias às injustiças e buscam se orientar e liderar pelas pessoas e coletividades negras comprometidas com projetos que resistem à lógica colonial na sua atuação, buscando reconhecer e romper com ciclos de privilégios.

A última categoria, que reconhece a importância da liderança das pessoas diretamente impactadas em um determinado processo, nas iniciativas de resposta a este impacto, se apresenta como caminho para que tal resposta seja feita de maneira mais efetiva e para que o apoio de pessoas que queiram se posicionar enquanto aliadas seja possível, desde que atuem de forma transparente e consciente sobre suas intenções e limitações.

Como observado, uma só pessoa pode se portar de maneiras variadas dentro desse espectro a depender do momento e do contexto, justamente pelo conforto

disponibilizado pela branquitude, no qual as pessoas que gozam desse privilégio podem simplesmente desligar do modo consciente.

A opção estratégica do Instituto Marielle Franco por construir de forma aberta com quem se apresenta disposto a dialogar com os princípios definidos, da mesma forma como Marielle fazia em sua prática política, demonstra que, ao contrário do que frequentemente se acusa, não falta paciência e compreensão de quem viveu na pele violências profundas, para que se amplie o grupo social aliado a uma agenda de direitos e busca por justiça. Ao mesmo tempo, não falta atenção e vigilância, para que a imagem de Marielle não seja facilmente apropriada de maneira indevida.

Além disso, a escolha por uma perspectiva estratégica da organização que transcende o trabalho da memória coletiva e cultural biográfica e se apresenta como estratégia de incidência política para multiplicação do seu legado e potencialização de suas sementes vivas e atuantes, mostra um caminho onde a memória se faz de base para mudar o presente e o futuro. Uma memória que não se vê apenas nos museus físicos ou acervos digitais. Uma memória que se apresenta viva nos parlamentos, ministérios, protestos, festivais e movimentos que emergem a partir de novas ou antigas questões sociais. Estratégia que se faz necessária para lidar com a mesma dinâmica encontrada no movimento de deturpação e apagamento da agenda de Marielle, que também se manifesta nesses espaços diversos.

A pesquisa mostrou finalmente como informação e memória, para além das definições iniciais, são noções-chave e ferramentas práticas para entender e influenciar as dinâmicas de poder e as complexas conformações das relações sociais. As escrevivências (Evaristo, 2019), guerras (Seabra, 2022) e lugares de memória (Santos, 2022), são elementos que compõem esse tabuleiro permanente de disputa entre o lembrar e o esquecer. E todo esse movimento se relaciona diretamente com as tensões e disputas entre as forças de perpetuação e resistência ao projeto racista colonizador que estrutura a sociedade brasileira, uma vez que a informação é o substrato social que compõe a memória coletiva e cultural que estará associada a esse sistema de valores base da sociedade.

Concluimos, portanto, que se faz necessário um esforço de atenção constante e atuação crítica e consciente por parte de indivíduos e coletivos, públicos e privados, com relação às estruturas que determinam a forma como a informação é produzida e reproduzida, bem como a forma como a memória é cultivada na nossa sociedade. Um esforço feito a partir de princípios básicos como o cuidado e o respeito ao outro, a

democratização dos acessos, o enfrentamento às violências, a promoção da justiça e da igualdade de direitos e oportunidades e a defesa de relações sociais livres de opressões.

Esperamos que as ideias e referências reunidas neste trabalho sirvam de inspiração e incentivo para movimentos nessa direção.

**Figura 65 - Marielle iluminada**



Fonte: Mayara Donaria / Acervo do Instituto Marielle Franco.

## REFERÊNCIAS

- A PRIMAVERA feminista chega às Câmaras. **Carta Capital**, São Paulo, 10 out. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-primavera-feminista-chega-a-camara/>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- AGENCE FRANCE-PRESSE PORTUGUÊS. São Paulo homenageia Marielle Franco. **YouTube**, 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2NGPzAeUpuc&ab\\_channel=AFPPortugu%C3%AAs](https://www.youtube.com/watch?v=2NGPzAeUpuc&ab_channel=AFPPortugu%C3%AAs). Acesso em: 23 jun. 2024.
- AGENDA Marielle. 2020. Disponível em: <https://www.agendamarielle.com>. Acesso em: 29 dez. 2024.
- ÁLVAREZ AGUIRRE, Mónica. Avances, problemáticas y retos de los lugares de memoria en Latinoamérica. In: JARAMILLO E., Luis Gonzalo *et al.* **Comunicación, información y lenguajes de la memoria: XXV Cátedra UNESCO de Comunicación**. José Miguel Pereira G., ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2020.
- ANÚNCIO de série sobre Marielle gera discussão sobre racismo no cinema. **Alma Preta**. 2020. Disponível em: [https://almapreta.com.br/sessao/cultura/anuncio-de-serie-sobre-marielle-gera-discussao-sobre-racismo-no-cinema/?fbclid=IwAR0cV-ZjH\\_BScrJO6SoixdFH4yP3s8rrftlfCGGCoYpsGS0DWbJcN80ZMc](https://almapreta.com.br/sessao/cultura/anuncio-de-serie-sobre-marielle-gera-discussao-sobre-racismo-no-cinema/?fbclid=IwAR0cV-ZjH_BScrJO6SoixdFH4yP3s8rrftlfCGGCoYpsGS0DWbJcN80ZMc). Acesso em: 21 jan. 2025.
- ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian (Eds.) **Memory in a global age: discourses, practices and trajectories**. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- AUGUSTO, Geri M. For Marielle: Mulhere(s) da Maré—Danger, Seeds and Tides. **Transition**, n. 129. 2020. Print and online. DOI:<https://doi.org/10.2979/transition.129.1.20>.
- BENICIO, Monica. **Marielle e Monica: uma história de amor e luta**. [S.l.]: Amazon, 2024.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDES, Thais. Anielle Franco critica protagonismo branco em produção global sobre sua irmã: “Não esperem mais nenhuma mulher negra ser assassinada para falarem sobre ela”. **Notícia Preta**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/anielle-franco-critica-protagonismo-branco-em-producao-global-sobre-sua-irma-nao-esperem-mais-nenhuma-mulher-negra-ser-assassinada-para-falarem-sobre-ela/>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- BISPO, Nêgo. Saberes quilombolas - Parte 1. **Youtube**, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ByWld8Gonr8>. Acesso em: 27 ago. 2023.
- BISPO, Nêgo. Somos da Terra. **Piseagrama**. 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>. Acesso em: 27 ago. 2023.
- BROWN, Adrienne Maree. **We will not cancel us: breaking the cycle of harm**. Chico: AK Press, 2020. (Emergent strategy series, 4).

BRYMAN, Alan. **Social Research Methods**. 3. ed. Londres: Oxford, 2008.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. 1a edição. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

CARIELLO, Gabriel; GRILLO, Marco. Como ganhou corpo a onda de 'fake news' sobre Marielle Franco. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/como-ganhou-corpo-onda-de-fake-news-sobre-marielle-franco-22518202>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 19 jan. 2023.

CARNEIRO, Natália; SANTANA, Bianca; GAIA, Gabriela (Org). **Insumo para ancoragem de memórias negras**. 1ª Edição. São Paulo: Oraliteraturas, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2021.

CARNEIRO, Sueli. O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil. **Revista Parlamento e Sociedade**, [S. l.], v. 10, n. 18, p. 15–22, 2022. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/227>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CAROLINA, Áurea. Acabou o mandato, e comemorei como Galvão Bueno na Copa de 94. **Revista Piauí**. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/acabou-o-mandato-e-comemorei-como-galvao-bueno-na-copa-de-94/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CATRACA LIVRE. Projeto da Vila Sésamo beneficia 2.500 crianças em favela do Rio. **Catraca Livre**, 2016. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/quem-inova/personagens-de-tila-sesamo-fazem-acao-social-em-favela-do-rj/>. Acesso em 23 jun. 2024.

CAVALCANTI, Mariana. I Am Because We Are: Marielle Franco's death, life, and work. **Transition**, n. 129, p. 218, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.2979/transition.129.1.18>. Acesso em 23 jun. 2023.

CESARO, Ana de. Marielle, Presente. **Youtube**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vkyMJUYjhgU>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CHAVES, Fernanda; BRITO, Priscilla. **Marielle Franco, Nesse lugar da política: um mandato interrompido**. Rio de Janeiro: FLCMF, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRIOLA, ONG. **Festival Justiça por Marielle e Anderson**. 2019. Disponível em: [https://criola.org.br/festival-justica-por-marielle-e-anderson/?doing\\_wp\\_cron=1735516082.6832189559936523437500](https://criola.org.br/festival-justica-por-marielle-e-anderson/?doing_wp_cron=1735516082.6832189559936523437500). Acesso em: 29 dez. 2024.

DANTAS, Tiago. 'Marielle era extremista e defendia ideais perturbadores', diz vereador de SP. **O Globo**, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/marielle-era-extremista-defendia-ideais-perturbadores-diz-vereador-de-sp-23524013>. Acesso em: 23 jun. 2024.

DIAS, Tiago. Série sobre Marielle: por que direção de Padilha gerou tanta polêmica? **Uol Tab**, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/12/serie-sobre-marielle-por-que-direcao-de-padilha-gerou-tanta-polemica.htm>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ELAS e as letras: semente, presente - um livro para Marielle Franco. Lisboa: In-Finita, 2023.

ESCOLA ALBERTO PASCHOALINI. Marielle, presente - Mostra Outono de Dança 2018. Coreografia solo de dança contemporânea da bailarina Marielle da Cruz, ao som das poesias de Bruno Negrão e Ana de Cesaro. **YouTube**, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xzwhHgAVNoM&ab\\_channel=EPDPasqualini](https://www.youtube.com/watch?v=xzwhHgAVNoM&ab_channel=EPDPasqualini). Acesso em 23 dez. 2024.

EUGÊNIO, Roberta. Conversa pessoal. 23 dez. 2024.

EVARISTO, Conceição. A questão do negro não é para nós resolvermos, é para a nação. **Revista Marie Claire**, Cultura. 2019. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2019/11/conceicao-evaristo-questao-do-negro-nao-e-para-nos-resolvermos-e-para-nacao.html>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FERREIRA, Hércules da Silva Xavier. **Wikifavelas — Dicionário de Favelas Marielle: Franco**: Mapeamento das homenagens a Marielle Franco. 2018. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Mapeamento\\_das\\_homenagens\\_a\\_Marielle\\_Franco](https://wikifavelas.com.br/index.php/Mapeamento_das_homenagens_a_Marielle_Franco). Acesso em: 27 ago. 2023.

FFW. **Ronaldo Fraga encerrou o quinto dia de #SPFW**. 26 abr. 2019. Instagram: @ffw. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Bwvd3nGllr\\_](https://www.instagram.com/p/Bwvd3nGllr_). Acesso em: 23 ago. 2024.

FLAMENGO jogará com tarja preta na camisa em homenagem à Marielle. **Extra**, Rio de Janeiro, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/flamengo/flamengo-jogara-com-tarja-preta-na-camisa-em-homenagem-marielle-22502287.html>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FRANCO, Anielle (Org.). **Cartas para Marielle**. Rio de Janeiro: Conexão 7; Instituto Marielle Franco, 2019a.

FRANCO, Anielle [@AnielleFranco]. 28 jun. 2019b. **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BzOo846p5Sj/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FRANCO, Anielle. **Entrevista**. 2019c. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/marielle-franco-familia-se-organiza-e-funda-instituto-em-memoria-a-ex-vereadora-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FRANCO, Anielle. **Instituto Marielle Franco: escritórias, memória e o legado de Marielle Franco**. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico- Raciais, Entro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Cefet/RJ, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/174\\_Anielle%20Francisco%20da%20Silva.pdf](https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/174_Anielle%20Francisco%20da%20Silva.pdf). Acesso em: 19 jan. 2025.

FRANCO, Anielle. **Minha irmã e eu: diário, memórias e conversas sobre Marielle**. Rio de Janeiro: Planeta, 2022.

FRANCO, Anielle; COSTA, Luna; DECOTHÈ, Marcelle; REZENDE, Rafael. Marielle Franco Street: Transcending Boundaries. In: **Beyond Molotovs - A Visual Handbook of Anti-Authoritarian Strategies**. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783839470558-015>. Acesso em: 21 dez. 2024.

FRANCO, Marielle [@MarielleFranco]. **Twitter**. [S. l.: s. n.], 13 mar. 2018. Disponível em: <https://twitter.com/mariellefranco/status/973568966403731456>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FRANCO, Marielle. **Em: Eu Mulher Negra Resisto**. Live da página de Facebook Marielle Franco. [s. d.]. 2017 Disponível em: <https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/ao-vivo-debate-eu-mulher-negra-resisto/448631285522469/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Morte de Marielle Franco mobiliza mais de 567 mil menções no Twitter**. 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-567-mil-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>. Acesso em: 28 abr. 2018.

GELEDÉS. INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Epistemicídio**. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio>. Acesso em: 29 dez. 2024.

GOMES, Josir. Marielle Franco foi eleita pelo voto da favela? **Farmi**. 2018. Disponível em: <http://farmi.pro.br/marielle-franco/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GOMES, Renata. Difamação, Fake News e o Esvaziamento político da execução de Marielle Franco. In: INTERCOM, 2018. **Anais...UFRBA**. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-2145-1.pdf>. Acesso em 23 dez. 2024.

GOMES, Sônia Lúcia de Souza. Conexões 12 - Marielle, presente... Teutônia. **YouTube**, 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=S\\_AFdN1Bxko](https://www.youtube.com/watch?v=S_AFdN1Bxko). Acesso em: 23 jun. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. Para una reflexión epistemológica sobre la ciencia de la información. **Signo y Pensamiento**, [S. l.], v. 25, n. 50, p. 46–61, 2007. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/4613>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GUARDA em Ouro Preto pisoteia tapete dedicado a Marielle Franco e diz que 'liberdade de expressão não é absoluta'. **G1**, 21 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/04/21/liberdade-de-expressao-nao-e-absoluta-diz-guarda-de-ouro-preto-ao-dizer-por-que-pisoteou-tapete-marielle-vive.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HAYNES, Suyin. Marielle Franco assassination in Brazil made her global icon. **Time**. 2018. Disponível em: <https://time.com/5210509/assassination-brazilian-politician-marielle-franco-global-icon>. Acesso em: 27 ago. 2023.

HISTÓRIA de Marielle Franco será contada em série ficcional dirigida por José Padilha. **G1**, Rio de Janeiro, 06 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/03/06/historia-de-marielle-franco-sera-contada-em-serie-ficcional-dirigida-por-jose-padilha.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2024.

HISTÓRIA para ninar gente grande. Compositores: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira, Manu da Cuica e Danilo Firmino. Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO IBIRAPITANGA. **Seminário Branquitude, Racismo e Antirracismo**. 2021. [S. l.]: Instituto Ibirapitanga, 2021.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. #LiveElzaPorMarielle. Especial de aniversário Marielle Franco #EmCasa #Comigo. **Youtube**, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=CQHhSdRLZ74&ab\\_channel=InstitutoMarielleFranco](https://www.youtube.com/watch?v=CQHhSdRLZ74&ab_channel=InstitutoMarielleFranco). Acesso em: 23 jun. 2024.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Curso Contação de Histórias Afrocentradas com Tatiana Henrique**. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2022.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **História em Quadrinhos Marielle Franco – Raízes**. 2021. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/hq>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Quem é Marielle?** [s. d.]. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>. Acesso em: 29 dez. 2024.

LANES, Patrícia; GOMES, Lilian Alves. **Lugares de memórias difíceis no Rio de Janeiro**. Organização de Ana Paula Alves Fernandes, Gabriel da Silva Vidal Cid e Myrian Sepúlveda dos Santos. Mórula Editorial: Rio de Janeiro: 2024.

LÁZARO Ramos e Taís Araújo se emocionam ao dedicar peça à vereadora Marielle Franco. **Extra**, 17 mar. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/famosos/lazaro-ramos-tais-araujo-se-emocionam-ao-dedicar-peca-vereadora-marielle-franco-22500647.html>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LACAZ, Alessandra; PASSOS, Pâmella; LOUZADA, Williana. **Pesquisadora ou militante? Análises do pesquisar (sobre)implicação**. *Mnemosine*, [S. l.], v. 9, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41550>. Acesso em: 24 jan. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, p. 21-48. 1924.

LEAL, Arthur. 'Se pudesse voltar no tempo, não faria', diz estilista que estampou Marielle Franco na São Paulo Fashion Week. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/se-pudesse-voltar-no-tempo-nao-faria-diz-estilista-que-estampou-marielle-franco-na-sao-paulo-fashion-week-23633026>. Acesso em: 23 ago. 2024.

LIMA, Irlam. Em Brasília, Milton Nascimento dedica canção à vereadora Marielle Franco. **Correio Braziliense**, 25 mar. 2018. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/03/25/interna\\_diversao\\_arte,668598/em-brasilia-milton-nascimento-dedica-cancao-a-vereadora-marielle.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/03/25/interna_diversao_arte,668598/em-brasilia-milton-nascimento-dedica-cancao-a-vereadora-marielle.shtml). Acesso em: 23 jun. 2024.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. **Filosofias africanas: uma introdução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (Org.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MAGALHÃES, Dandara; TSAI, Yi Jing. Marielle, Presente!: o combate à fake news quando a verdade se faz ausente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville, **Anais [...]** Joinville: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018.

MAGALHÃES, Mário. **Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018: o ano que flertou com o apocalipse**. [S.l.]: Amazon, 2019.

MALAFAIA, Evelyn Dias Siqueira. Memória Ancestral: uma potência para reconstrução de nossa história. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS DO SUDESTE – COPENESUDESTE, 3., 2019. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2019.

MANDATO MARIELLE FRANCO. [S. l.: s. d.]. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MARIELLE Franco assassination in Brazil made her global icon. **Time**. [s. d.]. Disponível em: <https://time.com/5210509/assassination-brazilian-politician-marielle-franco-global-icon>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MARIELLE Franco, racismo e desigualdade socioespacial. Organizado por Sueli Carneiro. 'Vozes Urbanas. **Youtube**, 2018.. Disponível em: <https://youtu.be/Q0J5ieksiD8>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MARIELLE Franco: fotobiografia. Organização de Bernardo Guerreiro e Sergio Cohn. Rio de Janeiro: Azougue, 2023.

MARTINS, PH. Mute: Marielle Presente - Tributo a Marielle Franco. Coreografado e interpretado por PH Martins. **YouTube**, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/d-Y8gx332kk>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MATHIAS, Lucas. Marielle presente: ópera-funk conta trajetória da vereadora, interpretada por 8 atrizes. **O Globo**, 25 maio 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rioshow/teatro-e-danca/noticia/2023/05/marielle-presente-opera-funk-conta-trajetoria-da-vereadora-interpretada-por-8-atrizes.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MÍDIA NINJA. Homenagem a Marielle em Zurique, Suíça. **Facebook**, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1102773359880808>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MULHERES NEGRAS DECIDEM. **Vamos deixar o Mito em 2018?** Disponível em: <https://mulheresnegrasdecidem.org/mitos-eleitorais/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL. **As mentiras sobre Marielle:** difusão em dois atos. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/monitorododebatepolitico/posts/as-mentiras-sobre-marielle-difus%C3%A3o-em-dois-atos-difus%C3%A3o-das-mentiras-sobre-a-ve/1722156171179172/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MORENO, Ana Carolina. Bloco Ilú Obá de Min faz música em homenagem a Marielle Franco no carnaval de SP. **G1**, 03 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2019/noticia/2019/03/03/bloco-ilu-oba-de-min-faz-musica-em-homenagem-a-marielle-franco-no-carnaval-de-sp.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MOURA, Maria Aparecida. Arquivos, organização e pesquisa. In: CARNEIRO, Natália; SANTANA, Bianca; GAIA, Gabriela (Org). **Insumo para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oraliteraturas, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2021.

NAPOLITANO, Manu. Mulheres para Marielle Franco: muitas Marias. **YouTube**, 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=OFQPI2dLPVQ&ab\\_channel=ManuNapolitano](https://www.youtube.com/watch?v=OFQPI2dLPVQ&ab_channel=ManuNapolitano). Acesso em: 23 jun. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. Organização de Alex Ratts. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NASCIMENTO, Tatiana. Culpa Branca e Responsabilização (T1:E16). **Globoplay**, 7 dez. 2020. Série de TV.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

OLESEN, Thomas. **Global Injustice Memories**. In: A. H. Hansen, O. Hemer & T. Tufte (eds) *Memory on Trial. Media, Citizen and Social Justice*. 2014.

OLIVEIRA, Henrique. Para Antonia Pellegrino, diretor negro no Brasil tem que ser igual ao Spike Lee, mas se for branco qualquer um serve. **Alma Preta**, 9 mar. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/para-antonia-pellegrino-diretor-negro-no-brasil-tem-que-ser-igual-ao-spike-lee-mas-se-for-branco-qualquer-um-serve/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

OLIVERO, Leuis Manuel. **Memória viva**. São Paulo: Amazon, 2020.

OTÁVIO, Chico; ARAÚJO, Vera. **Mataram Marielle: como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes escancarou o submundo do crime carioca**. [S.l.]: e-Book Kindle. 2019.

PADILHA, José. Linchamento moral: anúncio de série sobre Marielle gerou acusações de racismo e fascismo sem direito a respostas ou tempo para explicações. **Folha de S. Paulo**, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/linchamento-moral.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PASSOS, Pâmela; MENDONÇA, Amanda. **Espaço Coruja: pelo direito das crianças e das mulheres**. [S.l.]: Amazon, 2020.

PEIXOTO, Luciana. Tributo a Marielle - 40 anos. Participação no Tributo a Marielle no Centro Cultural de Mangabeira. **YouTube**, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sn7MBXn8otU>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PELLEGRINO, Antônia [@apellegrino]. Posts no Twitter. **X**, 2020. Disponível em: <https://x.com/apellegrino/status/1237874438076428288>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PEREGRINO, Miriane. Marielle Franco é homenageada no carnaval da Maré. **O Cidadão do Bairro da Maré**, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://jornalocidadao.net/marielle-franco-e-homenageada-na-mare/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PIMENTEL, Raul. Nascida na Maré e formada na PUC-Rio, Marielle Franco é a 5ª vereadora mais bem votada. **Comunicar**, Rio de Janeiro, p. 1-1. 21 out. 2016. Disponível em: <https://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4934&sid=47>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Temporalidades, História e Memória. In: CARNEIRO, Natália; SANTANA, Bianca; GAIA, Gabriela (Org). **Insumo para ancoragem de memórias negras**. 1ª Edição. São Paulo: Oraliteraturas, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2021.

PIRES, Thula; CRUZ, Eliana Alves; N'DIAYE, Fatou. Aula Pública “A memória é a semente para novos futuros”. **YouTube**, 1 ago. 2022.. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bmHF3rUD74U>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PROPMARK. **A Voz de Marielle busca amplificar mensagens da vereadora com reconhecimento facial e realidade aumentada**. 2022. Disponível em: <https://propmark.com.br/a-voz-de-marielle-busca-amplificar-mensagens-da-vereadora-com-reconhecimento-facial-e-realidade-aumentada/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

REDE DE MULHERES NEGRAS MARIELLE FRANCO. 2017. Disponível em: <https://www.redesnegras.mariellefranco.com.br>. Acesso em 20 dez. 2024.

REDE LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DE SÍTIOS DE MEMÓRIA. **Quem somos**. Disponível em: [https://sitiodememoria.org/pt/quem-somos/](https://sitioldememoria.org/pt/quem-somos/). Acesso em: 29 dez. 2024.

ROCHA, Yasmim. Territórios de Criação: "Cartas Ciganas para Marielle" de Yasmim Rocha. **Youtube**, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=njRVY6YLiyU&ab\\_channel=Merc%C3%BArioGes%C3%A3o%2CProdu%C3%A7%C3%A3oeA%C3%A7%C3%B5esColaborativas](https://www.youtube.com/watch?v=njRVY6YLiyU&ab_channel=Merc%C3%BArioGes%C3%A3o%2CProdu%C3%A7%C3%A3oeA%C3%A7%C3%B5esColaborativas). Acesso em: 23 jun. 2024.

RODA DE CONVERSA JOVENS NEGRAS MOVENDO ESTRUTURAS. Live da página de Facebook de Marielle Franco. **Facebook**, 2018. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/come%C3%A7ou-roda-de-conversa-mulheres-negras-movendo-estruturas-assista-e-compartilh/546757069043223/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

ROTA CULT. "Marielle Presente", peça de teatro ganha exibição na TV Brasil. **Rota Cult**, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://rotacult.com.br/2023/11/marielle-presente-peca-de-teatro-ganha-exibicao-na-tv-brasil/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SALDANHA, G. S.; SILVA, F. C. G.; LIMA, G. D. S.; GARCEZ, D. C.; ROMEIRO, N. L. Quem matou Marielle? Organização do conhecimento e os caminhos do tesouro do mal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, Enancib, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102324>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SANTANA, Bianca. **A escrita de si de mulheres negras**: memória e resistência ao racismo. Orientador: Marco Antônio Almeida. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-01032021-161836/publico/BiancaMariaSantanadeBritoVC.pdf>. Acesso em 23 jun. 2023.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. Temporalidades, História e Memória. In: CARNEIRO, Natália; SANTANA, Bianca; GAIA, Gabriela (Org). **Insumo para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oraliteraturas, Fundação Rosa Luxemburgo, Casa Sueli Carneiro, 2021.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e justiça social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.

SEABRA, S. Da guerra de memórias: antigos problemas e novas leituras. **Revista Eco-Pós**, v. 25, n. 1, p. 437–458, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/ecops.v25i1.27711>. Acesso em 23 jun. 2023.

SEMINÁRIO MULHERES NA POLÍTICA. **Anais** [...]. Participação de Marielle Franco, Talíria Petrone, Luciana Boiteux, Jaqueline Gomes de Jesus, entre outras. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Imprensa, 30 nov. 2017.

SETO, Kenzo. A função social dos dados e os algoritmos dos oprimidos. In: COLETÂNEA TIC, Governança da Internet, gênero, raça e diversidade. 4. ed. São Paulo: CGI, 2024.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. (Coleção Identidade brasileira).

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SOUZA, P. L. A. Rua Marielle Franco e Beco Eduardo de Jesus: toponímia urbana e conflitos de memória no Rio de Janeiro. In: BEZERRA, Daniele Borges;. (Org.). **Memória coletiva**: entre lugares, conflitos e virtualidade. Pelotas e Porto Alegre: Casa Letras; Universidade Federal de Pelotas, 2021.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para desenvolvimento da teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2008

STYCER, Mauricio. Criticada, autora explica por que Padilha vai dirigir série sobre Marielle. **Uol**, 08 mar. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/colunas/mauricio-stycer/2020/03/08/criticada-autora-explica-por-que-padilha-vai-dirigir-serie-sobre-marielle.htm>. Acesso em: 23 jun. 2024.

TOLEDO, José Roberto; MORAES, Kellen. Marielle bate impeachment no Twitter. **Revista Piauí**, 2018 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/marielle-bate-impeachment-em-alcance-no-twitter>. Acesso em: 28 ago. 2023.

UM GIRASSOL nos teus cabelos: poemas para Marielle Franco. [S.I.]: Mulherio das Letras, 2018.

VASCO leva a campo faixa em homenagem à vereadora Marielle Franco e ao motorista Anderson, assassinados na última 4ª-feira. **NetVasco**, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://netvasco.com.br/n/208289/vasco-leva-a-campo-faixa-em-homenagem-a-vereadora-marielle-franco-e-ao-motorista-anderson-assassinados-na-ultima-4-feira>. Acesso em: 23 jun. 2024.

VELOSO, Lucas. Carnaval em Guaianases tem samba com homenagem a Marielle Franco. **Agência Mural**, 01 mar. 2019. Disponível em: <https://agenciamural.org.br/carnaval-em-guaianases-tem-cantos-com-homenagem-a-marielle-franco/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

VILA SÉSAMO. Homenagem a Marielle Franco - A Turma da Maré. **YouTube**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BkyM3KAxpow>. Acesso em 23 jun. 2024.

WILSON, Amos N. **The falsification of Afrikan consciousness**: eurocentric history, psychiatry and the politics of white supremacy. New York: Afrikan World InfoSystems, 1993.

WILSON, Amos N. **The falsification of Afrikan consciousness**: eurocentric history, psychiatry and the politics of white supremacy. 2. ed. New York: Afrikan World InfoSystems, 2014.